



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

JOSÉ ARAÚJO CHAVES JÚNIOR

**FUNÇÕES DISCURSIVAS DOS PROCESSOS INTERTEXTUAIS POR
COPRESENÇA EM GÊNERO RESENHA ACADÊMICO-CRÍTICA**

FORTALEZA

2020

JOSÉ ARAÚJO CHAVES JÚNIOR

FUNÇÕES DISCURSIVAS DOS PROCESSOS INTERTEXTUAIS POR COPRESENÇA
EM GÊNERO RESENHA ACADÊMICO-CRÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística. Linha de pesquisa: Práticas discursivas e estratégias de textualização

Orientadora: Profa. Dra. Maria Margarete Fernandes de Sousa.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C438f Chaves Júnior, José Araújo.

Funções discursivas dos processos intertextuais por copresença em gênero resenha
acadêmico-crítica / José Araújo Chaves Júnior. – 2020.

99 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Maria Margarete Fernandes de Sousa.

1. Linguística Textual. 2. Intertextualidade. 3. Funções discursivas. 4. Resenha
acadêmico-crítica. I. Título.

CDD 410

JOSÉ ARAÚJO CHAVES JÚNIOR

FUNÇÕES DISCURSIVAS DOS PROCESSOS INTERTEXTUAIS POR COPRESENÇA
EM GÊNERO RESENHA ACADÊMICO-CRÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística. Linha de pesquisa: Práticas discursivas e estratégias de textualização

Aprovada em: 07/08/2020.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Margarete Fernandes de Sousa (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Kennedy Cabral Nobre
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus, O Criador de todas as coisas.

Aos meus Pais, José Araújo e Ana Célia.

Ao meu tio, Pedro Oliveira dos Santos (*in
memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, eu agradeço ao Deus que tudo transforma e vivifica, por ter me conduzido em meio a incríveis tribulações e dissabores, salvando-me dos perigos diversos e iluminando minhas decisões.

Agradeço ao meus pais, Ana Célia e José Araújo, por me darem a vida, por me protegerem e sustentarem, oportunizando, assim, minha chegada até aqui. E mesmo que não compreendam ao certo tal feito que se dá agora, sempre fizeram com que eu estudasse, dando apoio e substância psicológica para tal.

Às minhas irmãs, Auridene, Aurilene e Audilene, pela comunhão familiar forte e pelo sustentáculo fraterno e por cuidarem de mim em muitas épocas e situações. Ao meu sobrinho Gabriel, que ainda pequeno mostrava para mim as alegrias das pequenas coisas.

Ao meu tio Luiz, pelo acolhimento sempre disposto e com alegria, e ao Ivanildo, pelo apoio constante aos meus estudos, por se preocupar comigo, mesmo a distância.

Aos meus primos, Mickael e Alef, por me acompanharem nos períodos tristes e felizes da vida, agradeço também pelos abrigos ocasionais durante vários períodos da vida acadêmica.

Ao meu amor Rosa Eulália, por ser a luz dos meus olhos nessa caminhada, por cuidar de mim nos momentos de dúvida, por ser companheira nos momentos de alegria e tristeza durante o percurso não somente acadêmico, mas também da vida. Foi a pessoa que soube trazer minha lucidez em tantos momentos. Agradeço também por me ajudar a tomar as rédeas da minha vida.

À Professora Margarete, acima de tudo pela sua maternidade acadêmica, por ter me ensinado a sobreviver no ambiente de pós-graduação e por ter respeitado os meus limites, por ter compreendido os meus momentos de indecisão e sempre ter uma palavra segura e pelo caráter excepcional de orientação.

À Viviane, minha madrinha acadêmica, que não me via como concorrente e que viria a se tornar uma exímia colega de turma; companheira dos momentos de dificuldades, das tarefas exaustivas e das conversas francas sobre o ambiente acadêmico-científico e sobre a vida.

À Lucineide, por sempre contribuir com meu aprendizado e equilíbrio no curso de mestrado. Com sua experiência de vida e docência, aliadas a um altruísmo absurdo, tornou mais leves para mim as épocas tensas do mestrado, como qualificação, seminários de pesquisa e defesa.

Ao Elderson, por compartilhar seu conhecimento e sua experiência a respeito da intertextualidade, e, sobretudo, pela amizade construída em meio ao turbilhão de tarefas da pós-graduação.

Ao Evilásio, Clealdo, Jocineide, João e Brenda pela amizade construída mesmo em meio às dificuldades do percurso acadêmico. Nunca foi fácil, mas vocês tornaram mais leve toda esta caminhada.

Ao Lailton, pela amizade cultivada desde a época da disciplina Teorias Linguísticas, da qual foi meu professor, na XXIII Turma da Especialização em Ensino em Língua Portuguesa, na UECE. Esse fato contribuiu fortemente para minha aprovação na seleção de mestrado. Sou grato também pelo companheirismo demonstrado nas disciplinas que cursamos juntos, agora como colegas de pós-graduação.

À Mayara Martins, pelo suporte de sempre no campo acadêmico e pessoal, estando presente em momentos delicados da minha carreira e mais recentemente nos momentos decisivos do meu mestrado.

À Maiara Soares, pela vivência acadêmica-pessoal-profissional de tanto tempo, tempo de muito apoio e vivências compartilhadas. Obrigado por acompanhar-me mesmo a distância, em meio a tantos afazeres.

À Jamille Forte, por compartilhar comigo as coisas boas do ambiente acadêmico, por ajudar tanto na iniciação científica e por compartilhar seus estudos sobre a temática da intertextualidade.

Ao Vicente Lima Neto, que sempre me encorajou, com uma sinceridade que lhe é peculiar, para prosseguir nos estudos, inclusive me fornecendo muitos materiais de estudos para tal.

À Thais Abreu, pela amizade construída no improvável, mas que se solidificou muito no respeito e na reciprocidade. Agradeço pelas grandes partilhas de vida desde a época da especialização, na UECE, por acompanhar o meu mestrado com interesse, sempre se preocupando se estou bem.

À Maurileny Santos, pelo carinho cultivado e pelas dificuldades que superamos com alegria e que hoje rende uma bela amizade.

Ao Hilário e ao Tiago, pelos momentos de conversas francas, pelos divertimentos, pelo abrigo ocasional, pela amizade consolidada mesmo nas ausências. Por nossa história de luta de pessoas vindas do interior, que construíram a vidas acadêmica e social, cada um a seu modo, em Fortaleza.

Ao Rui, ao Prof. Josenir, ao Marcos e ao Rômulo (*in memoriam*) pela amizade cultivada desde o tempo da graduação, pelo apoio de esfera pessoal, dado no dia a dia, independente das dificuldades.

À Profa. Dra. Maria Elias, por acreditar em mim, por me ensinar a ter mais convicção, por ensinar que quase tudo pode ter solução. Acima de tudo, agradeço por me ajudar bem nos primeiros anos da graduação, quando eu era bolsista de IC ainda, e por sempre cultivar o meu desejo de cursar o mestrado em Linguística.

À Profa. Dra. Aurea Zavam, pela amizade e respeito construídos desde a época em que eu fui seu bolsista de IC, pelos muitos conselhos desde a época da seleção, em 2017-2018 e pela força que me deste também nos campos profissional e pessoal.

Ao Lucineudo Irineu, pelo respeito e amizade advindos da convivência amistosa, das brincadeiras fraternas, pelo incentivo que me deu, pesando prós e contras, a fazer mestrado.

À Tarciclê, Sâmia, Suele e Hildenize, por sempre me apoiarem na caminhada acadêmica, cada uma a seu modo, para que eu me dispusesse à pós-graduação. Obrigado por acreditarem em mim, isso me deu forças para chegar até aqui.

Aos colegas do PPGL, de maneira especial à turma de 2018, mestrado e doutorado, pelo intenso compartilhamento de experiências, em particular nas primeiras disciplinas.

Aos professores do PPGL, pela intensa dedicação ao programa e aos alunos, pelo senso de humanidade e profissionalismo, mesmo em meio às eventuais dificuldades de infraestrutura e situações em que tiveram que se reorganizar para melhor exercerem o ofício.

À Secretaria do PPGL, por todas as burocracias resolvidas, pelo cuidado ao tratar com os alunos, de forma geral, e pelo compromisso de fazer as coisas certas, mesmo nas altas demandas.

Ao Eduardo Xavier, que, na sua passagem pela secretaria do PPGL foi além do papel de secretário, sendo grande amigo e apoiador. Digo sem receio que isso não se aplica só a mim, mas a muitas turmas que precederam a minha.

Ao Grupo Protetox, meu primeiro grupo de pesquisa, por ter aprendido tantas coisas sobre Linguística Textual, em conjunto com pessoas por quem, até hoje, nutro admiração e carinho. Esse grupo foi fundamental para meu interesse na temática desta dissertação.

Ao Grupo GETEME, grupo que me acolheu sem ressalvas depois que passei tempos afastado do ambiente acadêmico. Durante as pesquisas, fortaleci minhas perspectivas de pesquisador de Linguística e, em particular, da Linguística Textual.

À Profa. Dra. Mônica Cavalcante, que foi a minha primeira motivadora, professora, orientadora de pesquisa de IC na Linguística Textual, por suas orientações não somente

acadêmicas, mas verdadeiras lições de vida, ao tratar-me com respeito, numa humanidade absoluta.

À Profa. Dra. Hermínia Lima, pela participação efetiva na qualificação de projeto, pelos apontamentos pertinentes, indo muito além do caráter eminentemente teórico-metodológico, e pelo cuidado com a apresentação de elementos que agora são expressos na escrita dessa dissertação.

À Profa. Dra. Abniza Leal, pela participação proveitosa na minha qualificação de projeto, com orientações pertinentes, e também pelo carinho e cuidado dispensados a mim desde minha chegada ao Grupo GETEME. Agradeço pelos conselhos durante o decorrer do curso de mestrado e pelo fato de ter sido uma exímia professora no curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa, na UECE.

Ao Prof. Dr. Kennedy Nobre, primeiramente por contribuir de forma tão efetiva e proveitosa para esta dissertação durante a disciplina de Seminários de Pesquisa I, depois por ser um dos principais motivadores, por meio de sua tese com a temática da intertextualidade.

À Profa. Dra. Bernardete Biasi-Rodrigues (*in memoriam*), por ter me apresentado a Linguística Textual e os estudos do Discurso, bem como por ter me estimulado ao fornecer os materiais para primeiras leituras das duas temáticas.

Ao Prof. Paulo Mosânio Teixeira Duarte (*in memoriam*), por ter me ensinado tanto sobre Linguística Geral, epistemologia e filosofia, bem como por ter me incentivado fortemente a prosseguir meus estudos na Pós-Graduação.

À Capes, pela bolsa de mestrado a mim concedida.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“O acontecimento da vida do texto, isto é, a sua verdadeira essência, sempre se desenvolve na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos.”
(BAKHTIN ,2011, p. 311).

RESUMO

Após uma caracterização inicial da noção de intertextualidade, proposta por Kristeva, na década de 70, em trabalhos da esfera da teoria e crítica literária, bem como das categorizações e maiores sistematizações elaboradas por Genette (1982) e, posteriormente, por Piégay-Gros (1996), os estudos sobre essa temática avançaram muito no âmbito da Linguística Textual, nos últimos anos, partindo, principalmente, dos trabalhos de Koch (2004, 2009). Nossa interesse na temática diz respeito às categorias mais estritas redimensionadas por Piégay-Gros (1996), principalmente para as relações intertextuais por copresença (citação, referência e alusão) e para as contribuições de Koch, Bentes e Cavalcante (2007), na busca por um refinamento dessas categorias. Tratamos ainda da paráfrase, com Sant'Anna (1988) e Fuchs (1983), como alternativa de aproximação tipológica. Nesse sentido, temos como objetivo geral analisar as funções discursivas nessas relações intertextuais no gênero resenha acadêmico-crítica, verificando as inter-relações que são operadas na estrutura formal/funcional do gênero em questão. Partindo disso, direcionamos a pesquisa para a intertextualidade, para verificar algumas funções discursivas mais recorrentes, tais como: exemplificação, ilustração, reforço argumentativo e argumento de autoridade (PERELMAN; TYTECA, 2005); retomada de informação, tópico (JUBRAN, 2006; PINHEIRO, 2005); e ornamentação (PIÉGAY-GROS, 1996). Embora situemos esta pesquisa no âmbito da Linguística Textual, dialogamos com outros estudos, como os trabalhos de Silva (2009), Forte (2013) e Nobre (2014). No que tange ao aspecto metodológico, para que os objetivos possam ser alcançados, lançamos mão do método descritivo-interpretativista (MOITA-LOPES, 1995), dado o viés linguístico-discursivo em que se situa a pesquisa no âmbito de uma ciência social. Para isso, analisamos um *corpus* composto por 20 (vinte) resenhas acadêmico-críticas, sendo estas já delimitadas teórico-metodologicamente, principalmente pelos modelos de análise retórica da resenha de Motta-Roth (1995) e Bezerra (2001). No que diz respeito aos resultados, constatamos que os tipos intertextuais por copresença – citação, referência e alusão – já trazem em sua definição variadas funções discursivas, além de se associarem à constituição sociorretórica do gênero, e podem, dessa forma, promover outras funções. Dentre os resultados alcançados, ressaltamos a identificação de funções discursivas associadas somente ao gênero, sem uma necessária interligação com tipos intertextuais. Assim, ao trabalharmos os tipos intertextuais e as funções discursivas em conjunto com aspectos do gênero, consideramos o alinhamento entre as categorias da intertextualidade, as categorias campo do discurso e o estudo dos gêneros como traçado teórico-metodológico eficaz para o tratamento da resenha acadêmico-crítica.

Palavras-chave: Intertextualidade. Funções discursivas. Resenha acadêmico-crítica.

ABSTRACT

After an initial characterization of the notion of intertextuality, as proposed by Kristeva in the 1970s, in the field of theoretical and literary criticism, as well as a characterization of the categorizations and systematizations developed by Genette (1982) and, later, by Piégay-Gros (1996), studies related to this thematic have advanced a great deal in the context of Textual Linguistics, in the last few years, starting mainly from the works of Koch (2004, 2009). Our interest in the theme is associated to the stricter categories, as expanded by Piégay-Gros (1996), mainly for intertextual relations by co-presence (citation, reference, and allusion) and for the contributions of Koch, Bentes and Cavalcante (2007), in the search for a refinement of those categories. We also work with paraphrases, as in Sant'Anna (1988) and Fuchs (1983), as an alternative for typological approximation. In this sense, our main objective is to analyze the discursive functions in these intertextual relations in the academic-critical review genre, analyzing the interrelations that are operated in the formal/functional structure of the genre in question. Therefore, we directed this research towards intertextuality, to verify the more recurring discursive functions, such as: exemplification, illustration, argumentative reinforcement, and argument of authority (PERELMAN; TYTECA, 2005); resumption of information, topic (JUBRAN, 2006; PINHEIRO, 2005); and ornamentation (PIÉGAY-GROS, 1996). Although this research is within the background of Textual Linguistics, we dialogue with other studies, such as the works of Silva (2009), Forte (2013) and Nobre (2014). Regarding the methodological aspect, so that our objectives can be achieved, we use the descriptive-interpretative method (MOITA-LOPES, 1995), given the linguistic-discursive influence which holds this research, within the scope of a social science. Therefore, we analyzed a corpus composed of 20 (twenty) academic-critical reviews, which were previously theoretically and methodologically delimited, mainly based on the rhetorical analysis models of the review by Motta-Roth (1995) and Bezerra (2001). Regarding the results, we found that the intertextual types by co-presence - citation, reference, and allusion - already bring in their definition various discursive functions, in addition to being associated with the socio-rhetorical constitution of the genre and can thus promote other functions. Among the results, we highlight the identification of discursive functions associated only with the textual genre, without the need of an interconnection with intertextual types. Thus, while working with intertextual types and discursive functions in conjunction with aspects of the genre, we consider the alignment between the categories of intertextuality, the categories of the field of speech and the study of

genres as an effective theoretical-methodological approach for the treatment of the academical-critical review.

Keywords: Intertextuality. Discursive functions. Academic-critical review.

RESUMÉ

Après une première caractérisation de la notion d'intertextualité, proposée par Kristeva, dans les années 1970, dans des œuvres dans le domaine de la théorie et de la critique littéraire, ainsi que les catégorisations et systématisations plus grandes développées par Genette (1982) et, plus tard, par Piégay Gros (1996), les études sur ce thème ont beaucoup avancé dans le contexte de la linguistique textuelle, ces dernières années, à partir principalement des travaux de Koch (2004, 2009). Notre intérêt pour le thème concerne les catégories plus strictes redimensionnées par Piégay-Gros (1996), principalement pour les relations intertextuelles par coprésence (citation, référence et allusion) et pour les contributions de Koch, Bentes et Cavalcante (2007), à la recherche d'un raffinement de ces catégories. Nous traitons également la paraphrase, avec Sant'Anna (1988) et Fuchs (1983), comme alternative à l'approximation typologique. En ce sens, notre objectif général est d'analyser les fonctions discursives de ces relations intertextuelles dans le genre de la revue critique-académique, en vérifiant les interrelations qui s'opèrent dans la structure formelle / fonctionnelle du genre en question. Partant de là, nous avons orienté la recherche vers l'intertextualité, pour vérifier certaines fonctions discursives plus récurrentes, telles que: exemplification, illustration, renforcement argumentatif et argument d'autorité (PERELMAN; TYTECA, 2005); reprise de l'information, sujet (JUBRAN, 2006; PINHEIRO, 2005); et ornementation (PIÉGAY-GROS, 1996). Bien que nous placions cette recherche dans le contexte de la linguistique textuelle, nous dialoguons avec d'autres études, comme les travaux de Silva (2009), Forte (2013) et Nobre (2014). Concernant l'aspect méthodologique, pour atteindre les objectifs, nous utilisons la méthode descriptive-interprétative (MOITA-LOPES, 1995), compte tenu du biais linguistique-discursif dans lequel la recherche se situe dans le cadre d'une science sociale. Pour cela, nous avons analysé un corpus composé de 20 (vingt) revues critiques-académiques, déjà délimitées théoriquement et méthodologiquement, principalement par les modèles d'analyse rhétorique de la revue de Motta-Roth (1995) et Bezerra (2001). Au regard des résultats, nous avons constaté que les types intertextuels par coprésence - citation, référence et allusion - apportent déjà dans leur définition des fonctions discursives variées, en plus d'être associés à la constitution socio-rhétorique du genre, et peuvent ainsi favoriser d'autres fonctions. Parmi les résultats obtenus, nous soulignons l'identification des fonctions discursives associées uniquement au genre, sans interconnexion nécessaire avec les types intertextuels. Ainsi, lorsque nous travaillons avec des types intertextuels et des fonctions discursives en conjonction avec des aspects du genre, nous considérons l'alignement entre les

catégories d'intertextualité, les catégories de champ de parole et l'étude des genres comme une approche théorico-méthodologique efficace pour le traitement du revue académique-critique.

Mots clés: Intertextualité. Fonctions discursives. Revue critique-académique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipologias Intertextuais (FORTE, 2013)	31
Figura 2 – Intergenericidade.....	37
Figura 3 – Organograma da Transtextualidade.....	40
Figura 4 – Relações intertextuais para Piégay-Gros.	40
Figura 5 – Recorte das tipologias por copresença.....	41
Figura 6 – Graus de explicitude nos tipos intertextuais por copresença.....	46
Figura 7 – Funções textual-discursivas da citação.....	54
Figura 8 – Funções textual-discursivas da referência.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de publicação de resenhas por periódicos no quadriênio 2013 – 2016	60
Tabela 2 – Organização retórica da resenha proposta por Motta-Roth (1995)	61
Tabela 3 – Organização retórica da resenha (de especialistas) proposta por Bezerra (2001)..	61
Tabela 4 – Categorias analíticas gerais.....	63
Tabela 5 – Categorias de análise da intertextualidade por copresença	64
Tabela 6 – Possibilidades de localização das ocorrências intertextuais nos movimentos retóricos da resenha com base no modelo de Bezerra (2001)	65
Tabela 7 – Possibilidades de localização das funções discursivas nos tipos intertextuais da resenha.....	66

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	INTERTEXTUALIDADE.....	28
2.1	As origens e perspectivas teóricas da intertextualidade.....	28
2.2	As sistematizações da intertextualidade.....	30
2.3	Os processos intertextuais de copresença.....	39
3	FUNÇÕES DISCURSIVAS.....	48
3.1	Funções discursivas e Linguística Textual.....	48
3.2	Funções discursivas e intertextualidade.....	53
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	58
4.1	Tipo de pesquisa e método.....	58
4.2	Delimitação do universo e da amostra.....	59
4.3	Descrição do procedimento de seleção e coleta de dados.....	59
4.4	Procedimento da análise de dados.....	62
5	ANÁLISE DAS RESENHAS ACADÊMICO-CRÍTICAS.....	68
5.1	A citação.....	68
5.2	A referência.....	79
5.3	A alusão.....	90
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
	REFERÊNCIAS.....	96

1 INTRODUÇÃO

Embora o reconhecimento inicial do fenômeno da intertextualidade não tenha sido eminentemente linguístico, haja vista sua associação aos gêneros literários e humorísticos (SANTA'ANNA, 1988; MATIAS, 2010), atualmente, é crescente o interesse de pesquisadores dessa temática, como Nobre (2014) e Silva (2016), em tese de doutorado; Koch, Bentes e Cavalcante (2007), em livro particularmente dedicado ao tema; estudos com a perspectiva de funções que a intertextualidade exerce, como a dissertação de Forte (2013). Nessa esteira, encontramos estudos em várias perspectivas envolvendo as relações intertextuais, em gêneros diversos, que demandam especificidades em relação à obtenção de sentidos, como os gêneros eminentemente não verbais, tal como charges, tirinhas, memes (ROMUALDO (2000); LIMA E CARDOSO (2015); MEILI (2014)), obras de arte bíblicas (SILVA, 2016); bem como pesquisas que envolvem intertextualidade com vistas à construção de paródias e paráfrases em sentido amplo.

Nesse sentido, empreendemos esta pesquisa no intuito de estabelecer um diálogo entre os tipos de intertextualidade por copresença e as funções discursivas que advêm desse uso no gênero resenha acadêmico-crítica.

Essa ideia surgiu de inquietações de pesquisas na época da graduação em Letras, em projetos de Iniciação Científica, no escopo da Linguística Textual, com temas que circulavam em torno da intertextualidade, tais como referênciação e argumentação, por exemplo¹. Houve oportunidade de aprofundamento em leituras e orientações sobre a temática, bem como em discussões durante reuniões do Grupo de Pesquisa Protexo (PPGL/UFC), quando já havia um amplo desenvolvimento desse assunto em trabalhos de alguns membros do grupo. Das discussões que surgiam, percebemos a necessidade de demonstrar como se operacionalizavam conceitos, cujas demonstrações foram divulgadas em apresentações de trabalho em alguns eventos, o que solidificou ainda mais o interesse pelo tema e boa interlocução com outros pesquisadores, principalmente do Grupo de Pesquisa GETEME, com relação a esta temática e a outras afins.

No que diz respeito ao gênero resenha acadêmico-crítica, o interesse surgiu no Curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa, particularmente na disciplina de Teorias Linguísticas, ministrada pelo Prof. Ms. Antônio Lailton Duarte, da Universidade

¹ Projeto PIBIC, referente ao período 2012-2013, denominado: Processos referenciais, intertextualidade e argumentação, orientado pela Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante (PPGL/UFC).

Estadual do Ceará/UECE, bem como na disciplina Linguística Textual e ensino, ministrada pela Profa. Dra. Suelene Oliveira. Parte da avaliação dessas disciplinas se dava por meio de resenhas com o caráter crítico, em que houvesse um posicionamento minimamente argumentativo, apelando para as formas de citar e/ou referir obras e autores, bem como uma certa acuidade crítica no traçado da escrita deste gênero acadêmico.

Nesse sentido, os professores procuravam orientar os alunos a como citar, como fazer referências no interior do texto resenhado, como estabelecer relações com outras perspectivas teóricas, traçando referências. Também eram tratados alguns aspectos composicionais da resenha, em uma perspectiva mais geral, em que o enfoque era mais temático do que formal ou funcional. Obviamente que, na sala de aula, os professores não se detinham em explicar como a intertextualidade poderia auxiliar na prática da escrita de resenhas, tampouco se discutiam as funções discursivas que surgiam da prática da citação, da referência ou da alusão, já que não era objetivo da atividade. Essas inferências ficavam a critério dos alunos que já detinham algum entendimento geral. Não era interesse, naquele momento (até mesmo por uma questão de tempo e metodologias das disciplinas), deter-se nessas particularidades, ainda que, a longo prazo, seja interessante uma explanação desses conceitos em ambiente de sala de aula, principalmente na graduação e pós-graduação *lato sensu*. Essa situação reforçou ainda mais nosso interesse em aprofundar essa temática e, assim, ampliar a contribuição que já vem sendo dada ao assunto.

Dentre as motivações de pesquisa, destacamos a dissertação de Forte (2013), porque aborda a temática sobre intertextualidade que se desenvolve em termos de funções textual-discursivas em gêneros diversos. A autora focou seu estudo nas características que os tipos intertextuais evocavam na sua caracterização funcional, mas intrínseca a caracterizações já formuladas dentro do próprio escopo da intertextualidade. Forte teceu boas considerações sobre a relação com aspectos que giravam em torno das teorias que dizem respeito à noção de texto, bem como sobre a relação da intertextualidade com a interdiscursividade, investigada pela Análise do Discurso de vertente francesa.

A pesquisa desenvolvida por Forte (2013) alcançou um bom nível de discussão que motiva outras pesquisas, como a que empreendemos, voltada para o estudo das funções discursivas que surgem quando se cita, quando se fazem referências, quando se alude (ou mesmo quando se parafraseia).

Citamos também como uma referência importante às nossas motivações Silva (2016), que, dentre outros aspectos relevantes, faz um estudo crítico das concepções de intertextualidade em Genette. As considerações da autora, certamente, nos auxiliaram na busca

por um referencial teórico que sustente as categorias analíticas que, acreditamos, emergem dos dados.

Nesta dissertação, definimos para o estudo da intertextualidade os tipos por copresença, com exceção do plágio², por entendermos que esse tipo merece tratamento à parte, como o que fez Souza Santos (2020), ao tratar de plágio e sanções sociais, trabalhando com as noções da Linguística Textual, no que toca à intertextualidade, e alinhando-se com a noção de sujeito e autoria no escopo de várias perspectivas do discurso e de estudos de gênero. Dessa forma, entendemos a necessidade de compreender o fenômeno intertextual com base na alusão, na referência e na citação sob o escopo teórico que consideramos pertinente, por meio de Genette (1982) e Piégay-Gros (1996), principalmente. Esses teóricos nortearam a maioria dos trabalhos recentes acerca da temática da intertextualidade, ainda, que alguns tenham se debruçado em teoria literária (em sentido mais estrito). Outros se dedicaram a fenômenos específicos, a exemplo de Sant'Anna (1988), em discussão a respeito de paródia e paráfrase.

Nesse sentido, para as teorias em torno da intertextualidade, direcionamos nosso olhar para Genette (1982) e Piégay-Gros (1996), muito embora, no decorrer da escrita, estabeleçamos um diálogo com outros autores no intuito de traçar paralelos de ordem discursiva e/ou funcional.

Ao entender que a noção de função discursiva demonstra diversas abordagens dentro dos estudos linguísticos, procedemos a uma escolha que considera o aspecto interior das teorias sobre a intertextualidade, principalmente por Genette (1982), ao vislumbrar os regimes e as relações, ao tratar as práticas hipertextuais como aspecto que desembocaria numa visada funcional.

Entendemos também ser válido, em termos de função discursiva, o recurso de argumento de autoridade, argumentação pelo exemplo e ilustração elencados na nova retórica (PERELMAN; TYTECA, 2005); o caráter implícito e explícito, de Koch (2004, 2009), que pode oferecer subsídios linguísticos bastante proveitosos, haja vista a sua possibilidade de articulação com funções de esfera argumentativa, como o apelo à autoridade, ao exemplo e à ilustração, conforme já citados; a noção de tópico discursivo (PINHEIRO, 2005; JUBRAN, 2006) e suas implicações a respeito da sua manutenção e das modificações no próprio âmbito composicional da resenha.

A referenciação pode também ser evocada no sentido de caracterizar funções discursivas nas manifestações dos tipos intertextuais, como referência e alusão, para o que

² Não nos deteremos nos conceitos de plágio, ainda que possamos fazer alguma menção a possíveis ocorrências.

recorremos às contribuições de Koch (2004, 2009), Koch, Bentes e Cavalcante (2007) e Cavalcante (2011).

Uma função que consideramos relevante para o gênero resenha crítico-acadêmica está circunscrita ao âmbito da tipologia intertextual, o que Piégay-Gros (1996) chamou de ornamentação, dentro das funções textual-discursivas da citação, que também traz características de argumento de autoridade (mas não o mesmo empregado pelas teorias da argumentação e retórica). Essa questão traz implicações no que tange à perspectiva de se entender a inter-relação tanto de funções discursivas quanto de tipos intertextuais, ou mesmo de um tipo intertextual apontar para variadas manifestações discursivas. Essas inter-relações podem, inclusive, promover outras possibilidades de análise, no caso de gêneros acadêmicos/científicos.

Ainda trataremos como função discursiva, inerente tanto à intertextualidade como ao gênero de análise, a autoria, não em seus fundamentos teórico-epistemológicos, mas nas acepções que nos permitem depreender que o gênero resenha acadêmico-crítica recobre também as tomadas de posição (bem como a ausência) em textos que se expressam argumentativos, com característica crítica.

Apesar da “pulverização” do termo função discursiva ser bastante latente, pois não se tem um conceito fechado, o *corpus* escolhido para análise nesta pesquisa diz se podemos fechar pelo menos aspectos predominantes para essa questão, buscando apoio nas concepções de fatores de textualidade (principalmente se levarmos em consideração a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade e a intertextualidade, considerados como fatores pragmáticos) como uma possibilidade de norteamento funcional em sentido amplo. Ao considerarmos essas perspectivas, Beaugrande e Dressler (1983), Costa Val (1994) e Marcuschi (2008) trazem significativa contribuição, inclusive fornecendo maiores possibilidades de análise que apontam para funções textuais, de modo mais específico, ainda que o apelo discursivo ainda possa ser bastante contundente nessa abordagem.

No que diz respeito ao trato da resenha acadêmico-científica, propriamente dita, percebemos que há obras que abordam aspectos mais voltados para a perspectiva de estruturação do gênero, quanto à composição, principalmente os manuais de redação acadêmica (MACHADO; LOUSADA; ABREU-TARDELI, 2010), bem como os materiais que tratam de metodologia científica, em que há capítulos (ou partes) que detalham características eminentemente formais da composição de resenhas (MARCONI; LAKATOS, 2009). Essa perspectiva da “feitura” do gênero resenha crítica, nesses manuais, segue pressupostos de padronização, ainda que se insiram um ou outro elemento da ordem argumentativa. Em geral,

prevalecem informações de como fazer ou como proceder um passo a passo para se chegar a uma boa resenha, como o uso de exemplos atuais como modelos, inclusive.

Quanto às pesquisas, no tocante à intertextualidade, citamos mais uma vez a relevância da pesquisa de Forte (2013), que, ao trabalhar as funções textual-discursivas de processos intertextuais em gêneros diversos, obteve seus méritos, importou, naquele momento, para a autora, destacar as funções textual-discursivas inerentes às tipologias por copresença, assentando teoricamente seu trabalho em Genette (1982), Piégay-Gros (1996), e Sant'Anna (1988).

Ainda nessa temática, temos o estudo de Nobre (2014), que opera redimensionamentos formais e funcionais (composicional e referencial) da intertextualidade, bem como uma dissecação bastante proveitosa do conceito. O autor baseia-se fundamentalmente na proposta de Genette (1982) para elaborar sua definição do fenômeno, bem como suas correlações. O mérito do autor consistiu, dentre outros pontos, em apresentar um estudo profícuo da teoria primária, no que resultou uma tese predominantemente teórica.

Com relação às pesquisas da intertextualidade em resenhas acadêmicas, temos a pesquisa de Silva (2009), que aborda a intertextualidade em resenhas acadêmicas no contexto de produção em sala de aula. Essa perspectiva possui uma metodologia que permite acompanhar a produção dessas resenhas, seu enfoque principal. Silva (2009) traz em seu trabalho o investimento teórico seguindo as estruturas do modelo CARS (Create a Research Space)³, de Swales (1990), para a caracterização formal/funcional das resenhas. Busca articular essa caracterização com as ocorrências intertextuais como implícitas e explícitas (SILVA, 2009).

É importante frisar que a abordagem da autora obteve um bom tratamento teórico-metodológico, embora a noção discursiva remeta à interdiscursividade ao aproximar-se de uma relação com o dialogismo bakhtiniano e com as heterogeneidades enunciativas trazidas por Authier-Revuz (1982), para uma explicitação da relação o discurso, a intertextualidade e os movimentos retóricos.

Nossa proposta nesta pesquisa, reforçamos, é discutir (analisar) as funções discursivas nas ocorrências dos tipos intertextuais de copresença e não algo já inserido no interior das tipologias já existentes sobre a temática. Não é de nosso interesse, portanto, rediscutir a tipologia intertextual, mas estabelecer relações com algumas funções discursivas inerentes ao gênero, em seus aspectos de constituição retórica. Também é importante frisar que,

³ Modelo de análise que leva em conta os aspectos composticionais como movimentos retóricos de gêneros acadêmicos/profissionais.

nesta pesquisa, não atentaremos para uma discussão teórica em torno da caracterização formal e/ou tipológica da resenha, buscamos dar mais atenção a esse aspecto a ser reforçado para tratarmos da metodologia e da análise do material, com a finalidade de recuperar os tipos intertextuais e funções discursivas do gênero em estudo.

Entendemos, portanto, ser necessário um estudo mais detido quanto aos aspectos intertextuais, notadamente os de copresença, que possam abranger os fatores não só quanto à questão de composição (no que diz respeito à forma) do texto, como também quanto aos aspectos relacionados às funções discursivas inerentes ao gênero resenha crítica, expressas por esse tipo de relação intertextual, o que entendemos ser importante e necessário desenvolver e que ainda não foi feito.

A respeito dessa consideração, temos os pressupostos de Bazerman (2006) sobre a intertextualidade, que relaciona o produtor do texto ao contexto de produção, bem como o posicionamento do leitor do texto fonte à sua produção. Nesse sentido, faremos incursões no intuito de utilizar produtivamente essa perspectiva, visto que as funções discursivas podem ser depreendidas da relação produtor do texto *versus* leitor do texto, sendo o último o que toma as posições e as reafirma na construção de outro texto.

Diante do exposto, reforçamos a natureza positiva e relevante desta pesquisa, pois apresenta um aspecto ainda pouco explorado da intertextualidade (funções discursivas), além de oferecer uma resenha crítica e atual sobre o *status* teórico do próprio fenômeno investigado: funções discursivas expressas pelas relações intertextuais de copresença em resenhas acadêmico-críticas, gênero, também, ainda carente de atenção.

No intuito de nortear esta pesquisa, apresentamos desdobramentos teóricos que rediscutem conceitos importantes em torno da intertextualidade e de algumas posições teórico-metodológicas a respeito da resenha acadêmico-crítica. Nesse sentido, temos como nosso objetivo geral caracterizar as funções discursivas nas relações intertextuais de copresença operadas no gênero resenha acadêmico-crítica, publicadas em periódicos da área de linguística de Qualis A1 do quadriênio 2013 a 2016.

Partindo do objetivo geral, apresentamos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar os tipos intertextuais por copresença presentes no gênero resenha acadêmico-crítica analisados, levando em consideração as expressões linguísticas empregadas, bem como os aspectos compostoriais do gênero resenha acadêmico-crítica.
- b) Analisar as funções discursivas, como por exemplo: exemplificação, reforço argumentativo, argumento de autoridade, retomada de informação, tópico,

referência implícita ou explícita e ornamentação, expressas pelos tipos intertextuais de copresença no gênero resenha acadêmico-crítica.

- c) Analisar a inter-relação entre os tipos intertextuais por copresença e as funções discursivas por eles expressos, bem como suas recorrências, no gênero resenha acadêmico-crítica.
- d) Mapear as ocorrências dos tipos intertextuais por copresença no gênero analisado e suas respectivas funções discursivas expressas no gênero em questão, levando em consideração os movimentos retóricos, principalmente quando esses movimentos ressaltam um tipo intertextual ou de modo mais direto, inerente ao gênero, uma função discursiva.

Em conformidade com os objetivos desta dissertação, levantamos um pressuposto teórico básico que também norteia a investigação: as relações intertextuais de copresença expressas no gênero resenha acadêmico-crítica apresentam funções textual-discursivas responsáveis pela construção dos sentidos do texto próprias de gênero argumentativo.

Com base nesse pressuposto básico, elencamos os pressupostos secundários, também associados aos objetivos.

- a) As relações intertextuais de copresença expressas, como alusão, citação e referência, no gênero resenha acadêmico-crítica, caracterizam os aspectos do escopo da expressão linguística e características discursivas do gênero analisado.
- b) A tipologia intertextual de copresença pode revelar, inclusive em coocorrência, as funções discursivas inerentes ao gênero, como: exemplificação, reforço argumentativo, argumento de autoridade, retomada de informação, tópico, referência implícita ou explícita e ornamentação.
- c) Há recorrência de determinadas funções discursivas expressas no gênero resenha acadêmico-crítica quando da natureza de sua inter-relação com os tipos intertextuais por copresença. Como exemplo dessas recorrências, temos o *apelo à autoridade*, *ilustração* e/ou *exemplificação* (principalmente para a citação); *progressão tópica* e *reforço argumentativo* (para a referência).
- d) Os tipos intertextuais que são identificados em consonância com determinadas funções discursivas podem ser mais prototípicos em determinados movimentos retóricos do gênero em estudo, bem como podem ser devidos ao próprio recurso intertextual. É possível também que, em sentido inverso, os tipos intertextuais e as funções discursivas surgirem a partir de movimentos retóricos, dando ênfase ao estatuto formal do gênero em análise.

Na intenção de dialogar com os objetivos e alcançar os pressupostos de pesquisa, elaboramos questões que visam direcionar o trabalho. Temos como questão central: Quais são as funções discursivas expressas pelas relações intertextuais de copresença no gênero resenha acadêmico-crítica, publicadas em periódicos da área de linguística de Qualis A1 do quadriênio 20013-2016?

Dessa questão mais geral, surgiram questões específicas que, entendemos, nortearam nosso percurso investigativo.

- a) Quais as relações intertextuais expressas no gênero resenha acadêmico-crítica analisadas quanto às formas linguísticas e aos aspectos discursivos do gênero?
- b) Que funções discursivas são reveladas, pelos tipos intertextuais de copresença, promovidas no gênero resenha acadêmico-crítica?
- c) Que funções discursivas são recorrentes⁴ no gênero analisado, bem como a natureza da inter-relação desse tipo intertextual e a função discursiva expressa?
- d) Como é possível identificar as ocorrências de tipos intertextuais por copresença e que promovem o surgimento de funções discursivas e suas coocorrências, bem como as funções que são inerentes ao gênero resenha acadêmico-crítica, levando em consideração seus aspectos de organização retórica?

Frisamos, portanto, que esta pesquisa segue os pressupostos da Linguística Textual que norteiam os estudos sobre intertextualidade tendo em Koch (2004; 2009) e Koch, Bentes e Cavalcante (2007) desenvolvimento substancial. Esses autores são influenciados direta ou indiretamente pelos trabalhos de Bakhtin (2011), Kristeva (1974), Barthes (1984), Genette (1982), Sant'Anna (1988) e Piégay-Gros (1996), em que se promove, ainda que não de maneira estritamente linguística, uma certa sistematização do fenômeno das intertextualidades, por assim dizer. Lidamos, portanto, com estes autores que fundamentam e sistematizam características importantes dessa temática para nosso estudo.

Há também carência no que tange um traçado linguístico de cunho textual, além do literário, do fenômeno da paráfrase. Desse modo, buscaremos aliar, ainda que de modo parcial, os estudos de Sant'Anna (1988) e Genette (1982) com os estudos de cunho semântico realizados por Fuchs (1982) e os estudos posteriores de Hilgert (1987; 2002) e Duarte (2003), a fim de tentarmos uniformizar uma conceituação que atinja nossos objetivos e nos auxilie na análise do *corpus*.

⁴ Adiantamos que falaremos de recorrência no sentido de observarmos, nas situações de usos, casos de repetições e/ou reforço de mesma função, por exemplo, sem preocupação quantitativa.

Desse modo, a dissertação está retoricamente organizada em 6 (seis) capítulos, além das referências e anexos, sendo, portanto:

Capítulo 1 – Introdução: mostramos a relevância da pesquisa, motivações e pressupostos básicos, questões de pesquisa e objetivos que norteiam este estudo, bem como apresentamos o aparato teórico que a ampara.

Capítulo 2 – Intertextualidade: tratamos das concepções de intertextualidade a partir de suas bases teóricas, bem como sua sistematização em trabalhos mais recentes. Tratamos também dos tipos intertextuais, das suas caracterizações e suas relações mais estritas como com a paráfrase e com o próprio gênero em estudo, por exemplo. Escolhemos também nosso norteamento teórico principal, no que diz respeito à tipologia, nesse capítulo.

Capítulo 3 – Funções discursivas: buscamos aqui verificar quais funções discursivas surgem a partir de algumas ocorrências intertextuais, bem como aquelas que se formam no próprio escopo do gênero de análise, considerando para as duas perspectivas as devidas considerações teórico-metodológicas advindas dos movimentos retóricos próprios da resenha (Cf. Motta-Roth (1995); e Bezerra (2001)). Para isso, fizemos incursões, em tópico específico, no sentido de buscar aproximações entre gênero e funções discursivas que surgem de um alinhamento com alguns vieses principalmente composicionais comportados pelo gênero. Não obstante quase sempre se trate de gênero, tanto em aspecto composicional quanto em aspecto funcional, há uma reflexão a respeito de função, achamos por bem enfatizar essa questão, principalmente por esta pesquisa aliar 3 temáticas: a intertextualidade; as funções discursivas; e o gênero. Verificamos, também a partir dessas considerações, quais as funções discursivas que podem ocorrer (ou coocorrer) na inter-relação com a perspectiva do gênero (e seus movimentos retóricos) e com os tipos por copresença da intertextualidade.

Capítulo 4 – Aspectos Metodológicos: tratamos do método de abordagem; dos tipos de pesquisa utilizados; dos procedimentos metodológicos, no que tange ao trato do corpus, bem como dos procedimentos de análise de dados, com base no referencial teórico que nos norteou.

Capítulo 5 – Análise das resenhas acadêmico-críticas: buscamos, primeiramente, uma contextualização geral a respeito do gênero, as relações intertextuais implicadas, bem como as funções discursivas que se podem depreender. Após isso, buscamos correlacionar os tipos intertextuais por copresença – citação (e paráfrase), referência, alusão – e suas respectivas funções discursivas, assim como as subjacentes ao gênero de análise em seus movimentos retóricos. Ainda nesse escopo, inserimos a paráfrase e as funções discursivas que surgem a partir dela.

Capítulo 6 – Considerações Finais: apresentamos os resultados e reforçamos a importância da pesquisa para os estudos da intertextualidade e do gênero resenha acadêmico-critica. Mostramos a busca por empreender, não sem dificuldades no percurso, um estudo que congregasse aspectos teóricos a práticas discursivas, principalmente no que diz respeito à produção de um gênero acadêmico tão valorizado. Apontamos novas perspectivas a serem contempladas, a partir desta pesquisa, advindas das indagações que ainda permanecem.

2 INTERTEXTUALIDADE

Ainda que reconheçamos as características mais gerais da intertextualidade como a perspectiva de um texto (sendo reconhecido) a partir de outro texto (texto-fonte), tendo um tratamento de maneira que se possa observar os tipos intertextuais que surgem das perspectivas teóricas como as de Genette (1982) e Piégay-Gros (1996), faz sentido entender que as pesquisas em Linguística Textual avançaram para perspectiva de uma intertextualidade que não se prende somente a tipos, mas se interessa também por uma perspectiva mais relacional com os efeitos de sentido e com o aparato funcional/discursivo. Ainda que os autores principais circundassem uma perspectiva funcional (como os regimes, em Genette, (1982)), ainda era muito restrita a percepção, até mesmo porque o nível de análise da intertextualidade naquele momento se ocupava primariamente de gêneros literários.

Com o avanço dos estudos a respeito do fenômeno da intertextualidade, por parte da Linguística Textual, passamos a entender como são operadas recriações de sentido, os contextos, a perspectiva argumentativa, as funções discursivas expressas nesse fenômeno, bem como as suas funções na tessitura composicional e funcional dos gêneros textuais, principalmente os de esfera acadêmico-crítica, que compõem o escopo analítico desta dissertação.

2.1 As origens e as perspectivas teóricas da intertextualidade

As discussões iniciais a respeito do tema intertextualidade foram feitas no âmbito da teoria literária e da estética por Júlia Kristeva, na década de 70. É dela a primeira noção a respeito do termo *intertextualidade*, que parte do conceito bakhtiniano de intersubjetividade aplicado a textos poéticos. Essa primeira noção se tornou alvo de pesquisas mais aprofundadas por parte de teóricos que se debruçaram sobre os estudos do texto.

Mais tarde, conforme as necessidades de análise tomavam dimensões maiores no escopo das ciências da linguagem, Genette (1982) passa a perceber as manifestações intertextuais que ocorrem com base em funções que são díspares e, ao mesmo tempo, complementares, revelando correlações ou mesmo interdependências entre sistematizações realizadas no próprio texto, no que diz respeito às relações entre os sentidos do texto. Porém, essas manifestações intertextuais ocorriam com uma abordagem mais sistemática, numa maior

arquitetura que o autor chama de hipertextualidade, que, por sua vez, se desmembra em outra categoria, a transtextualidade, que rege outros fenômenos de relação entre textos⁵.

Na esteira de estudos em que predominavam os aspectos verbais, Barthes (1984, p. 58) reconhece características da intertextualidade, ainda que de maneira bem geral e não sistemática, pois o autor buscava discorrer sobre o texto e seus vieses: “o intertextual em que todo o texto é apanhado, visto que ele próprio é o entretexto de um outro texto, não pode confundir-se com qualquer origem no texto. [...].” Nesse ponto, vislumbra-se ainda o intertextual voltado para uma crítica literária, recuperando funções de apropriação temporal ou filiação literária.

No que tange a um estudo mais criterioso a respeito do fenômeno de imbricamento de textos em outros, Genette (1982) foi quem primeiro trabalhou de maneira a estabelecer critérios relacionais de forma *versus* função nos textos analisados pela intertextualidade. Seus estudos influenciaram outros trabalhos, como o de Piégay-Gros (1996), nos quais já se percebia uma certa gama de remissões a certos tipos de critérios implícitos e explícitos, uma espécie de redimensionamento posterior à proposta original, para explicitar as relações intertextuais.

Nobre (2014), bebendo nessas fontes, alega que esse redimensionamento já parte de um pressuposto fundamental: a redução dos gêneros hipertextuais apresentados anteriormente por Genette (1982). Nesse sentido, as relações travadas pareciam ser mais evidentes quando se firmavam nos propósitos estritos, dos quais partiam os tipos por copresença e por derivação, adquirindo características mais estruturais do que propriamente funcionais ou aplicadas.

Visto que as relações eram consideradas pela análise de manifestações, a problematização que havia não dava conta de muitos fenômenos, principalmente, se se levasse em consideração que muitos dos tipos poderiam coocorrer, não obstante Piégay-Gros (1996) explicite que a citação, como forma canônica da intertextualidade, não apresenta características difusas, portanto, apresentando-se mais reconhecível grafolinguisticamente, com o uso de aspas, por exemplo. São vários os exemplos tomados pela autora para exemplificar o uso da citação, como a citação feita por Chateaubriand das *Memoires*, de François Miot, comissário de guerra de Napoleão Bonaparte. Sobre esse aspecto, a autora ainda reforça o caráter da autoridade como “reafirmadora” de efeitos de verdades trazidos pela citação, como uma forma de autenticá-la (PIÉGAY-GROS, 1996).

⁵ Conforme o capítulo: Cinco tipos de transtextualidade, dentre os quais a hipertextualidade. (GENETTE, 1982, p. 11-19).

Talvez sob esse ponto de vista é que se depreendam também aspectos que são inerentes à citação, mas que, por uma questão de aproximação teórica, guarde também semelhanças pontuais. Trazemos com isso a noção de autoridade, descrita desde a nova retórica, e que pode dialogar com uma condição intrínseca de autoridade já do seio da citação como tipo intertextual.

Com base nessas incursões iniciais, prosseguimos com o tratamento das tipologias intertextuais, entre suas semelhanças, diferenças e coocorrências, bem como com algumas noções de aproximação teórico-metodológica.

2.2 As sistematizações da intertextualidade.

Koch, Bentes e Cavalcante (2007) assinalaram questões importantes a respeito das categorias intertextuais, sempre fazendo recortes teóricos de Genette (1982) e Piégay-Gros, bem como da perspectiva polifônica de Bakhtin (2011), para o que fizeram diversas associações e aproximações, assinalando o caráter de implicitude e explicitude (já elencados por Koch (2007)) de relações intertextuais e interdiscursivas. Pode-se dizer, inclusive, que o grande mérito das autoras foi de aproximar o estudo da intertextualidade da perspectiva dos gêneros verbo-imagéticos, dando, assim, suporte para o ensino em seus variados vieses, inclusive a intertextualidade intergenérica. Essa perspectiva de uma aplicação nos gêneros foi também trabalhada por Koch e Elias (2008), ao reafirmarem a perspectiva da intertextualidade como um processo de leitura e produção do sentido.

Em trabalhos posteriores sobre intertextualidade, há a tomada da paráfrase, que já havia sido trabalhada em conjunto com a paródia no âmbito da teoria literária por Sant'Anna (1988), cuja acepção seria para além das categorias semântico-lexicais.

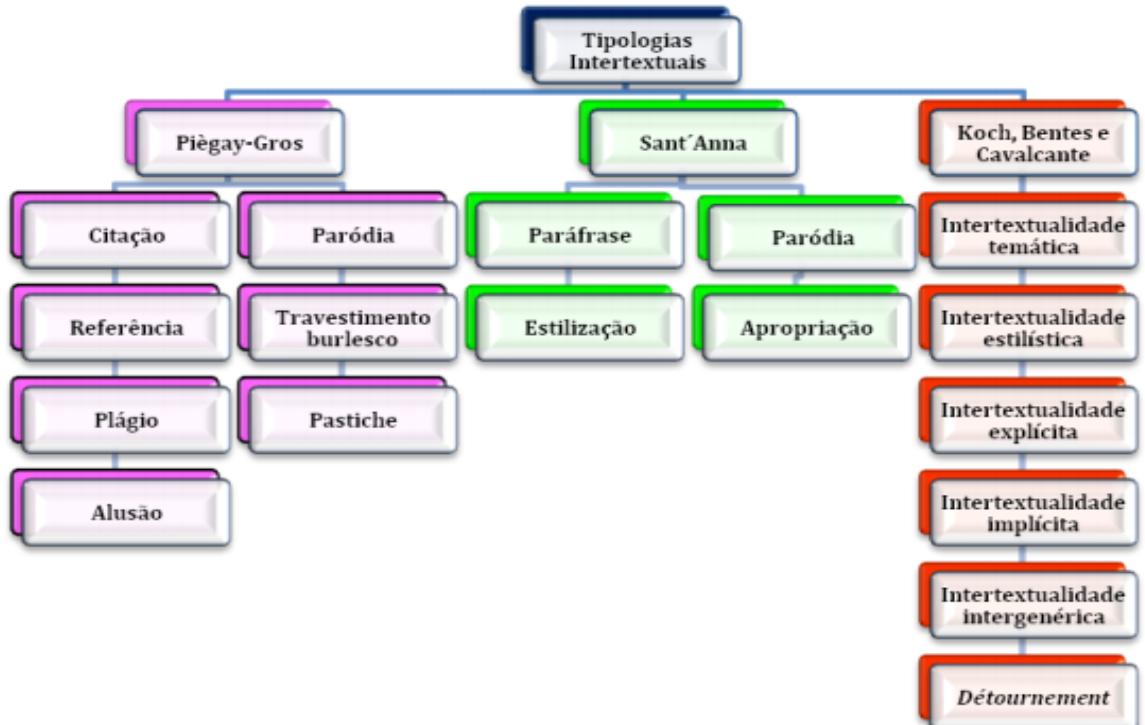
Cavalcante e Brito (2012) retomam a paráfrase para explicitar seu comportamento quanto ao caráter de derivação intertextual ou de copresença. As autoras ainda consideram uma temeridade ser a paráfrase a recriação de um texto inteiro, conforme preconizava Sant'Anna (1988), que tomava a estilização como um fenômeno a ser considerado, principalmente do campo artístico. Além disso, Cavalcante e Brito (2012) levam em conta a produtividade de textos não-literários; assim, a paráfrase teria, portanto, um regime sério e não funções satíricas e/ou lúdicas. Desse modo, Nobre (2014), em seu mapeamento dos processos intertextuais, retoma a discussão sobre o caráter produtivo das paráfrases não literárias, bem como reforça um caráter de neutralidade do enunciador nessas ocorrências.

Ao situarmos os posicionamentos que buscaram entender e ampliar os conceitos discutidos no escopo da intertextualidade, e também procurando sentidos intrínsecos às tipologias que surgiram no decorrer de sua especialização, vislumbramos ter um alcance maior desses processos. Embora uma descrição tipológica não seja possível, devido à grande extensão de seu mapeamento, as correlações e aproximações entre os tipos intertextuais são possíveis, fato que promove intensa troca funcional/discursiva.

Na dissertação de Forte (2013), há uma busca pela construção de sentidos evocados dos tipos intertextuais no intuito de estabelecer correlações com suas funções. Nesse ponto, a autora trabalhou a intertextualidade de modo estrito, atendo-se principalmente a Genette (1982) e Piégay-Gros (1996) e, apesar disso, não tencionou avançar para redefinições dos tipos, mas promoveu diálogo substancial entre as vertentes que tocam à intertextualidade, principalmente direcionando os conceitos para o seu objetivo de pesquisa.

Nesse tocante, a autora elabora um esquema resumitivo com base em Genette (1982); Sant'Anna (1988); Piégay-Gros (1996); e Koch, Bentes e Cavalcante (2007), que é tomado para definir um panorama da multiplicidade das tipologias intertextuais, bem como para traçar um panorama geral dos estudos da intertextualidade no escopo da Linguística Textual:

Figura 1 – Tipologias intertextuais



Fonte: Forte (2013, p. 16).

Desse esquema, serão úteis para esta dissertação os tipos citação, referência e alusão de Piégay-Gros (1996) e a conceituação de paráphrase de Sant'Anna (1988), já que não buscamos aqui estabelecer um novo quadro para as copresenças, mas apresentar uma sistematização de cunho metodológico. Nesse sentido, retomamos também os detalhamentos sobre a implicitude e explicitude em Piégay-Gros (1996) e Koch (2004), bem como os fatores de intergenericidade, conforme Marcuschi (2008), para podermos fazer as pontes necessárias para as funções discursivas atinentes não somente à intertextualidade, mas também ao gênero, promovendo, desta forma, uma inter-relação.

Outras perspectivas a respeito da intertextualidade são dignas de menção quando se trata de fenômenos que remetem a gêneros; como a apresentada por Bazerman (2007, p. 92-93), para quem:

Compreender como usamos a intertextualidade, enquanto escritores e leitores, pode levar ao aperfeiçoamento da nossa prática enquanto indivíduos e enquanto coletividade. Nossa escrita pode ser mais confiante se percebermos o campo intertextual em que estamos pisando. Podemos nos tornar mais hábeis e precisos não só invocando textos os quais queiramos que sejam vistos como um contexto relevante pelo nosso leitor, mas também excluindo aqueles intertextos que poderiam distrair os leitores da visão que desejamos apresentar.

Com base nessa perspectiva, percebemos o caráter sociointerativo de que o autor lança mão ao caracterizar o fenômeno da intertextualidade. A visão do leitor se torna papel fundamental para a constituição da intertextualidade, pois essa visão o fará compreender melhor para produzir melhor. Nesse trecho, podemos vislumbrar palavras-chave que identificam as principais características da teoria de cunho sociodiscursivo de Bazerman (2006): indivíduos, coletividade, campo intertextual, contexto relevante, visão. Esses conceitos podem parecer mais claros ao nos depararmos com outra obra de Bazerman, de 2007, em capítulo particularmente voltado para a intertextualidade. Sendo assim, Bazerman (2007) aponta “conceitos básicos” que norteiam sua categorização acerca da temática. Antever algum tipo de explicação sobre esses conceitos nos obrigaría a um tipo de descrição longa.

O que podemos depreender do que Bazerman (2006; 2007) fala sobre a intertextualidade é o fato de situá-la para além do processo de caracterização tipológica, em sentido não estrito, indo também para a perspectiva da análise, expressa em níveis:

1. O texto pode remeter a textos anteriores como fonte de sentidos, usadas como *valor nominal*. [...]
2. O texto pode se remeter a *dramas sociais explícitos* de textos anteriores mencionados na discussão. [...]

3. O texto também pode explicitamente usar outras declarações como *pano de fundo, apoio ou contraposição*. [...]
4. De forma menos implícita, o texto pode se apoiar em *crenças, questões, ideias e declarações amplamente difundidas* e familiares aos leitores, quer estejam relacionadas a uma fonte específica, quer sejam percebidas como senso comum. [...]
5. Através do uso de *certos tipos reconhecíveis de linguagem, de estilo e de gêneros*, cada texto evoca mundos sociais particulares onde essa linguagem ou essas formas linguísticas são utilizadas, normalmente com o propósito de identificá-lo como parte daqueles mundos. [...]
6. Através apenas do uso da linguagem e de formas linguísticas, o texto recorre aos *recursos linguísticos* disponíveis, sem chamar a atenção de modo particular para o intertexto. [...]

Essa perspectiva em níveis do autor aproxima a intertextualidade da Análise do Discurso, principalmente ao considerarmos a noção de interdiscursividade, uma vez que há um forte apelo ao aspecto interativo e ao aspecto da situação comunicativa (revelados principalmente nos pontos 2, 4, 5 e 6).

Para além desses níveis, encaramos como uma grande contribuição de Bazerman (2007) a perspectiva aplicada da intertextualidade, fato esse que já demonstra uma preocupação com o uso em sala de aula, no que tange aos procedimentos de análise que envolvam leitura e produção escrita.

Ainda que a noção de intertextualidade tenha sido abordada como um critério de textualidade, sob a ótica de Beaugrande e Dressler (1983), essa dimensão não se sustentou de maneira tão proficiente (como a coesão e a coerência, por exemplo) na Linguística Textual e em seus desenvolvimentos posteriores. Talvez a intertextualidade, como critério de textualidade, por não oferecer uma sistematização que presumisse tipologia de ocorrências por tipos, destacando aspectos formais e funcionais (como em Genette, 1982), foi mitigada como categoria que fosse passível de detalhamento teórico dentro do escopo da Linguística Textual e como algo que devesse ter um aprofundamento de como as manifestações intertextuais ocorrem.

Somente mais recentemente, os estudos a respeito da intertextualidade ganharam maior notoriedade, principalmente a partir do detalhamento e aprofundamento das categorias de Genette (1982) e de Piégay-Gros (1996), desembocando em produções mais detalhadas e com o foco em intertextualidade, na rediscussão de conceitos e associando a outras áreas como produção e compreensão de textos, relação com gêneros, com discurso, entre outras.

Ainda nesse escopo, embora Marcuschi (2008) recupere as noções da intertextualidade como critério de textualidade e trace a relação com a noção trazida por Genette

(1982) e algumas relações desse aparato textual/discursivo com as perspectivas no entorno dos gêneros (discursivos), ainda mantém as distinções conceituais, reconhecendo os méritos e a amplitude da temática da intertextualidade. Vejamos nas palavras do autor:

O que se pode dizer é que a intertextualidade, mais do que um simples critério de textualidade, é também um princípio constitutivo que trata o texto como uma comunhão de discursos e não como algo isolado. E esse fato é relevante porque dá margem a que se façam interconexões dos mais variados tipos para a própria interpretação [...] (MARCUSCHI, 2008. p. 132)

O que Marcuschi (2008) traz ao reconhecer a amplitude da intertextualidade é o caráter discursivo e um princípio constitutivo, estabelecendo, portanto, sua interpretação sob o viés das heterogeneidades enunciativas, aventadas por Authier-Revuz (1982), bem como uma incursão à Análise do Discurso, mesmo que seja para trazer a diferenciação de interdiscursividade ou para fazer certa provocação teórica nesse sentido.

No que diz respeito a uma aproximação do conceito de intertextualidade ao de interdiscursividade, para a Análise do Discurso o primeiro é variante do segundo (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004). Nesse sentido, pode-se inferir que há a interpretação de que a interdiscursividade recobre a intertextualidade. Há também o reconhecimento, por parte dos analistas do discurso, de que a intertextualidade é constitutiva do texto, bem como um reconhecimento dos traços implícito e explícito que repousam sobre o conceito.

Ainda no que diz respeito ao trato da intertextualidade pelos analistas do discurso, frisa-se a distinção feita por Maingueneau (1984) entre as noções de intertextualidade e de intertexto. Segundo o autor, o intertexto seria um conjunto de fragmentos convocados (por citação, referência etc), enquanto a intertextualidade seria o sistema de regras implícitas que subjaz ao intertexto, sendo operado pelo modo como ocorre em gêneros ou campos discursivos. Ao tomarmos este último aspecto, percebemos que ele é mais relacional, ou seja, há a distinção entre intertextualidade implícita e explícita a partir desse pressuposto, com teor do campo discursivo. (Cf. CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004). Temos como exemplo o trecho da canção *Divina Comédia Humana*, de Belchior, operando em intertextualidade explícita com os primeiros versos do poema *Via Láctea*, de Olavo Bilac:

Trecho da canção *Divina Comédia Humana* (Belchior)

Ora, direis ouvir estrelas, certo perdeste o senso

Eu vos direi, no entanto

Enquanto houver espaço, corpo e tempo e algum modo de dizer não

Eu canto.

Trecho do poema *Via Láctea* (Olavo Bilac)

Ora (direis) ouvir estrelas! Certo
Perdeste o senso!" E eu vos direi, no entanto,
Que, para ouvi-las, muita vez desperto
E abro as janelas, pálido de espanto...

Considerando os trechos, nota-se claramente que há citação dos dois primeiros versos do poema de Bilac (Ora (direis) ouvir estrelas! Certo Perdeste o senso!" E eu vos direi, no entanto) na canção de Belchior. Observa-se também que apenas a pontuação muda, ao compararmos os dois trechos, fato esse que não é suficiente para retirar o caráter de explicitude.

Para exemplificar a intertextualidade implícita, apelamos para outra canção de Belchior, *Apenas Um Rapaz Latino-American*, e para a canção *Divino maravilhoso*, de Caetano Veloso.

Apenas Um Rapaz Latino-American (Belchior)

Trecho 1:

Mas trago de cabeça uma canção do rádio
Em que um antigo compositor baiano me dizia
Tudo é divino, tudo é maravilhoso [...]

Trecho 2:

[...] Mas sei que nada é divino
Nada, nada é maravilhoso
Nada, nada é secreto
Nada, nada é misterioso, não

Trecho da música *Divino maravilhoso* (Caetano Veloso)

Atenção ao dobrar uma esquina
Uma alegria, atenção menina
Você vem, quantos anos você tem?
Atenção, precisa ter olhos firmes
Pra este sol, para esta escuridão
Atenção

Tudo é perigoso
Tudo é divino maravilhoso

Partindo dos exemplos, percebemos que há dois tipos de construção intertextual. No trecho 1, lança-se mão unicamente de citação, com função captativa (cf. GRÉSILLON e MAINGUENEAU, 1984), no trecho 2, há uma subversão ao dizer: “Mas sei que nada é divino. Nada, nada é maravilhoso”, apoiando-se no citado anteriormente, advindo da canção de Veloso, que diz: “Tudo é divino maravilhoso”.

Há ainda no escopo da Análise do Discurso as incursões que justificam interrelações com o fenômeno da intertextualidade e, de certa forma, servem para explicar as próprias caracterizações dos tipos intertextuais que hoje são trabalhados pelos estudiosos do texto e do discurso.

Como exemplo de recurso intertextual trazido no escopo do discurso, tem-se o *détournement*, tratado por Grésillon e Maingueneau (1984) com valor de subversão de sentido, aproximando-se de um caráter lúdico. O *détournement* opera em regiões fronteiriças, sendo inclusive, em perspectivas mais atuais da Linguística Textual e dentro do escopo das categorias da intertextualidade, assumido como um tipo de paródia, principalmente se levarmos em conta as categorias levantadas por Genette (1982) e redimensionadas por Piégay-Gros (1996). A noção de *détournement* como paródia é percebida principalmente a partir da classificação de Sant’Anna (1988).

Nesse tocante, o conceito de *détournement*⁶ é tratado em sentido amplo, como sendo mais de cunho enunciativo (nos termos da Análise do Discurso), mas que não dirigida para uma espécie de “manipulação” ideológica, e sim a um tipo de subversão que apenas remeta a uma ativação do enunciado original pelo interlocutor, daí sua importância para o estudo da intertextualidade.

A reconstrução do sentido, portanto, dá-se a partir do enunciado primeiro e não do subvertido. O interlocutor se vê na situação de recorrer ao enunciado-fonte para modificar o sentido para outros usos, inclusive. Embora o *détournement* seja trazido como um problema a ser ampliado, inclusive se destacando como item de aproximação categorial, ele recupera muito do que vemos nos traços da intertextualidade implícita, que, por sua vez, também tem sido

⁶ Para maior aprofundamento do termo indicamos a leitura de um capítulo específico da obra de Koch, Bentes e Cavalcante (2007).

demonstrada como um traço de alguns tipos intertextuais como a alusão ou mesmo como paródia, como frisa Cavalcante (2012, p.159), por exemplo.

Ainda na esfera do discurso, temos a intertextualidade intergenérica, partindo de aspectos inerentes ao estatuto dos gêneros, que considera o aspecto composicional, a organização temática e o propósito comunicativo. Trata-se, portanto, de um norteamento relacional entre esses aspectos, de onde se depreende uma intertextualidade no (do) gênero, muito embora o caráter de *modelo cognitivo de contexto* (cf. VAN DIJK, 1994) apareça para determinar parâmetros de configurações comunicativas para o falante construir na memória, percebemos que o traço que se sobressai é o de realização discursiva.

A intertextualidade intergenérica segue, portanto, o pressuposto de um gênero que exerce a função de outro, revelando-se maleável e adaptável, daí serem importantes para esse propósito as práticas sociais representadas em diversas molduras comunicativas, além do conhecimento prévio envolvido na situação comunicativa. Para Marcuschi (2008), a intertextualidade intergenérica é tida como configuração híbrida, não somente pelo aspecto composicional, mas também pelo forte apelo funcional.

Concordamos com esse tipo de análise na medida em que se trate de gêneros de diversos domínios discursivos. Consideramos também que seriam necessários maior direcionamento e maior apuramento desse conceito quando temos gêneros de domínios mais estritos, como os profissionais ou acadêmicos, por exemplo.

Marcuschi (2008) explicita, mediante análise de um exemplo em que se mesclam num texto características de bula e de anúncio, o diagrama da intertextualidade intergenérica (ou intergenericidade), como representado na Figura 2, a seguir:

Figura 2 – Intergenericidade



Fonte: Marcuschi (2008, p. 166).

Percebe-se, portanto, o predomínio da função sobre a forma em termos de interpretação da plasticidade e da dinamicidade da ocorrência intergenérica que, ao mesmo tempo, se afasta do aspecto meramente tipológico, no caso de representações de um gênero com uma presença e/ou mescla de outros tipos, por isso há a prevalência do aspecto funcional.

Ainda como contribuição à temática da intertextualidade, temos a perspectiva polifônica. Nesse sentido, Koch, Bentes e Cavalcante (2007) afirmam que o conceito de polifonia⁷ seria mais amplo que o da intertextualidade, englobando o aspecto de *representação* e *encenação* de um texto que se “constrói” no interior do discurso do locutor. Assim, há pontos de vista de enunciadores reais ou virtuais que não sejam constituídos, necessariamente, a partir de uma materialidade textual. Reforça-se ainda mais a característica discursivo-funcional, bem como enunciativa, em favor da uma constituição de uma relação entre polifonia e intertextualidade.

As teorizações mais recentes acerca da temática da intertextualidade desenvolvem-se a partir de redimensionamentos da proposta de Genette (1982) e da proposta de Piégay-Gros (1996). Busca-se fazer associações de tipos textuais, trazendo problemáticas no sentido de apontar relação com estudos de referenciamento⁸, e em torno de gêneros verbo-imagéticos. Marcuschi (2005) e Koch (2009) já enfatizavam, em relevantes trabalhos, como a intertextualidade pode ser uma perspectiva a auxiliar no processo de leitura e de escrita.

Tomaremos, em vista disso, as noções de Genette (1982) e Piégay-Gros (1996), bem como o aprofundamento feito principalmente por Koch, Bentes e Cavalcante (2007) como norteamento teórico da pesquisa, no que diz respeito ao trato da intertextualidade. As outras perspectivas acerca desse fenômeno serão abordadas para estabelecer correlações e aprofundamentos quanto aos tipos intertextuais. Entendemos que esse passo é relevante para esse estudo, pois a necessidade de se obter relações entre os vieses da temática viabiliza uma pesquisa produtiva.

Apesar do largo alcance tipológico da intertextualidade, entendemos que são pontos de vista complementares, haja vista a intertextualidade restrita em Genette (1982) e Piégay-Gros (1996).

No tocante a isso, preferimos não optar por um traçado que considere a implicitude e explicitude pelo fato de ter um espraiamento interpretativo mais direcionado para retomadas em nível discursivo.

⁷ DUCROT, Oswald. **Les mots du discours**. Paris: Minuit, 1984.

⁸ CAVALCANTE, Mônica Magalhães.; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referenciamento e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

A seguir, discorremos sobre as relações intertextuais por copresença extraídos de Piégay-Gros (1996), num redimensionamento das categorias elencadas por Genette (1982), bem como de suas interpretações em trabalhos posteriores.

2.3 Os processos intertextuais de copresença

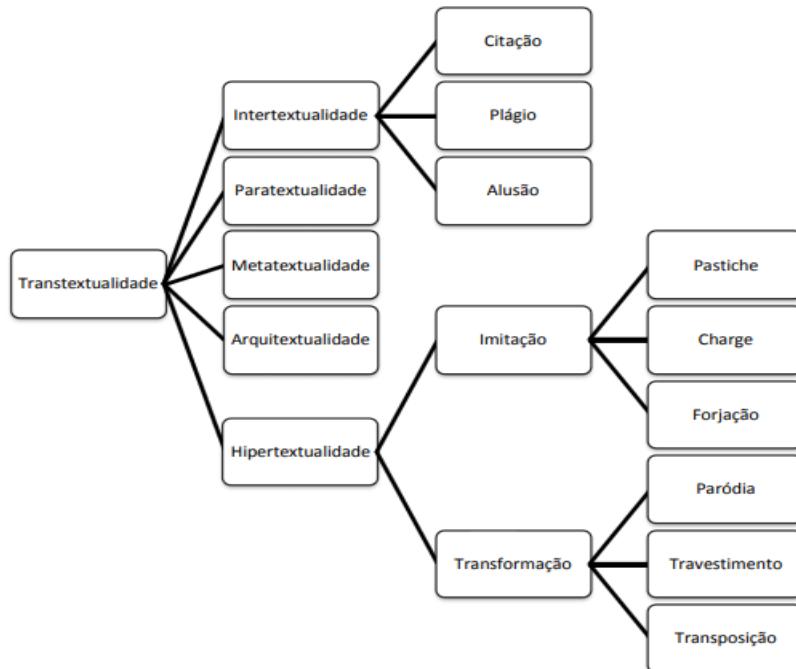
Na esteira das categorias levantadas por Genette (1982), Piégay-Gros (1996) buscou redimensionar a categoria da hipertextualidade para reorganizar a intertextualidade, não numa mera união categorial, mas numa ampliação, modelo. A partir dessa revisita pelas categorias, a proposta passa por um redimensionamento que se biparte em relações de copresença e derivação, muito embora permaneça ligada à teoria literária (ou a textos meramente verbais) em seu âmbito de alcance.

Não obstante as categorizações de Genette (1982) tenham sido mantidas ao nível da concepção primária do termo, há uma reanálise no que diz respeito às definições, que tomam uma amplitude maior. Na circunscrição do fenômeno intertextual para Piégay-Gros (1996), a relação de copresença é advinda da noção de intertextualidade elaborada por Genette (1982); já a relação de derivação é retirada dos tipos que compõem a hipertextualidade.

A seguir, temos o organograma da transtextualidade, categoria mais elementar aventada por Genette (1982) de onde partem as outras categorizações. Nobre (2014), não obstante trabalhe os vários conceitos da intertextualidade, busca direcionar sua opção de sistematização a partir do conceito de hipertextualidade. Nesse tocante, o autor busca agrupar formas específicas da intertextualidade, frisando que as ocorrências intertextuais, em nível de atuação, não se ocupam somente do aspecto verbal (tido como literário), mas também de textos plurissemióticos. Assim, Nobre (2014) fundamenta sua pesquisa tendo como norteamento teórico principal Genette (1982), de onde parte para rediscutir parâmetros de natureza funcional, levando em consideração a ampliação que Genette (1982) faz dos regimes e funções da hipertextualidade.

A partir dessas informações, observamos que um dos grandes méritos de Nobre (2014) foi traçar um panorama geral das principais abordagens da intertextualidade, propondo um organograma que sistematiza a teoria de Genette (1982).

Figura 3 – Organograma da Transtextualidade



Fonte: Nobre (2014, p. 54).

A partir das categorias postas por Genette (1982) e retomadas por Nobre (2014), percebemos também outro mérito de Piégay-Gros (1996): o de assumir a referência como subcategoria intertextual, até mesmo para salientar os graus de implicitude e explicitude que as relações, principalmente as de copresença, apresentam.

Não obstante Piégay-Gros (1996) reduza a forte caracterização levantada por Genette (1982), que tomava como ponto de partida a hipertextualidade, redimensiona ainda a caracterização de intertextualidade, dividindo-a entre dois tipos de relação: por copresença e por derivação, como veremos no esquema elaborado por Cavalcante (2012), a seguir.

Figura 4 – Relações intertextuais para Piégay-Gros



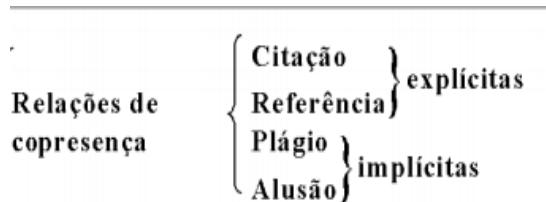
Fonte: Cavalcante (2012, p. 146).

Percebemos a partir do organograma geral da hipertextualidade e das relações intertextuais remanejamentos e acréscimos de tipos intertextuais que revelam tanto um predomínio relacional, em sentido funcional, quanto no que diz respeito ao caráter tipológico da intertextualidade. Certos tipos (já em diferenças por graus de implicitude) apontam para uma instância de relação, enquanto outros (que estão em sintonia com os regimes, aventados por Genette, 1982) apontam mais diretamente para outras instâncias de relação intertextual, mas que guardam características funcionais, devido às graduações operadas entre os regimes lúdico, satírico e sério.

A primeira relação (a de copresença) é caracterizada justamente por uma diferenciação bem trabalhada por Piégay-Gros (1996), na qual também se inseriu a referência, que, dada sua relevância, não havia como desvincular de quaisquer estudos sobre a temática da intertextualidade. Portanto, a inserção da referência pode significar trabalhar com os níveis de explicitude e implicitude que os intertextos demandam. Nesse ponto, ao que parece, as marcações tipográficas não estão presentes ou não são predominantes (como na citação, que é bem mais explícita). A marcação da referência é, portanto, acentuada pela propriedade intelectual de trechos e/ou ideias parafraseados (CAVALCANTE, 2012). As marcações “marginais” de um texto podem dar pistas de referência, como, por exemplo, a indicação de páginas, autores e obras que se articulam com o texto-fonte, personagens e outros. O trato da referência, portanto, pode trazer várias funções discursivas, como destacaremos posteriormente.

O recorte das categorias que se enfatiza é o da relação de copresença.

Figura 5 – Recorte das tipologias por copresença



Fonte: Elaboração própria, adaptado de Cavalcante (2012, p. 146).

O fenômeno de citação é o mais protótipo, se levarmos em consideração seu aspecto formal, fundamentalmente marcado por traços tipográficos que o identificam (aspas, itálico, tamanho de fonte, recuos etc.). A identificação do trecho citado corresponde à “propriedade” trazida por um autor primário, por assim dizer, que não o do texto que cita. Pode-se depreender daí que há em certos gêneros uma certa padronização nas formas de citação, a exemplo dos textos jornalísticos, acadêmicos, conforme assinala Cavalcante (2012).

Já em Koch (2004, 2009), há a diferenciação um pouco mais ampla de como os tipos de intertextualidades ocorrem: conforme a autoria que se expressa, com *intertexto alheio* (voz de outro locutor, claramente reconhecida); com *intertexto próprio* (uma espécie de retomada de sua própria voz, que já foi citada anteriormente); com *enunciador genérico* (enunciador não especificado no intertexto, embora se reconheça a forma citada).

Importa frisar que a implicitude e a explicitude propostas por Piégay-Gros (1996) e, posteriormente, por Koch (2004, 2009) podem coocorrer, se levarmos em conta que se trata de questões de fronteira, principalmente na relação por copresença. Pode-se, nesse sentido, depreender possibilidades a respeito do caráter explícito e implícito do ato de citar, bem como da própria noção de autoria ou da sua deturpação, que desembocaria no tipo intertextual plágio⁹.

A dimensão explícita da citação decorre do código tipográfico ou menção, todavia podemos considerar uma certa implicitude gradual no fenômeno. Trata-se, portanto, de questões das fronteiras da intertextualidade por copresença, principalmente.

Ainda que a citação forneça dados para um reconhecimento formal e conceitual de forma clara, pela sua forma grafolinguística acentuada, sob o aspecto funcional guarda muita relação com a referência (como fenômeno intertextual), pois, em certos casos, os dois tipos intertextuais podem se confundir, principalmente, se se apresenta como uma citação indireta, sem marcação necessária, em que as marcações estão mais distantes contextualmente e espacialmente no texto, como retomadas literais de notas explicativas retiradas do texto-fonte, por exemplo, mas que para o reconhecimento de determinado tipo intertextual, depende da recuperação por saberes culturalmente (e disciplinarmente) compartilhados, como por exemplo um resenhista que é da mesma área de saber do autor do texto-fonte ser capaz de fazer referências de saberes que dificilmente seriam recuperados por pessoas de outras perspectivas teóricas. E ainda que essa recuperação não aconteça de imediato, não é retirado o “status” de intertextual, pelo contrário, reforça-se, ainda mais, o componente discursivo e funcional da intertextualidade.

Ainda há muito o que se dizer a respeito da citação, principalmente do seu caráter essencialmente explícito, pelo seu reconhecimento tipográfico. Entretanto, o caráter explícito

⁹ A recuperação da fonte não só é desnecessária à construção do sentido, como também é totalmente indesejada. Cai, assim, por terra a possibilidade de considerar o plágio como um tipo de intertextualidade implícita como outro qualquer. A intertextualidade implícita que o plágio realiza é um tipo particular de trabalho, voltado para o ocultamente do texto anterior e, principalmente, para o ocultamente do seu autor. O plágio é um trabalho intertextual que se fixa no mesmo, no já-dito e que, por isso, não avança novos sentidos. O plágio não traz um novo texto, apenas a sua cópia. Se a intertextualidade condiciona a existência de textos, o plágio é apenas simulação. No lugar da intertextualidade das semelhanças, temos apenas a reprodução do mesmo, tanto na forma, como no conteúdo. (CHRISTOFE, 1996 p. 71).

se esvai um pouco quando nos deparamos com a dimensão da “memória” intertextual a ser recuperada pelo interlocutor no caso de citações não marcadas.

No que diz respeito à referência como tipo intertextual, cremos que se trate de uma categoria mais implícita, embora seja a intermediária nessa escala, se levarmos em consideração a citação, como mais explícita, e a alusão (e o plágio) como categoria mais implícita. Pode-se levar em consideração que há gradações implícitas e explícitas no trato da referência.

Nesse sentido, Mozdzenski (2013) tece uma crítica no sentido de a intertextualidade, enquanto pautada em tipos, trazer um problema classificatório, pois há certa “discretização” do fenômeno intertextual, que se baseia em categorias que o autor considera estanques. Apesar dessas questões, Mozdzenski (2013) apoia-se na diferenciação de implicitude e explicitude da intertextualidade para defender questões importantes, como um *continuum* entre essas características. Tudo isso se dá pela relação entre texto-fonte não-mencionado *versus* texto-fonte expressamente citado, no espaço estabelecido por esta relação transitam os tipos intertextuais.

No sentido de melhor entender como os enunciadores operam sentido com vozes de outros, há a proposta de gradação que transita entre a aproximação e o distanciamento para justificar a autorização ou a desqualificação da voz do autor no texto-fonte. E é também no sentido relacional, por meio da forma (nos critérios de implicitude e explicitude) e da função (aproximação e distanciamento), que Mozdzenski (2013) frisa, com maior propriedade, o *continuum* “aplicado” aos tipos intertextuais.

Numa perspectiva de focalização dos tipos intertextuais, conforme adotamos como critério teórico-metodológico, a referência não era tratada por Genette (1982); coube à Piégay-Gros (1996) trazer esse tipo intertextual em seu redimensionamento dentre as categorias, por assim dizer, canônicas da intertextualidade. Nesse sentido, a inserção da referência resultou não de uma exposição do texto-fonte, mas de uma possibilidade de marcação por títulos, personagens, nomeação do autor, entre outros. Essas pistas podem ser consideradas como marginais, se levarmos em consideração uma espécie de “autoconvocação” para marcar um intertexto. Koch, Bentes e Cavalcante (2007) assinalaram a pouca clareza da explicação de Piégay-Gros (1996) a respeito da referência, por parecer que se tratava de mera remissão sem presença de texto fonte; não havia, na descrição do tipo intertextual em questão, o modo como essa remissão era tida, como ela era recuperada.

O fenômeno da alusão, segundo Cavalcante (2012), seria uma espécie de referenciação indireta, como retomada implícita a ser recuperada pelo coenunciador por meio de uma memória discursiva. Trata-se do tipo intertextual mais implícito, pois não há evidências

de marcações que se configurem como remissões a uma forma direta. Passa-se, portanto, a inferências feitas por meio de remissões a um contexto sociodiscursivo ativado pela memória do coenunciador. Ainda, a alusão pode ocorrer a serviço de uma referência, por exemplo, no caso das epígrafes, que não seguem tendência de apontar diretamente para o assunto de discussão de capítulos de livros e/ou dissertações e teses. Nesse caso, a alusão poderá apontar para outras porções textuais que estão à margem do texto, como notas de rodapé ou notas explicativas relacionadas ao assunto do texto-fonte, apresentando-se como referência indireta. Ainda assim, o contexto da alusão, com relação a seu texto-fonte, é bem mais implícito e de difícil acesso por parte do coenunciador, principalmente considerando a linha tênue que a separa do tipo intertextual referência. É neste ponto que Cavalcante (2012) entende que, embora este coenunciador não recupere os indícios intertextuais, haverá o fenômeno da alusão, pois um outro leitor terá a possibilidade de reconhecer o intertexto.

Comungamos com as perspectivas elencadas por Piégay-Gros (1996), Koch (2004; 2009); Koch, Bentes e Cavalcante (2007); Cavalcante (2012), na medida em que as caracterizações das relações intertextuais vão se especificando e principalmente pelos acréscimos ao nível dos domínios não verbais, o que se deu primeiramente a partir da obra de Koch, Bentes e Cavalcante (2007).

Não obstante os níveis da intertextualidade abarquem outros domínios, ainda parecem ser fluidos quando da sua aplicação em textos de domínios profissionais, e em particular do ambiente acadêmico-científico, pois ocorrem mais frequentemente formas baseadas na estrutura do gênero propriamente dito do que circunscritas às relações e tipos intertextuais, tanto que se prevê intertextualidade nas descrições de algumas unidades retóricas, de modo mais geral com Swales (1990) e em situação mais particular com Motta-Roth (1995) e Bezerra (2001).

Levando em consideração esses aspectos levantados por Marcuschi (2008), podemos traçar a relação de uma intertextualidade mais implícita (da alusão), em que as recuperações de intertexto estão numa base de contexto a ser reconhecido pelo conhecimento de mundo, circunstâncias sócio-históricas e vivências particulares. Ao conferir uma graduação implícita para a alusão, devemos perceber que o caráter definidor são as marcas de reconhecimento do intertexto, sendo, nesse caso, de ordem mais do sociodiscursivo e talvez até se possa pensar num certo caráter interativo, motivado pelos aspectos da realidade sociointerativa, pois ultrapassam inclusive o trato estritamente linguístico. Segundo Marcuschi (2008, p. 101), os aspectos de realidade interativa são:

- conhecimentos pessoais e enciclopédicos;

- capacidade de memorização;
- domínio intuitivo de um aparato inferencial;
- partilhamento de conhecimentos circunstanciais;
- partilhamento de normas sociais;
- domínios de tecnologias de vários tipos, entre outras possibilidades.

Em todos esses aspectos, há uma interlocução, sob o ponto de vista de aproximação teórica, com os princípios de textualidade, principalmente se levarmos em conta a situacionalidade, a aceitabilidade e a intencionalidade. Há, nesses princípios, inclusive, gradações pragmáticas que regem esses aspectos de organização propostas para o texto enquanto unidade comunicativa.

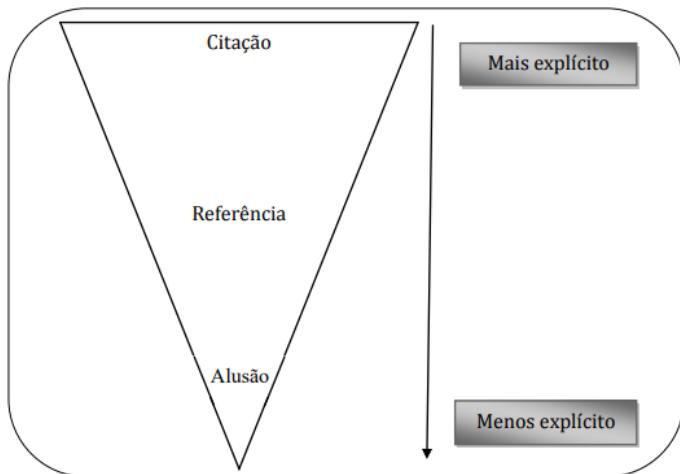
Embora não contemplem o caráter discursivo de maneira clara, muito se pode aproveitar dos fatores de textualidade para uma melhor compreensão do caráter implícito ou explícito da intertextualidade, apesar de o fator de textualidade “intertextualidade” elaborado por Beaugrande e Dressler (1983) ser tão restritivo e sua exposição eminentemente formal.

Ainda que atualmente a perspectiva acerca do texto, e da intertextualidade, tenha tomado uma direção que leve em conta aspectos como contexto, propósitos comunicativos, referênciação, enunciação e perspectivas sócio-cognitivo-interacionais, é importante frisar certos aspectos teóricos sob uma ótica de como a abordagem foi se modificando com o advento de novos estudos, bem como do surgimento de novos gêneros. Dessa forma, faz sentido trazer a perspectiva da influência sociointerativa, abordada por Marcuschi (2008), bem como os fatores de textualidade, por Beaugrande e Dressler (1983), para apontar as mudanças de abordagem, no tocante à intertextualidade, no que diz respeito ao seu caráter explícito e implícito (desenvolvidos por Koch (2004 e 2009), inclusive).

Numa espécie de graduação entre o implícito e o explícito, o problema das tipologias intertextuais encontra-se bem acentuado principalmente na copresença, em que o fenômeno pode manifestar-se de modo fronteiriço, permitindo certa maleabilidade na interpretação tanto dos tipos intertextuais quanto das funções discursivas advindas das coocorrências do próprio tipo intertextual e das características composticionais do gênero. O aspecto fronteiriço dessas relações, em termos de graus de implicitude e explicitude, está entre a citação *versus* referência e a referência *versus* alusão.

Recorremos, então, ao esquema trabalhado por Forte (2013), que demonstra a graduação da explicitude (e, portanto, da implicitude):

Figura 6 – Graus de explicitude nos tipos intertextuais por copresença



Fonte: Forte (2013, p. 95).

Forte (2013), com base na sistematização efetuada por Piégay-Gros (1996), ainda esclarece que não incluiu o tipo intertextual plágio no diagrama por não trabalhar com ele, mas afirma que estaria na mesma posição que a alusão. Entretanto, verificamos que o traço do plágio pode ser considerado explícito se levarmos em consideração o traço ausência de marcações tanto de citação direta (formais, de base tipográfica) quanto de referência (indicação autoral, personagem, indícios marginais que apontam para textos-fonte não explícitos) que deveriam estar presentes no texto e não estão. A explicitude do plágio, em termos linguístico-discursivos, se revela predominantemente pela “aparente” ausência das marcas puramente linguísticas (ou cotextuais), embora possa existir texto plagiado em que se mantêm as marcas de remissão existentes no texto plagiado, mas sem que se faça remissão, mesmo que discursiva ou estilística, ao texto plagiado e, consequentemente, a seu autor.

Ao passo que há reconhecimento das ausências de marcações tipográficas, e/ou remissões necessárias para identificação autoral dos textos-fonte, percebe-se que para existir plágio é necessário que haja intertextualidade, ou seja, reconhecimento de que em determinado texto haja citações, referências e/ou paráfrases.

Por não ser objeto desta pesquisa, não nos deteremos numa explicação do fenômeno do plágio¹⁰, embora haja algumas pesquisas importantes, sobretudo nos estudos literários e no

¹⁰ Atualmente, a legislação não oferece critérios específicos para definir juridicamente o plágio, e sua caracterização varia conforme a obras musicais, literatura, trabalhos científicos etc. O tema é tratado principalmente na esfera civil ou enquadrado como crime contra o direito autoral, como descrito no

Direito e Sociologia e Filosofia. Somente mais recentemente a dissertação de mestrado de Souza Santos (2020) aponta para uma pesquisa em Linguística, considerando gêneros diversos, não obstante apoie-se em Christofe (1996) e em um aparato teórico a respeito de sanções sociais. A perspectiva de Souza Santos (2020) é abrangente na medida em que subjaz, em meio aos tipos intertextuais, a inter-relação necessária para dirimir questões relativas ao plágio, tanto pelo lado eminentemente textual quanto pela realidade sociodiscursiva.

Os tipos de intertextualidade por copresença atendem ao nível teórico-metodológico para a proposta de análise do gênero resenha acadêmico-crítica que pretendemos realizar. Podem ocorrer algumas correlações possíveis com outras abordagens e outras tipologias, principalmente se levarmos em consideração a abordagem da paráphrase, realizada por Sant'Anna (1988), bem como uma diferenciação no que diz respeito ao trato linguístico da citação direta e da citação indireta, no que diz respeito a uma caracterização da intertextualidade, se há discrepâncias de ordem classificatória ou de modalização funcional, por assim dizer.

Propostas que visem a uma discussão que faça relação com as perspectivas funcionais e discursivas, além do trato eminentemente textual, são válidas para o intento desta pesquisa. O próprio tratamento da intertextualidade em suas tipologias pode trazer fundamentos para se alcançar outras perspectivas afins acerca da relação entre os textos. O que se tem sobre o caráter implícito e explícito dos tipos por copresença pode ser revisto na relação de outras teorias com o investimento teórico feito por Piégay-Gros (1996) e Koch (2004, 2009).

As principais bases de discussão, no que diz respeito às relações de copresença, que tomaremos nesta pesquisa giram em torno, principalmente, da graduação entre o status implícito e explícito dessas relações (Cf. PIÉGAY-GROS, 1996; KOCH, 2004, 2009), pois podem ser fatores de determinação que podem afetar a interpretação/identificação das funções discursivas.

O capítulo a seguir traz um levantamento das funções discursivas relevantes para o objeto desta pesquisa, numa discussão teórica que visa correlacionar vários vieses possíveis para aspectos discursivos, bem como para aspectos textuais.

artigo 184 do Código Penal, alterado pela Lei 10.695/03. O professor Paulo Sérgio Lacerda Beirão, diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde e presidente da Comissão de Integridade e Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), destaca que a própria definição do plágio tem mudado ao longo da história, confundindo-se com a inspiração. Fonte: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Plágio:** quando a cópia vira crime. Data de acesso: 08/04/2019 <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/3174944/plagio-quando-a-copia-vira-crime>.

3 FUNÇÕES DISCURSIVAS

Ainda que o termo função discursiva seja circunscrito às manifestações languageiras determinadas pelas consolidações linguísticas nas situações de uso comprove o que está dizendo, buscamos traçar um panorama mais amplo que contemple as categorias que giram em torno da temática da intertextualidade, bem como os fatores que se inter-relacionam com os aspectos dos gêneros científico-acadêmicos, particularmente da resenha acadêmico-crítica, alvo de nossa análise.

3.1 Funções discursivas e Linguística Textual

Apesar da imprecisão conceitual do termo função discursiva, foram abordadas as categorias que travam relações teórico-epistemológicas, tanto em sentido amplo quanto em sentido estrito e internas às teorias várias do saber linguístico que se ocupam do campo discursivo em suas associações com conceitos da Linguística Textual. Grossso modo, o aspecto discursivo cumpre funções que são estabelecidas por códigos linguísticos para que a *situação de comunicação* (CHARAUDEAU, 2014, p. 52) seja realizada.

Optamos por adotar os pressupostos de Maingueneau e Charaudeau (2012) para um norteamento discursivo que implique seu relacionamento com as noções do texto. Para tanto, convém observar conceitos-chave basilares para o termo discurso (no termo associado à Linguística do Discurso) apresentado no Dicionário de Análise do Discurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012): organização transfrástica (enunciativa); orientação em função do locutor; forma de ação (ordenamento pragmático); interativo; contextualizado; assumido por formas de subjetividade; normatizado em seu aspecto social geral; e assumido em um interdiscurso¹¹.

Ao considerarmos esses posicionamentos, abrimos o leque de possibilidades para abordagem das funções discursivas de modo mais proveitoso, pois todas essas características em torno do discurso favorece a inter-relação entre texto e discurso, e, em sentido mais específico, as diferenças e aproximações entre a intertextualidade e a interdiscursividade.

Não obstante situarmos a nossa escolha teórica para o termo discurso, a categorização das funções discursivas¹² se torna diversa e, por vezes, muito trabalhosa devido

¹¹ Cf. CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 169-172).

¹² Optamos por simplificação terminológica por entender que o aparato discursivo recobre o aspecto textual em sentido amplo. Assim, fixamos o termo como função discursiva.

à interface com outras perspectivas do saber linguístico e, a partir disso, não se pode circundar uma espécie de teoria norteadora, tornando, assim, uma teia categorial fluida e imprecisa.

Temos, nesse sentido, algumas bases de diversas esferas linguísticas se inter-relacionando, tais como: os estudos de perspectiva discursiva, o estudo da retórica aliado à Linguística Textual, a própria Linguística Textual em suas vertentes de investigação não são vertentes, mas uma abordagem teórica só (referenciação, tópico discursivo, argumentação, tipologias textuais), os estudos de base funcionalista, os de base sociocognitiva, os de base enunciativa, bem como as funções discursivas reconhecidas no âmbito dos estudos sobre a intertextualidade em sentido estrito e no âmbito do gênero.

Das relações com a Linguística Textual que se podem ser estabelecidas para uma fundamentação a respeito das funções discursivas em sentido amplo, elencamos influências de elementos trazidos pela nova retórica (PERELMAN; TYTECA, 2005¹³), pelos fatores de textualidade (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1983; MARCUSCHI, 2008), pelas teorias enunciativas (AUTHIER-REVUZ, 1982), por questões organizacionais (PINHEIRO, 2005; JUBRAN, 2006), pelos estudos da referenciação (CAVALCANTE, 2011).

Conforme frisado, algumas funções discursivas podem surgir com um alinhamento de algumas categorias da argumentação elaboradas pela Nova Retórica. Apesar de não nos determos nessa teorização, pois fugiria do nosso objeto de pesquisa, embora saibamos que as perspectivas a respeito da argumentação trazidas são importantes para outros entendimentos do fenômeno da intertextualidade e da perspectiva discursiva/funcional depreendida.

Dito isso, é importante recuperar certas noções para que possamos esclarecer algumas perspectivas para explicitar as funções discursivas. Com isso, temos a *exemplificação* e o *argumento de autoridade* como termos que podem auxiliar no entendimento do posicionamento discursivo e no trato do sujeito como autor e receptor (como interlocutores) de sentidos do texto. Embora alguns aspectos girem mais em torno do *argumento de autoridade* e da *exemplificação*, é salutar fazer o percurso em torno das estruturas do gênero para se chegar a esses conceitos como função discursiva, que também são revelados pela própria constituição genérica e pela ocorrência do tipo intertextual em inter-relação.

Desse modo, a perspectiva da *demonstração* pressupõe o uso da lógica linguístico-discursiva para a orientação da argumentação. Segundo Perelman e Tyteca (2005), os elementos constituintes da *demonstração* são fornecidos pelas *verdades impessoais* e pelos *resultados de experiência*, algo que pode ser relacionado às características funcionais, principalmente ao

¹³ A primeira edição é de 1996. Consultamos a edição de 2005 e é a ela que nos reportamos no decorrer do texto.

associarmos a perspectiva da constituição do gênero com as tipologias da intertextualidade em suas especializações. A conjunção desses aspectos ressalta tanto a *exemplificação* quanto o *argumento de autoridade*, pois aproxima o ato de argumentar por meio do discurso ao auditório (enunciadores). Há, dessa forma, o reforço categorial para as funções discursivas de base retórica.

No que diz respeito à *exemplificação*, Perelman e Tyteca (2005) enfatizam a possibilidade de generalização a partir de casos particulares. Em se pensando no caso da intertextualidade quanto à gradação implícito-explicita, essa função discursiva de exemplificação pode ser bastante produtiva, pois reforçaria o texto-fonte, principalmente em gêneros que trazem conteúdo argumentativo. Esse posicionamento se reflete também nas subunidades retóricas da resenha, principalmente nas descrições da obra, na referência de outras obras, na citação de material extratextual e na avaliação positiva ou negativa da obra (BEZERRA, 2001). Observamos, portanto, que a *exemplificação* como função discursiva pode, em grande parte ser orientada por um aspecto mais composicional.

Quanto à função discursiva *argumento de autoridade*, Perelman e Tyteca (2005) alegam que se trata de um recurso de prestígio, embora haja ressalvas se considerarmos incursões teóricas mais recentes, como por exemplo, em Amossy (2016), que fundamenta a argumentação no discurso, fazendo distinções conceituais cruciais para uma nova forma de se perceber a argumentação, operando em um percurso partindo da retórica, passando pela nova retórica e outras perspectivas associadas com a argumentação.

Nesse sentido, ao se remeter ao recurso de prestígio, pretende-se ancorar discursos em enunciadores cujo papel social é de relevante importância, que goza de confiança social. Essa estratégia serve também para a *ornamentação*. Essa função pode ser aproveitada na intertextualidade do tipo citação ou da sua ausência (plágio).

Há, correspondente ao *argumento de autoridade*, a *isenção de responsabilidade*, como movimento de se usar a citação para esconder um posicionamento que deveria aparecer, mas o autor (no caso desta pesquisa, o resenhista) não quis se comprometer com o dito. A isenção de responsabilidade aproxima-se do conceito de responsabilidade enunciativa, trazido por Adam (2008) também com ponto de vista (PdV), assumido (ou não) por um interlocutor, grosso modo, a partir de um texto primário. Ainda assim, essa proposta de Adam (2008) é para apontar relações com enunciação, condições de verdade de proposições, bem como incursões de teor argumentativo.

Perelman e Tyteca (2005) ainda mencionam o *argumento por ilustração*, que trazemos como função discursiva, pois reforça o caráter da referência, que acentua as marcações

“marginais” de título, nomes de autores, personagens. Obviamente que a ilustração trazida pela nova retórica não se reduz tanto à caracterização, mas à questão de se trazer para o interlocutor (coenunciador) a consciência de interpretação. Por isso, consideramos importante associar também ao tipo intertextual alusão, embora o apelo à memória seja associado às expressões ou formas discursivas mais genéricas.

Outra possibilidade de função discursiva que trazemos é a *retomada de informação*, característica textual-discursiva trabalhada no âmbito da *referenciação* (Cf. KOCH 2004; 2009 e CAVALCANTE 2011; 2014), principalmente nos estudos das anáforas e expressões referenciais. Essa possibilidade de função discursiva por meio da referenciação se dá em análise de textos (verbais ou plurissemióticos), ao se retomar anaforicamente ou por meio de introduções referenciais (ou mesmo de recategorizações).

Observarmos que esse processo pode favorecer algum tipo intertextual, principalmente os de copresença, pois há a perspectiva de retomadas e recategorizações que não só têm apelos à memória, mas que também se constroem efetivamente pelo tratamento linguístico/gramatical. É interessante que essa abordagem seja levantada para que se possa esclarecer alguns pontos no que diz respeito aos indícios de marcação que podem ser consideradas como remissões intertextuais e anáforas ao mesmo texto.

Embora reconheçamos que a referenciação vai para muito além dessa caracterização, podemos trazer, como exemplo, o caso em que se toma uma parcela de conceituações direcionando à parcela de texto somente pela obra ou pelo autor (como ao retomar o termo *funcionalistas* para identificar Halliday e Hasan ou o *teórico da Análise do Discurso* para identificar Maingueneau, ou mesmo o Curso de Linguística Geral como um “manual” do estruturalismo), como uma espécie de metonímia (ao citar um autor ou obra como se somente isso resumisse todo o Círculo Linguístico de Praga; ou o estruturalismo americano citando apenas Bloomfield).

Ainda acerca da referenciação, salientamos que se pode proporcionar a função discursiva de *recurso à memória* do interlocutor, estando, por isso, relacionada à alusão, embora se reconheça que nem toda alusão seja intertextual, pois algumas podem ser somente de cunho interdiscursivo, inclusive (CAVALCANTE; BRITO, 2011). Um exemplo constante dessa ocorrência é quando do aparecimento de epígrafes, que não citam ou apontam referências, mas constituem-se como alusões que são recuperadas de acordo com os “contextos discursivos” em que o leitor se insere.

Ao nível de estratégias de organização textual, vale reconhecer como possibilidade de função discursiva a *topicalidade* (Cf. JUBRAN, 2006; PINHEIRO, 2005), aqui entendida

como a linearidade textual (em sentido restrito) no que tange princípios de organização formal e funcional. Nesse sentido, cabe a indagação: a intertextualidade e suas funções discursivas inerentes podem poderia promover ou evidenciar a *topicalidade* (e sua manutenção)? Se tratarmos sob o aspecto organizacional, diríamos que é possível aliar as duas perspectivas, promovendo aproveitamento teórico-metodológico para ambas.

Levando em consideração que o tópico discursivo promove estratégias de construção textual, inclusive por meio de repetições lexicais que operam recategorizações, há também a paráfrase como atividade de *reformulação tópica* (Cf. JUBRAN, 2006, p.38). A paráfrase também é reinterpretada como um recurso intertextual, principalmente em estudos que se debruçaram sobre a classificação de Sant'Anna (1988). Desse modo, pode ser possível aliar perspectivas em torno do tópico discursivo e de relações intertextuais. Não obstante isso, a paráfrase pode ser abordada sob o viés semântico-gramatical em Fuchs (1983) e Hilgert (2002), principalmente por trabalharem ao nível do léxico, o que favorece também a topicalidade trabalhada em aspecto funcional. Consideramos que, para este trabalho, ainda não há um suporte que alie de maneira satisfatória o viés da paráfrase por Sant'Anna (1982) e a perspectiva semântico-gramatical e desenvolvimentos posteriores - esse alinhamento entre teórico-metodológico poderá ser melhor tratado em trabalhos posteriores.

Outras questões que podem ser consideradas associadas às categorias intertextuais são as que giram em torno da autoria, principalmente se levarmos em consideração os estudiosos que se ocuparam desse assunto, como Barthes (1984), Maingueneau (2008) e Possenti (2011), já que as funções derivadas dessa noção podem recobrir as remissões intertextuais, e, por muitas vezes, até explicá-las. Vemos nesses autores remissões sempre pontuais ao fenômeno da citação para revelar graus de autoria ou mesmo da não-autoria.

Se levarmos em consideração o gênero analisado nesta dissertação, trata-se de uma questão controversa, pois as citações não são dadas de maneira tão explícita, mas não é possível que se admita a possibilidade de não-autoria, pois os posicionamentos e o teor argumentativo para recomendação ou não da obra, por exemplo, são relevantes para se considerar o resenhista sendo autor, de fato, daquilo que escreve.

Há, ainda, nesse ponto, questões que dizem respeito à argumentação para um convencimento; o resenhista transita numa relação de diálogo resenha-leitor-autor para *avaliar*, *persuadir*, *comentar*, *relacionar*, e *informar*, inclusive. Ainda que se relacionem com alguns tipos intertextuais, essas características são mais inerentes ao aspecto composicional do gênero, principalmente se levarmos em consideração todo um traçado teórico-metodológico de mapeamento dos movimentos retóricos da resenha elaborados por Motta-Roth (1995) e Bezerra

(2001). Todo o este mapeamento aponta diretrizes até mesmo funcionais que norteiam um passo a passo de como se deve proceder a escrita de uma resenha.

Ao antevermos certas (co)relações intertextuais para a promoção de funções discursivas, devemos atentar observar que o teor linguístico-gramatical do gênero pode evocar também funções discursivas, como no caso do uso dos adjetivos e advérbios para elogiar e exercer julgamentos, bem como de algumas formas verbais que são utilizadas para descrever relevância temática (RUIZ; FARIA, 2012). Essa problemática, inclusive, pode revelar a imagem e os papéis sociais do resenhista, devido seus posicionamentos sociodiscursivo acentuado em um papel “avaliativo” do texto-fonte, a partir da escrita da resenha.

Nesse sentido, esses fatores mais gramaticais, como a especialização lexical e sintática são particulares ao gênero, como uma especificação profissional (acadêmica). Essa relação pode ser travada melhor ao considerarmos os direcionamentos discursivos que norteiam o gênero em seu ambiente particular.

Desse modo, dirimir questões que perpassam a intertextualidade para um melhor entendimento das funções que são extraídas dela parece ser bastante necessário, pois, como pudemos perceber, o que se concebe sobre função discursiva é ainda muito nebuloso sob a ótica de uma caracterização que forneça elementos para uma análise textual. E é sobre isso que discorreremos a seguir.

3.2 Funções discursivas e intertextualidade

No cenário teórico da intertextualidade elaborado por Genette (1982), já podemos perceber as remissões a futuras interpretações funcionais dos fenômenos intertextuais, embora o autor não tenha expressado claramente esse sentido. Ele trabalhou o aspecto dicotômico da hipertextualidade, utilizando o traço relacional e o traço funcional (em regimes).

O autor elaborou também um quadro mais geral das práticas hipertextuais utilizando-se dos traços de regime e relação. Todos esses traços poderiam ser reinterpretados como “elaboradores” de funções discursivas, entretanto, àquela altura, a extensa caracterização levada a cabo por Genette (1982) acabou por não ser redimensionada na intenção de uma uniformização que favorecesse análises que não fugissem ao propósito de investigar o fenômeno da intertextualidade em todas as suas singularidades; dentre as funções (regimes) mais relevantes, tem-se o lúdico, o satírico e o sério, desdobrados em irônico, polêmico e humorístico.

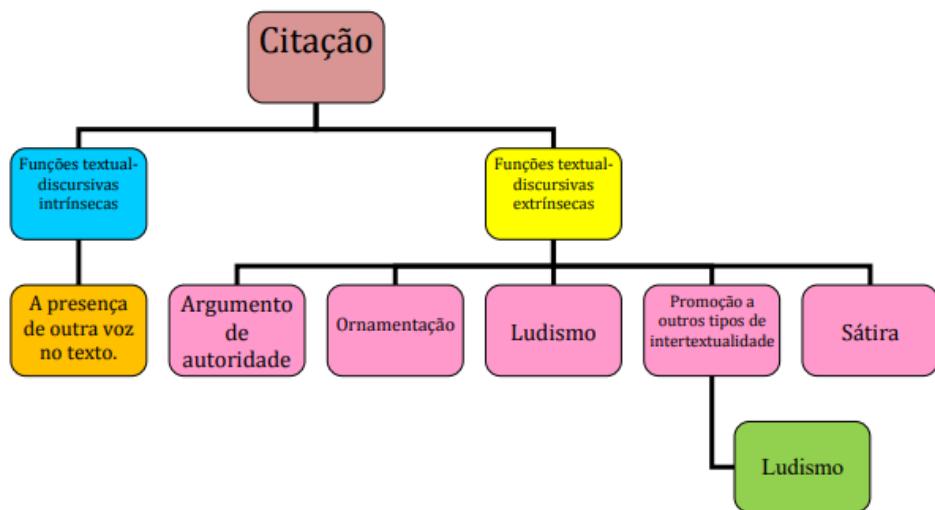
Foi com Piégay-Gros (1996) que se acentuou mais o redimensionamento das práticas intertextuais e, portanto, das funções discursivas dos tipos. Esse redimensionamento, como frisado anteriormente, resultou nas relações de copresença e derivação. No traçado da copresença há uma escala do implícito ao explícito como traço norteador, e, portanto, de aporte funcional/discursivo.

Conforme mencionamos anteriormente, uma das funções discursivas levantadas para a citação é o *argumento de autoridade* (PERELMAN; TYTECA, 2005). Essa ideia traz para a citação a característica de *autenticação* (KOCH, BENTES E CAVALCANTE, 2007, p. 120).

Uma outra função discursiva relevante para Piégay-Gros (1996) no trato da intertextualidade, principalmente a citação, é a *ornamentação*, pois oferece a possibilidade de um enriquecimento textual/discursivo, utilizando-se de recursos estético-estilísticos com vistas à argumentação, principalmente. Há também a ornamentação no trato da referência e da alusão, embora seja de outros vieses e reforcem outros sentidos.

Ainda no tocante à citação, há um quadro resumidor elaborado por Forte (2013), que retoma todas as funções discursivas mobilizadas por Genette (1982) e Piégay-Gros (1996), como pode ser visualizado a seguir.

Figura 7 – Funções textual-discursivas da citação



Fonte: Forte (2013, p. 92).

Nesse ponto, a perspectiva de Forte (2013) traz para a citação dois eixos discursivos (textuais), apontando para traços que instituem o que é próprio do tipo e o que pode ser

depreendido dele. A proposta da autora contempla solidamente os diversos gêneros que foram analisados, de modo particular, os da esfera verbo-imagética.

Parece-nos óbvio que as funções da citação no gênero analisado nesta dissertação não adquirem caráter lúdico ou satírico, mas revelam o caráter sério por sua própria constituição genérica e disposição avaliativa/argumentativa. Ainda que algum resenhista se proponha a comentar algo humorístico, isso não é comum, principalmente se considerarmos o humor como uma sátira. Talvez a sátira em tom de crítica (adquirindo um caráter mais sério) seja realizado em outros gêneros, principalmente nos que circulam em avaliações específicas como provas semestrais, críticas a autores por filiação teórica ou afinidades ideológicas. Nesse ponto, inclusive, percebemos que a maioria dos resenhistas seguem a linha teórica do autor da obra, não há destaque satírico, mesmo para debater ideias contrárias ao texto-fonte. Parece haver um “contrato” de não contundência crítica, podemos interpretar assim, pelo menos nas resenhas brasileiras.

Nesses termos, a perspectiva das funções discursivas da citação elaborada por Forte (2013) pode ser ponto de partida para o estabelecimento de um quadro de funções discursivas para gêneros da esfera acadêmico-científica, uma vez que haveria uma padronização de ordem sociorretórica mais forte nesses gêneros.

Na perspectiva da referência, Piégay-Gros (1996) explora remissões a marcações marginais no texto como fator de *reconhecimento* do intertexto, que pode cumprir funções discursivas que transitam entre o explícito e o implícito, embora haja certo grau de explicitude nessas marcações. Nesse sentido, Forte (2013) frisa que a referência, muitas vezes, serve à alusão e traz isso como função discursiva. Concordamos com o posicionamento da autora, pois percebemos que esse traçado de inter-relação e coocorrência também é percebido quando da análise um gênero como a resenha acadêmico-crítica, no qual encontramos citações a serviço de referências, e o contrário.

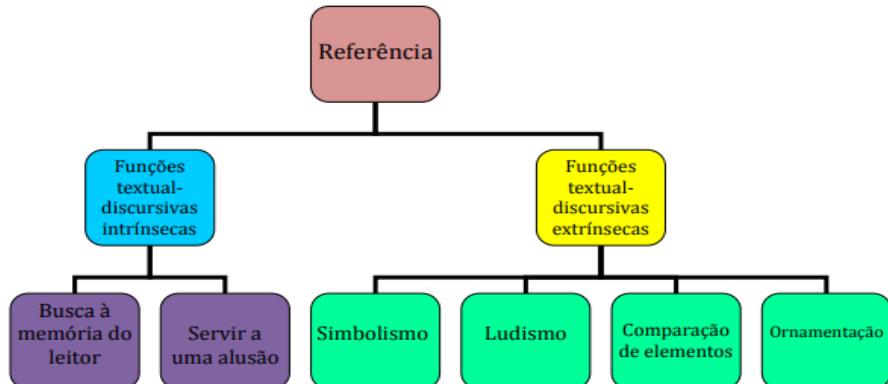
Embora reconheçamos as diferenças em termos de graus de implicitude e explicitude, a alusão guarda muitas aproximações com a referência, levando-se em consideração as funções discursivas. Esses dois tipos partilham com a citação a função discursiva de *ornamentação*, que se manifesta mais implicitamente.

Inserindo-se no escopo da teoria e crítica literária e, portanto, com o objetivo de trabalhar com textos de esfera verbal, Piégay-Gros (1996) não expandiu mais possibilidades de ocorrências de funções discursivas das relações de copresença, principalmente se considerarmos as variadas possibilidades de gêneros em que se realizam esses tipos intertextuais e cuja percepção se configura cada vez mais forte quando tratadas nos tipos mais

implícitos, como a alusão, que, por mais que haja a coocorrência de funções intertextuais com a referência, pode compartilhar um mesmo aparato discursivo. Ou seja, no trânsito entre os tipos por citação, referência e alusão (e, inclusive, paráfrase) podem ser encontradas diversas funções discursivas que não são exclusivas de um ou outro tipo.

Abaixo o quadro resumitivo de Forte (2013), com base Genette (1982) e Piégay-Gros (1996), principalmente, sobre as funções discursivas da referência:

Figura 8 – Funções textual-discursivas da referência.



Fonte: Forte (2013, p. 118).

Do mesmo modo que as funções de citação não seguirão características lúdicas ou satíricas, a referência será trabalhada no *regime sério*, que seria o caso do gênero de análise desta dissertação, por seu escopo discursivo (do gênero) não permitir uma subversão de *regimes* (Cf. GENETTE, 1982), conforme frisado anteriormente, pois a possibilidade do caráter lúdico e/ou satírico emergir é mais restrito, principalmente por se tratar de um gênero de domínio acadêmico-científico, por mais que, muitas vezes, algum posicionamento possa ser encarado como irônico ou mesmo sarcástico, pode apontar para uma crítica séria. Ainda assim, pelas restrições de gênero, optamos por assumir um regime sério tanto para a citação quanto para a referência.

No que diz respeito ao trato intrínseco e extrínseco das relações travadas por Forte (2013), podemos refletir sobre como isso se manifesta na relação intertextualidade-gênero, ou seja, o que pode ser inerente a um pode não participar do outro; noutro ponto de vista, pode coocorrer alguma manifestação de cunho mais funcional, para partilhar sentidos comuns, numa pretensa articulação entre intertextualidade e aspectos organizacionais de cunho sociorretórico do gênero, por exemplo.

No que diz respeito às funções discursivas específicas da alusão, a *ornamentação* segue como a única perspectiva nesse sentido. Piégay-Gros (1996) reforça o caráter literário para demarcar essa especificidade funcional para a alusão e alega, para isso, a *remissão indireta* produzida pelo autor por meio de sugestões feitas no texto literário. Nesse sentido, *ornamentação* na alusão é muito produtiva no que diz respeito ao trato poético-estilístico.

Não obstante não esteja no escopo dos tipos intertextuais elencados por Genette (1982) e Piégay-Gros (1996), a paráfrase pode se manifestar como um tipo intertextual que se aproxima da citação indireta, que, por sua vez, se inter-relaciona intimamente com a citação canônica e com a referência (com base em Piégay-Gros (1996)), talvez transitando entre uma e outra, dessa forma a paráfrase revela outras funções discursivas que são relevantes. A noção de *estilização* pode ser trabalhada em gêneros do discurso científico como forma de *argumento de autoridade* (Cf. CAVALCANTE; BRITO, 2012). O estilo poderia ser encarado, dessa forma, como uma perspectiva de retomar as palavras, não *ipsis litteris*, ou seja, não necessariamente apresentando-se como citação canônica, mas como forma de embasamento para valorar um texto reescrito como dotado de validade ou importância (e isso é bastante caro à academia) no campo em que se situa.

As aproximações com a estrutura do gênero reforçam a ideia de que a paráfrase pode ser bem aproveitada se considerarmos o estatuto retórico da resenha acadêmico-crítica. O sentido de sumariar, resumir, por exemplo, vem quase que explicitamente nas descrições dos movimentos retóricos apontados por Motta-Roth (1995) e, principalmente, por Bezerra (2001). Talvez se possa pensar numa aproximação, ainda que, de certa forma, apelando para um traçado semântico, porém proveitoso, das realizações parafrásticas presentes na inter-relação do tipo intertextual com a estruturação retórica da resenha.

Ao retomarmos as funções discursivas dos fenômenos intertextuais, visamos retomarmos algumas que foram propostas por Forte (2013). Nesse sentido, aproveitaremos muito do traçado a respeito da citação, principalmente o argumento de autoridade, para a citação; e a *ornamentação*, para a referência e a alusão. Não avançaremos em detalhamento tipológico se vai usar, era para descrever, sim das relações intertextuais para retomar as funções, consideramos as possibilidades de acordo com as ocorrências do *corpus*, de forma que algumas funções discursivas previstas podem não ocorrer ou mesmo sofrer algum tipo de modificação. Ainda a esse respeito, levantamos a hipótese de que algumas funções se relacionam com o aparato composicional do gênero, conforme veremos no capítulo de análise.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

4.1 Tipo de pesquisa e método

Nesta pesquisa, buscamos refletir acerca das funções discursivas operadas pelo fenômeno da intertextualidade, em seus tipos por copresença, para identificar as ocorrências funcionais e discursivas em resenhas acadêmico-críticas da área de linguística, adotando a perspectiva das relações intertextuais, amparada na LT, para a análise desse gênero.

Esta pesquisa é do tipo descritivo-interpretativista (Cf. MOITA LOPES, 1999), pois alia a perspectiva linguístico-discursiva a uma construção de um modelo pós-positivista para a pesquisa em ciências sociais, que também traz novas perspectivas interpretativistas, para enfatizar a necessidade de se estudar o discurso como constitutivo da vida social. Desse modo, nossa pesquisa descreve e interpreta fatores que contribuem para o entendimento de funções discursivas a partir de tipos intertextuais de copresença expressos no gênero resenha acadêmico-crítica, que se insere em um escopo discursivo específico. Esta pesquisa adquire, também, um delineamento bibliográfico (Cf. GIL, 2002), no que diz respeito aos procedimentos técnicos, pois o material de análise consiste em resenhas acadêmico-críticas que circulam em periódicos que estão reunidos em bibliotecas on-line (em sua maioria compartilhadas e cooperadas) e indexadas em bases de dados científicos.

Com relação à natureza da pesquisa, seguiremos a orientação de Dieb (2004, p. 33) para a abordagem dos fatos sociais como ciência, que afirma a necessidade de dar à pesquisa um viés interpretativista, advindo de uma abordagem qualitativa que “entende as práticas sociais como atividades humanas carregadas de significados”. Será realizada, com base nisso, uma análise minuciosa das escolhas que as teorias nos oferecem para o trato do *corpus*, composto por resenhas acadêmico-críticas, disponíveis em periódicos científicos da área de Linguística.

Quanto ao método, apresenta-se como indutivo, pois parte do particular e individual para as concepções e constatações teóricas gerais (que se inter-relacionam). Buscamos reconhecer quais as relações existentes entre fenômeno e teoria, que formarão um produto geral. Partimos, dessa forma, dos fenômenos particulares, como a análise das funções discursivas, presentes nas resenhas acadêmico-críticas, para generalizações, considerando as ocorrências das tipologias intertextuais de copresença. A partir dessas ocorrências, analisamos as funções discursivas, que podem estender-se além do gênero analisado.

4.2 Delimitação do universo e da amostra

O universo de amostra desta pesquisa é composto por resenhas acadêmico-críticas provenientes de periódicos da área de linguística. Trata-se de um gênero bem delimitado em seu escopo discursivo, pertencente às esferas discursivas científicas ou campos de atividade humana específicas, como o ambiente acadêmico ou escolar. Nesse tocante, escolhemos as resenhas publicadas em periódicos de Qualis A1, durante o último quadriênio (2013 a 2016). As resenhas foram analisadas, e seus resultados foram registrados na Plataforma Sucupira¹⁴, ambiente de coleta de informações a respeito das produções científicas dos Programas de Pós-Graduação e de periódicos, ligado à CAPES¹⁵ e ao Conselho Nacional de Educação (CNE), responsável também pela divulgação das avaliações dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil.

4.3 Descrição do procedimento de seleção e coleta de dados

Sabendo que há um repositório de informações a respeito dos periódicos da área de linguística, que, no último quadriênio (2013 a 2016), atingiram ou mantiveram o Qualis A1, fizemos o levantamento desses periódicos e, em seguida, procedemos à seleção dos que serviram de lócus para a coleta dos dados da nossa pesquisa.

Observamos que a maioria desses periódicos inseriu suas produções em ambiente virtual (site próprio ou em repositórios de bibliotecas universitárias disponíveis na internet), fato que facilitou a coleta do material para análise. Como, nem sempre, a classificação dada pela CAPES abriga periódicos exclusivamente na área de linguística, ou seja, já que pode abrigar periódicos em linguística e literatura, tivemos o cuidado de isolá-los para coleta somente os periódicos exclusivamente da área de linguística, bem como materiais em língua portuguesa, para uma melhor percepção do fenômeno, delimitando ainda mais a parte que nos interessa para esta pesquisa.

¹⁴ Link de acesso: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>.

¹⁵ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Submetido ao MEC, tem como atividades principais: avaliação da pós-graduação stricto sensu; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional; e indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância. (Adaptado de: <https://www.capes.gov.br/historia-e-missao>. Data de acesso: 12/07/2018).

Após esse procedimento, fizemos a coleta dos dados, que consistia em separar e identificar as resenhas. Entendemos a necessidade de uma padronização com relação ao número de resenhas coletadas por ano, no sentido de evitar ao máximo uma descompensação da amostra por ano. Por essa razão, vislumbramos 5 resenhas por ano do intervalo: a) 2013: 5; b) 2014: 5; c) 2015: 5; d) 2016: 5, totalizando 20 resenhas. O quadro abaixo explicita como procedemos à separação e à identificação por periódico e ano de ocorrência.

Tabela 1 – Total de publicação de resenhas por periódicos no quadriênio 2013 – 2016

Periódico	Bakhtiniana	Linguagem & Ensino	Linguagem em (Dis)curso	Alfa	Ilha do Desterro	Delta	Cadernos de Estudos Linguísticos	TOTAL
Período								
2013	1	1	1	1	1	0	0	5
2014	2	1	0	0	0	2	0	5
2015	2	2	0	0	1	0	0	5
2016	2	1	0	0	1	0	1	5
TOTAL	7	5	1	1	3	2	1	20

Fonte: Elaboração própria.

Ainda no sentido de tentar garantir a unidade e adequação do *corpus*, fizemos a coleta e seleção das resenhas considerando as formas de organização retórica¹⁶ das resenhas, propostas principalmente por Motta-Roth (1995) e Bezerra (2001), ancoradas em Swales (1990), com o intuito de obter o melhor aproveitamento possível das categorias elencadas¹⁷.

Confiramos, a seguir, os modelos de organização retórica para as resenhas propostas pelos autores citados¹⁸. Ainda que haja um norteamento desta pesquisa no modelo proposto por Bezerra (2001), houve ocorrência de menções à terminologia de Motta-Roth (1995), mesmo que empregada de maneira mais ampla, principalmente por conta das diversas considerações em torno das funções discursivas inerentes ao aspecto composicional do gênero em análise. Tudo isso nos fez inserir aqui os dois modelos, pois em muitos momentos nos reportamos indistintamente às categorias elencadas nas duas propostas.

¹⁶ Não faremos apresentação nem discussão do modelo de organização retórica proposto por Swales (1990 e outros), primeiro, porque não é objeto de estudo desta pesquisa; segundo, por existirem, além das obras do próprio Swales, estudos excelentes e esclarecedoras, dentre outros, o de Motta-Roth e Bezerra, referidos aqui.

¹⁷ Ainda que haja outros autores que trabalharam com os movimentos retóricos da resenha, como Araújo (1996), por exemplo, detivemos nosso olhar para a primeira caracterização feita por Motta-Roth (1995) e do próprio Bezerra (2001) que buscou, em sua dissertação, rediscutir as caracterizações que os modelos até então apresentavam.

¹⁸ Faz-se necessário explicar que esses modelos servirão de norte para a seleção e coleta do *corpus*, como já explicamos, contudo, não abriremos mão do bom senso para casos em que esse padrão não se aplique.

Quadro 2 – Organização retórica da resenha proposta por Motta-Roth (1995)

ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DA RESENHA
MOVIMENTOS E SUBFUNÇÕES
Movimento 1: APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO INICIAL
Subfunção 1: Informar a referência bibliográfica no topo da página
Subfunção 2: Informar o tema do livro
Subfunção 3: Definir o público-alvo
Subfunção 4: Fornecer informações sobre o autor
Subfunção 5: Inserir o livro na área
Subfunção 6: Apresentar uma avaliação geral e concisa
Movimento 2: DESCRIÇÃO
Subfunção 7: Descrever a organização geral do livro
Subfunção 8: Especificar o conteúdo de cada parte
Subfunção 9: Citar outros materiais
Movimento 3: AVALIAÇÃO DE PARTES
Subfunção 10: Avaliar partes específicas
Movimento 4: AVALIAÇÃO FINAL
Subfunção 11: Avaliar o livro de forma geral
Subfunção 12: Recomendar ou não o livro OU recomendar o livro com restrições

Fonte: Motta-Roth (1995, p. 141).

Quadro 3 – Organização retórica da resenha (de especialistas) proposta por Bezerra (2001)

Unidade Retórica 1	INTRODUZIR A OBRA
Subunidade 1	Definindo o tópico geral e/ou
Subunidade 2	Argumentando sobre a relevância da obra e/ou
Subunidade 3	Informando sobre o autor e/ou
Subunidade 4	Fazendo generalizações sobre o tópico e/ou
Subunidade 5	Informando sobre a origem da obra e/ou
Subunidade 6	Referindo-se a publicações anteriores
Unidade Retórica 2	SUMARIAR A OBRA
Subunidade 7	Descrevendo a organização da obra e/ou
Subunidade 8	Apresentando/discutindo o conteúdo e/ou
Subunidade 9	Citando material extratextual
Unidade Retórica 3	CRITICAR A OBRA
Subunidade 10	Avaliando positiva/negativamente e/ou
Subunidade 11	Apontando questões editoriais
Unidade Retórica 4	CONCLUIR A ANÁLISE DA OBRA
Subunidade 12 A	Recomendando a obra completamente ou
Subunidade 12 B	Recomendando a obra apesar de indicar limitações e/ou
Subunidade 13	Indicando leitores em potencial

Fonte: Bezerra (2001, p. 74).

Após a seleção das resenhas, fez-se necessário um processo de codificação de forma a tornar a identificação do material mais legível e funcional, além de manter o sigilo de pesquisa indispensável para evitar comprometimentos no tocante ao(s) autor(es) e à própria produção que pudesse comprometê-los ou comprometer a nossa pesquisa também¹⁹.

Desse modo, procedemos à busca na Plataforma Sucupira por periódicos com Qualis A1, que continham a seção destinada à resenha. A Plataforma Sucupira, reforçamos, constituiu ferramenta segura de informação atualizada para que pudéssemos proceder realizar a coleta.

Buscamos também, em plataformas (ou ambientes) de indexação²⁰ de produções científicas, para a seleção e coleta de dados, informações relevantes acerca dos periódicos da área de linguística, pois, conforme explicitado anteriormente, a Plataforma Sucupira atualiza a sua base de dados indexando Letras/Linguística, como se fosse uma grande área. Houve, portanto, a devida atenção no que diz respeito à “consciência” de localização do *corpus* nessa grande área, por assim dizer, para que o enfoque do material seja da área de linguística.

4.4 Procedimento da análise de dados

Após a seleção e formação do *corpus*, procedemos à análise, que, num primeiro passo, foi de delimitação das ocorrências intertextuais, visto que o gênero já estaria caracterizado e bem definido. Em seguida, definimos os tipos intertextuais das ocorrências (citação, referência ou alusão), para definirmos as funções discursivas extraídas desses tipos; e, por fim, apontamos a predominância dos tipos presentes no gênero em questão (sob o aspecto composicional) como forma de perceber as funções discursivas proeminentes e que, por isso, dão “personalidade” ao gênero. (Cf. quadros 3 e 4). Importante frisar que destacamos em negrito trechos dos excertos das resenhas em análise para melhor identificação das coocorrências em um mesmo parágrafo ou até numa subunidade retórica.

Para a análise, foram invocados os autores de base e os demais autores mencionados que já se debruçaram sobre essas teorias e/ou objetos de estudo semelhantes que nos ajudaram a confirmar nossas constatações.

Desenvolvemos, portanto, pontos de convergência entre objetivos, questões de pesquisa e pressupostos teóricos associando-os às teorias que elencamos para esta pesquisa. Os

¹⁹ Esta pesquisa será inscrita no Conselho de Ética, como exigem as normas acadêmicas.

²⁰ Bases Scopus (<https://www.scopus.com/home.uri>), Scielo (<https://www.scielo.org/pt>), entre outras.

quadros a seguir explanam de forma resumida e visualmente mais prática os procedimentos para o desenvolvimento da pesquisa.

Quadro 4 – Categorias analíticas gerais

Categorias Teóricas	Descrição
Intertextualidade: concepções teóricas e metodológicas	O mapeamento das categorias intertextuais segue a proposta remodelada de Piégay-Gros (1996) a partir do escopo terminológico levantado por Genette (1982).
Funções discursivas: exemplificação, argumento de autoridade, retomada de informação, tópico e ornamentação, entre outras.	As funções discursivas serão tratadas tanto de maneira interna, com base nas categorias intertextuais por copresença, quanto de maneira externa, pela manifestação da ocorrência intertextual em movimentos retóricos do gênero resenha acadêmico-crítica.

Fonte: elaboração própria.

No que diz respeito às tipologias da intertextualidade por copresença, a citação, a referência e a alusão constituem o recorte da intertextualidade que abordamos, neste trabalho, e por entendermos que a recorrência desses tipos constituem recursos produtivos para a análise das funções discursivas, cabe mencionar que, devido ao seu caráter hipertextual, a paráfrase, ainda que não entremos no mérito de discuti-la, traça relação com a citação (indireta) compondo, ainda que de forma parcial, a tipologia de copresença da intertextualidade.

Outros desenvolvimentos teóricos que pudemos considerar: apesar de não nos debruçarmos sobre o tipo intertextual plágio, fizemos as remissões devidas (sem aprofundamentos), principalmente quando se falou em citação e referência, bem como alguma menção às questões de autoria. Pelo fato de haver paráfrases recorrentes, mesmo quando não se marca a citação, dificilmente levaríamos em análise uma questão de plágio, até mesmo pelos propósitos linguístico-discursivos empregados na escrita do gênero resenha acadêmico-crítica.

O fato de não haver uma conceituação de base para o termo função discursiva fez com que nos debruçássemos sobre categorias de áreas que guardam relação estreita com a análise de gêneros e a Linguística Textual, como a retórica, por exemplo.

Com relação às especificidades no trato com a intertextualidade com que trabalhamos nesse projeto, tivemos:

Quadro 5 – Categorias de análise da intertextualidade por copresença

Categorias Teóricas	Descrição
Citação	A marcação por meio de “indícios tipográficos” (GENETTE, 1982 e PIÉGAY-GROS, 1996). Há uma marcação que se poderia dizer quase formal entre o texto citado e o texto em que esse tipo se encontra. É considerada a mais explícita das categorias por copresença, não obstante estabeleça certa fronteira com a tipologia intertextual da referência.
Referência	A referência constitui uma remissão não explícita a outro texto. A marcação se dá por informações sobre título de obra, personagens, nomes dos autores, paginação, entre outras. (Cf. PIÉGAY-GROS, 1996 e KOCH, BENTES E CAVALCANTE, 2007)
Alusão	A alusão é um apelo à memória discursiva do leitor. É uma forma implícita de retomada. Poderíamos até afirmar que este tipo seria o que evoca no enunciado um contexto mais amplo em termos de discurso, no caso, remissões a áreas de pesquisa, terminologias e outras. (Cf. KOCH, BENTES E CAVALCANTE, 2007)

Fonte: elaboração própria.

A necessidade de demarcar a graduação entre o traçado implícito e explícito foi bastante presente no redimensionamento feito por Piégay-Gros (1996). Apesar disso, há fronteiras (em termos de coocorrências) que nos fizeram indagar acerca da noção de implicitude e explicitude.

No que diz respeito à caracterização do gênero em seus aspectos organizacionais e retóricos, seguiremos a proposta de Motta-Roth (1995), que se baseia na proposta sociorretórica de Swales (1990), para a caracterização da resenha. Igualmente, baseado na proposta de Swales (1990), temos a proposta de Bezerra (2001), que, avaliando resenhas acadêmicas, aponta para o potencial do gênero para a compreensão da linguagem acadêmica. Com isso, percebemos o caráter social que a pesquisa toma. Como relevância linguística, o autor assinala estudos em variadas esferas, mas com pontos em comum: a estruturação retórica e a sinalização lexical. A respeito deste último ponto, vislumbramos as possibilidades em tipos de intertextualidade manifestadas por indícios tipográficos, como a citação, um exemplo mais prototípico dessa questão.

Para a tipologia da intertextualidade por copresença, estabelecemos um quadro demonstrativo retomando os tipos que foram relacionados de maneira que consideramos mais predominante primeiramente aos movimentos retóricos da resenha acadêmico-crítica, bem como o aporte teórico da intertextualidade que tomamos para nortear esta pesquisa, que seriam,

principalmente, os tipos por copresença (com exceção do tipo plágio) redimensionados por Piégay-Gros (1996), na esteira do trabalho de Genette (1982).

É importante frisar que, para esta etapa de relacionar os tipos intertextuais aos movimentos retóricos, seguiremos predominantemente a proposta de Bezerra (2001), Figura 2, no quadro desenvolvido para resenhas produzidas por especialistas, ainda que façamos algumas retomadas da caracterização de Motta-Roth (1995) para aproximar terminologias e conceituações.

O Quadro 3, a seguir, demonstra as formas presumíveis das ocorrências intertextuais nos movimentos retóricos, com relação ao procedimento de “separação” das informações. Apesar de não nos prendermos a essas relações, foi importante estabelecer esses parâmetros para a organização da análise.

Quadro 6 – Possibilidades de localização das ocorrências intertextuais nos movimentos retóricos da resenha com Base no modelo de Bezerra (2001)

Tipo intertextual	Localização na estrutura retórica da resenha (Cf. Bezerra (2001))
Citação	Subunidades: 2 – Argumentando sobre a relevância da obra 8 – Apresentando/discutindo o conteúdo 9 – Citando material extratextual 12B – Recomendando a obra apesar de indicar limitações
Referência	Subunidades: 2 – Argumentando sobre a relevância da obra 3 – Informando sobre o autor 4 – Fazendo generalizações sobre o tópico 5 – Informando sobre a origem da obra 6 – Referindo-se a publicações anteriores 7 – Descrevendo a organização da obra 10 – Avaliando positiva/negativamente 11 – Apontando questões editoriais 12A – Recomendando a obra completamente
Alusão²¹	Subunidades: 1 – Definindo o tópico geral 3 – Informando sobre o autor 5 – Informando sobre a origem da obra 8 – Apresentando/discutindo o conteúdo 9 – Citando material extratextual 11 – Apontando questões editoriais 13 – Indicando leitores em potencial

Fonte: Elaboração própria.

²¹ Conforme frisado anteriormente, a alusão é o tipo que pode, em algumas ocasiões, levar à referência, operando também em conjunto.

Com relação às funções discursivas, devido à sua “pulverização” terminológica, definiremos algumas com bases teóricas somente para efeito de demonstração. Conforme foi se desenvolvendo a pesquisa, chegamos a parâmetros que clarificam o escopo das funções discursivas quanto às definições de base teórico-metodológica.

Quadro 7 – Possibilidades de localização das funções discursivas nos tipos intertextuais da resenha

Tipo intertextual	Funções discursivas recorrentes	Referenciais teóricos e aprofundamentos das funções discursivas
Citação	<ul style="list-style-type: none"> • Exemplificação; • Ilustração; • Argumento de autoridade²²; • Ornamentação; e • Marcação explícita 	Perelman e Tyteca (2005), Piégay-Gros (1996), Koch (2004)
Referência	<ul style="list-style-type: none"> • Ilustração • Reforço argumentativo; • Tópico; e • Marcação explícita 	Perelman e Tyteca (2005), Jubran (2006), Pinheiro (2005), Koch (2004 e 2009)
Alusão	<ul style="list-style-type: none"> • Retomada de informação; • Ornamentação; e • Marcação implícita. 	Beaugrande e Dressler (1983), Cavalcante (2011), Marcuschi (2008), Koch (2004, 2009)

Fonte: Elaboração própria.

As funções discursivas e suas localizações no interior dos movimentos retóricos das resenhas podem ser intercambiáveis, muito embora alguns tipos de funções se comportem mais ou menos independentes, principalmente, se levarmos em consideração sua relação com uma categoria mais explícita de tipo intertextual, como no caso da citação, bem como com as paráfrases, que coocorrem de diversas formas com os tipos intertextuais e com os aspectos composicionais do gênero em questão.

No que diz respeito à tipologia da intertextualidade por copresença, verificamos a dificuldade em separar critérios de análise para diferenciar a referência da alusão, muito embora a literatura em torno desse assunto afirme que a graduação se dá de maneira a determinar pelo

²² Argumento de autoridade e recurso à autoridade serão retomados indistintamente na análise, desse modo pode surgir: argumento/recurso à autoridade.

grau de implicityde. Acreditamos que não houve prejuízos nesse sentido em nossa pesquisa, visto que as próprias funções discursivas norteiam a operacionalização desse grau, muito embora, em certos momentos, a análise do *corpus* retome a necessidade de aproximação conceitual desses dois tipos de relação intertextual.

5 ANÁLISE DAS RESENHAS ACADÊMICO-CRÍTICAS

Na resenha acadêmico-crítica, apesar de coocorrências de tipos intertextuais, bem como de aspectos linguístico-discursivos do escopo composicional que o gênero pressupõe, há ocorrências que fazem emergir outras. Optamos, por isso, por analisar os tipos em separado e seguindo uma orientação baseada também no aspecto sociorretórico, pois observamos os tipos e as funções como eles se apresentam no gênero resenha acadêmico-crítica. Verificamos, portanto, a necessidade primeira de conduzir a análise de forma a identificar como os tipos intertextuais de citação, referência e alusão se apresentam, bem como as funções discursivas que surgem a partir de suas ocorrências no gênero em análise.

5.1 A citação

Ao tratarmos de citação em resenhas acadêmico-críticas, atentaremos para as caracterizações de forma direta e indireta, sendo a direta a mais canônica, marcada por elementos grafolinguísticos (PIÉGAY-GROS, 1996), como as aspas, por exemplo; e a indireta, a mais equivalente à paráfrase (embora frisem-se outras literaturas que não somente a intertextual sobre essa temática, como as de base semântica, por exemplo).

Embora, para fins analíticos, a opção por descrever as manifestações parafrásticas em um subtópico específico fosse mais desejável, optamos por considerar, em conjunto, a citação direta e a paráfrase (como citação indireta), explicitando as funções que correspondem a elas, mesmo porque, na fundamentação teórica não nos detivemos tanto nas diferenças entre uma e outra, pois o delineamento a respeito dos tipos intertextuais já tem um escopo bem fundamentado na Linguística Textual tanto em sentido amplo quanto em sentido estrito e somente avançaríamos nessa distinção se fôssemos discutir mais a fundo as questões particulares da paráfrase, como a perspectiva semântica, trazida por Fuchs (1982). Assim, nossa opção é não entrar nessa diferenciação, pois entrariíamos noutra seara, que seria de particularizar a paráfrase como um outro tipo intertextual e, a partir disso, depreender funções discursivas, inerentes (ou não) dela. Preferimos, portanto, somente dar os destaque necessários quando da identificação da ocorrência do tipo intertextual e sua função expressa, bem como de aspectos composticionais do gênero, embora apareçam exemplos mais claros que destacamos como paráfrase, sem, entretanto, passarmos a discutir semelhanças ou diferenças com a citação indireta ou mesmo fazer interpretações mais aprofundadas desta manifestação linguística.

Nesse sentido, vejamos como se expressam a citação direta e a paráfrase nos dados analisados.

O trecho em análise pertence à obra *Apologia da Polêmica*, de Ruth Amossy, em suas primeiras versões e ainda em língua francesa, não obstante já tenha sido traduzida e publicada em língua portuguesa. Apresentamos, portanto, alguns trechos que reforçam pontos mais relevantes para explorar a tipologia da intertextualidade no que se refere à citação, bem como às funções discursivas que surgem a partir dela.

Trecho 1:

Fundamentada em um quadro teórico-metodológico preciso e na análise detalhada de casos concretos, e considerando que a polêmica não é de nenhum modo “uma comunicação desordenada”, Amossy mostra que a *polêmica pública* enquanto *modalidade argumentativa*, apesar de ser depreciada, desempenha um papel vital nas democracias pluralistas. (p. 256)

Esse trecho da resenha em análise apresenta o tipo intertextual citação na parte em: “uma comunicação desordenada”. À medida que se desenvolve a escrita, percebe-se que há a demonstração de aspectos da interpretação que traz a citação como forma de encadear uma exemplificação por parte da resenhista, bem como uma função *avaliativa/valorativa* de cunho argumentativo, cujo posicionamento ancoramos, principalmente, em Perelman e Tytca (2005), seguido da própria arquitetura sociorretórica que se localiza na subunidade de avaliação positiva e/ou negativa (Cf. BEZERRA, 2001). Verifica-se também a demarcação de autoria quando se recupera o verbo mostrar com valor *dicendi*²³, contribuindo ainda mais para a citação em questão ser um recurso intertextual que fornece demarcação de *autoria* (Cf. KOCH, 2011; 2014) como função discursiva que se pode depreender. O reconhecimento intertextual é reforçado aqui, também, pela remissão às categorias teóricas as quais a resenhista destaca em itálico, cuja função discursiva é de explicitude (KOCH, 2011; 2014) de algo utilizado como conceito-chave dentro do escopo teórico da autora.

Desse modo, reconhece-se também a perspectiva de usos de temáticas em formulações conceituais retomadas de maneira mais indireta aqui, principalmente, levando em consideração que há referências de outros trabalhos da autora da obra resenhada: *A argumentação no discurso e Imagens de si no discurso*. Esse ato de referenciar de modo mais direto, principalmente na unidade de apresentação da resenha, reforça ainda mais o caráter da citação, o que pode favorecer outras funções discursivas (como a *ilustração*, por exemplo),

²³ Característica dos verbos utilizados para introduzir discursos de outrem. A respeito disso verificar: GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1983. p. 103.

como os inerentes ao gênero, em suas particularidades composicionais, bem como promove outras ocorrências intertextuais.

Ainda na mesma resenha temos como exemplar de citação:

Trecho 2:

Ao longo da análise, ela elucida que os debates polêmicos não se manifestam necessariamente por marcas discursivas de emoção e de paixão, esta última compreendida, no sentido retórico, como *tentativa de suscitar afetos no auditório e como sentimento expresso com veemência por um locutor extremamente implicado em seu propósito*.

O destaque em itálico no trecho traz uma citação plena; aqui, a resenhista optou por não utilizar aspas como indicativo grafolinguístico. O destaque se dá de forma a explicitar pontos de vista da autora, pois a resenhista opta por ser literal, uma vez que já havia demarcado de maneira mais indireta. Esse traço é demarcado quando há a convocação da voz da autora, principalmente por meio da expressão: *ela elucida que*. Aqui se reforçam mais os aspectos compostacionais/retóricos da resenha que propriamente alguma função discursiva mais aparente, por mais que haja certo *reforço argumentativo* (em sentido valorativo) quando do aparecimento da citação canônica. Apesar disso, cremos que seria muito forçoso impor apenas o teor argumentativo como justificativa discursiva.

Trecho 3:

[...] agora se trata de uma linguística que vai além da frase, abrangendo o texto, plano de manifestação do discurso, adverte Fiorin. É a partir da consideração de uma “retoricidade geral na linguagem” que o autor propõe que a linguística do discurso deva herdar os ensinamentos da retórica [...]

As demarcações que verificamos como indícios de citação repousam em: “[...] agora se trata de uma linguística que vai além da frase, abrangendo o texto, plano de manifestação do discurso constituem citação”, auxiliada pela expressão “adverte Fiorin”, bem como pelo “termo/expressão”: “retoricidade geral na linguagem”. Não obstante a citação não venha demarcada grafolinguisticamente por um aspeamento ou mesmo colocada em itálico, está literalmente escrita tal qual o texto-fonte. Poderíamos, inclusive, facilmente confundi-la com uma paráfrase, aos moldes do que diz Fuchs (1983) a respeito de uma reformulação parafrástica que consiste em identificar a significação do texto-fonte, numa espécie de identificação momentânea (do momento em que se parafraseia), baseada em contexto e resultando num “apagamento” de diferenças. Ou seja, pelo exemplo apresentado, a diferença entre a citação canônica e a paráfrase constitui aqui uma linha tênue, principalmente pelo não acesso ao texto-fonte de forma imediata, bem como pela ausência de marcações grafolinguísticas; há, portanto, um aspecto de fragilidade nessa diferença.

Faz sentido, portanto, que a paráfrase (como tipo intertextual) passe a receber maior atenção do escopo teórico de base semântica para se buscar compreender suas diferenças e semelhanças, bem como os limites para citação (com ausência de marcações grafolinguísticas, ou seja, não canônica). Dessa forma, embora os estudos semânticos sobre a paráfrase não tenham uma preocupação inicial com essa diferenciação, mas sim com questões léxico-sintáticas, podemos perceber que já há uma mudança de orientação nesse sentido a partir de estudos mais recentes de Duarte (2003²⁴).

No que diz respeito às funções discursivas, há *função de ilustração*, principalmente por apontar quase que diretamente para um conceito e, posteriormente, justificar uma escolha argumentativa em torno da temática.

Trecho 4:

Ao longo da análise, ela elucida que os debates polêmicos não se manifestam necessariamente por marcas discursivas de emoção e de paixão, esta última compreendida, no sentido retórico, como *tentativa de suscitar afetos no auditório e como sentimento expresso com veemência por um locutor extremamente implicado em seu propósito*.

O destaque em itálico ressalta uma citação do texto-fonte, apesar de não se utilizar de aspas, o indicativo grafolinguístico se dá pelo uso da escrita em itálico, como alternativa de situar a citação. Essa citação vem posterior à interpretação da resenhista a respeito da “*temática dos debates discursivos*”, em um movimento inerente à própria citação, que serve para dar um caráter de *continuidade*, isto é, para promover a manutenção do *tópico discursivo* (JUBRAN, 2006; PINHEIRO, 2005) favorecendo, nesse ponto, principalmente a coerência de *progressão argumentativa X temática*. Ainda, pode-se inferir que o ponto de partida desse viés argumentativo pode ser a filiação teórica à qual a resenhista se filia, principalmente, levando-se em consideração o uso do léxico especializado de área de pesquisa, notadamente da (nova) retórica.

Trecho 5:

No primeiro capítulo, intitulado de “Multimodalidade, gênero Textual e leitura”, Angela Paiva Dionísio e Leila Janot de Vasconcelos discutem o fenômeno da multimodalidade “[...] como traço constitutivo dos gêneros textuais e como recurso metodológico, apresentando algumas razões pelas quais os professores devem atentar para tal fenômeno [...]”

²⁴ O trabalho de Duarte (2003) segue na esteira de Fuchs (1982), em que se levantam questões acerca do texto e do discurso, partindo de planos específicos da paráfrase (o locutivo; o referencial; o pragmático; e o simbólico). Frisamos, no entanto, a importância de trabalharmos essas perspectivas de paráfrase em trabalhos posteriores, para melhor detalhamento da proposta.

E trecho 6²⁵:

O capítulo seguinte — “Multimodalidade, capacidade de aprendizagem e leitura” — escrito por Leila Janot de Vasconcelos e Angela Paiva Dionísio, aborda as principais funções neuropsicológicas envolvidas no ato de aprender.

A escolha pela análise da citação no trecho 5, para além de explicar o que está implicado em termos discursivos, pode revelar também aspectos relevantes quanto à composição do gênero resenha acadêmica-crítica. A posição da citação, como forma mais direta possível de apresentar o capítulo, pode revelar uma certa restrição imposta ao resenhista (como, por exemplo, uma adequação em nível editorial por parte do periódico referente à quantidade de laudas, por exemplo), que pode “forçar” uma *isenção de responsabilidade*, de fazer *inferências de cunho pessoal*, ou mesmo de conduzir um contraste de ideias sobre o assunto, embora saibamos que, com base no arcabouço sociorretórico da resenha, conforme Motta-Roth (1995) e Bezerra (2001), um posicionamento, por assim dizer, argumentativo, de forma estrita, não apareceria nessa posição retórica inicial do gênero em questão.

Ora, o trecho 6 faz parte da mesma resenha. Há uma forma diferente de apresentar o capítulo, o que vai se alternando nas outras apresentações. Parece patente que há algum domínio particular em alguns assuntos e outros ficam à mercê de citações longas ou referências a domínios de particulares de saber de que as autoras lançam mão. Cremos que, pelo fato de ser resenha de um livro organizado, fixado numa temática única e que contém capítulos de vários autores com vertentes teóricas diversas, propicia uma composição de gênero que tem seus desafios em termos de construção escrita. Se já percebemos isso diante de aspectos compostionais, já previstos como modelos mais ou menos fixos (como em Bezerra (2001) e Motta-Roth (1995)), é conveniente que se depreendam características outras para além do traçado comumente utilizado para esse modelo. Esse traçado pode efetuar paralelos importantes, principalmente envolvendo uma inter-relação entre os tipos intertextuais e o gênero.

Trecho 7:

[...] foi dado na obra de Christian Matthiessen e Michael Halliday publicada em 2009 pela mesma editora, também em edição bilíngue inglês/chinês. As “relações axiais” se devem ao fato de o autor partir do pressuposto indicado por Saussure de que a língua é um sistema de relações e que essas relações são estabelecidas em duas dimensões, ou “eixos”: o paradigmático e o sintagmático.

²⁵ Optamos pela citação recuada em menos de três linhas para manter uma padronização da disposição dos trechos em análise.

Apesar de o trecho referenciar autores na expressão “Christian Matthiessen e Michael Halliday publicadas em 2009 pela mesma editora [...]”, toma-se outra obra para referenciar e sustentar argumentativamente um discurso, fato evocado no contexto do próprio gênero. A função discursiva de *recurso à autoridade* é, nesse caso, demonstrada por recorrer a outra obra, mesmo que também indique uma função por *ilustração*, pois aponta para um delineamento teórico de outra obra para fundamentar a resenha. Há, portanto, uma referência mais explícita, pois aponta para obras e autores em contexto (inclusive em explicações em notas de rodapé), que apontam para uma citação.

Ainda que se mencionem os autores, as obras são diferentes, a ponto de se questionar se há ainda assim *recurso à autoridade*, visto que são utilizados argumentos (conceitos) para fortalecer aparatos teóricos outros.

Temos referências que são retomadas na forma de conceitos teóricos, como: “relações axiais”, “sistema de relações”, “eixos” que ancoram elementos citados, não como o tipo intertextual, mas como elementos retomados ao nível do gênero para um diálogo entre vertentes teóricas estabelecidas no âmbito de pesquisa da obra. Esses elementos podem também estabelecer *função de ilustração* quando se diz: “a partir do pressuposto indicado, quanto pela citação de obra de Saussure (a língua é um sistema...)”.

A resenha que trata do livro *Argumentação*, de José Luiz Fiorin, traz, em particular, muitos trechos com citação plena, inclusive com indicativo de páginas, com aspas, e demais traços tipográficos que caracterizam esse tipo intertextual, em sua maioria apenas para *função ilustrativa*, vejamos:

Trecho 8:

Se, no prefácio, é avançada a tese de que “todo o discurso tem uma dimensão argumentativa” (p.10), ideia suportada pela referência ao dialogismo inerente ao funcionamento do discurso tal como Bakhtin o concebeu — devendo, portanto, o estudo da argumentação ir para além das microanálises que a sua teorização como “argumentação na língua” possibilita e situar-se, também, num plano discursivo — é igualmente afirmado, por outro lado, que “a retórica é, sem dúvida nenhuma, a disciplina que, na história do Ocidente, deu origem aos estudos do discurso” (p.22).

E Trecho 9:

Nesse sentido, afirma o Professor Fiorin que “se as figuras retóricas não podem ser consideradas enfeites do discurso, então precisam de ser analisadas na sua dimensão argumentativa” [...]

[...] Advoga ainda o Professor Fiorin que, apesar da distinção entre demonstração e argumentação proposta por Perelman, ela não tem de ser interpretada em termos de oposição rígida: “A distinção entre argumentação e demonstração não é tão rígida. De um lado, mesmo se fundando no preferível, a argumentação pode comportar elementos demonstrativos. Do outro, mesmo as ciências apresentam controvérsias muito grandes e, portanto, seu discurso é argumentativo no sentido de Perelman” (p.78).

Ainda que se reconheçam claramente as citações de maneira nítida, outras questões surgem, como a perspectiva de falta de *autoria*, melhor seria aproximar do plágio implicada no excesso de citações, no espaço de uma resenha que se propõe crítica, em que teria que haver posicionamentos por parte do resenhista. Esse distanciamento mostra que o posicionamento do resenhista fica em segundo plano, que sempre trabalha com as noções já dadas. No caso, ele faz poucas incursões para esclarecimentos; as sumarizações também são efetuadas por ocasião de citação de conceitos-chave, tais como: figuras retóricas, argumentação e demonstração. O resenhista trabalha com o recurso das citações: “se as figuras retóricas não podem ser consideradas enfeites do discurso [...]” e “A distinção entre argumentação e demonstração não é tão rígida. De um lado, mesmo se fundando no preferível, a argumentação pode comportar elementos demonstrativos [...]” que recorrem a *argumentos de autoridade* como função discursiva inerente ao gênero, principalmente, no movimento retórico próximo à apreciação da obra (no trecho: “apesar da distinção entre demonstração e argumentação proposta por Perelman, ela não tem de ser interpretada em termos de oposição rígida”), que seria a sumarização da obra e a crítica da obra, segundo a proposta de Bezerra (2001).

A proposta de um não posicionamento por parte do resenhista, podemos classificar como *isenção de responsabilidade*, como função discursiva, principalmente se levarmos em consideração o “ser autor” da resenha. Não obstante não seguir, na maioria dos momentos, uma proposta de escrita que siga uma orientação retórica aos moldes de Motta-Roth (1995) ou Bezerra (2001) como aspecto composicional, não entraremos no mérito de incutir um julgamento do mérito da escrita do resenhista, por este seguir uma forma mais topicalizada (ao citar trechos), por assim dizer, ao resenhar.

No caso de possível inabilidade do resenhista, não se pode confundir com isenção de responsabilidade, pois essa é motivada por um não querer falar sobre, há (não) posicionamento do resenhista, seja suprimindo informações ou mesmo tangenciando propositadamente o modelo teórico do texto fonte. Já a inabilidade se apresenta mais em como o resenhista dispõe as informações, tem mais a ver como a proposta da orientação retórica/organizacional do que com a temática ou o assunto da resenha.

Na resenha do livro de Charaudeau, *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*, temos muitas citações, mas que não comprometem o papel crítico da resenha, pelo contrário, o resenhista se mostra conhecedor tanto do ambiente discursivo que situa o autor quanto a suas obras e perspectivas teóricas. A seguir os trechos que demonstram essa perspectiva:

Trecho 10:

Esse exercício político, segundo o autor, é um fenômeno complexo e constantemente atravessado por: fatos políticos, relacionados a questão da legitimidade e da autoridade; fatos sociais, relacionados ao lugar e à relação estabelecida entre elites e povo; fatos jurídicos, que definem condutas e regras; fatos morais, que denotam um sistema de valores que visa o ideal de governança e o bem social.

Conforme frisado, apesar de tomar parcelas de texto com citação de termos, esses mesmos termos vêm com uma espécie de especificação, como no caso de “fatos, políticos, relacionados a questão da legitimidade; fatos sociais, relacionados ao lugar e à relação estabelecida entre elites e o povo”. Percebe-se que os conceitos citados, mesmo que indiretamente, remetem para explicar o exercício político, sendo apontada como principal função discursiva a *ilustração*, possibilitando grandes retomadas de contextos ao inter-relacionar fatos políticos, fatos sociais, fatos jurídicos e fatos morais, para referir-se ao constructo do elemento político. Nesse trecho, em específico, cabe notar que pode ser vista uma perspectiva mais ampla a respeito da forma citada que mais parece uma forma parafraseada, tanto pela expressão introdutória (“segundo o autor”) quanto pela falta de marcação grafolinguística da citação prototípica. Preferimos tratar como citação pelo fato de o trecho ser citado de modo quase integral, como se pode comprovar no próprio excerto. Observemos o trecho a seguir, que segue o mesmo parâmetro.

Trecho 11:

A identidade é, portanto, uma identidade cultural, “um vínculo social, o espelho no qual os indivíduos se reconhecem como pertencentes ao um mesmo conjunto, a uma mesma entidade, e que norteia a conduta na vida em sociedade” (CHARAUDEAU, 2016, p. 27).

Trata-se, nesse trecho, de uma citação mais plena, inclusive com as aspas e a referência (bibliográfica) normatizada conforme as regras da ABNT. Novamente aqui há assunção de uma *função de ilustração*, pois, segundo Perelman e Tyteca (2005, p. 407), a ilustração tem como função o reforço de uma adesão por uma regra conhecida e aceita. Nesse ponto, temos como regra conhecida o termo “identidade cultural”, enquanto o trecho citado “um vínculo social, o espelho no qual os indivíduos [...]” serve para reforçar e retomar a explicação conceitual, essa perspectiva influencia o caráter argumentativo.

Trecho 12:

Para Charaudeau, a legitimidade do ator político potencializa a sua credibilidade, mas sozinha não é suficiente para o exercício do poder. Ser legítimo não é ser credível, nessa linha de raciocínio. Charaudeau considera que a credibilidade do ator político é condição para o exercício do poder: “[...] se o político perder sua credibilidade, perde sua legitimidade”.

Arremata-se, portanto, o pensamento do autor, cujas amarras textuais são constituídas por paráphrase num primeiro plano e citação em seguida. Essas estratégias constituem uma função de *progressão tópica* (Jubran, 2006; Pinheiro, 2005), ou seja, a manutenção do tópico se dá pela organização discursiva dos conceitos em torno de um ponto teórico comum, no caso, a noção de “legitimidade”. Ora, há uma intensa articulação argumentativa, em que um conceito em explicação se vale de uma máxima – “[...] se o político perder sua credibilidade, perde sua legitimidade” (citada) para validá-lo argumentativamente.

Trecho 13:

A importância desse trabalho, no campo da Linguística Aplicada, pode ser atribuída ao fato de ser a primeira obra publicada no mercado editorial no Brasil a trazer atividades práticas e sistemáticas com o uso de corpora para o ensino da língua inglesa no contexto educacional brasileiro. Como bem lembram os organizadores da obra, “este livro contém várias sugestões de atividades para o ensino de língua inglesa que utilizam tecnologias e mídias a partir de textos autênticos (corpus). Ele incorpora uma pedagogia de ensino que realmente inova e motiva” (SARDINHA et al, 2012, p.5).

Nesse trecho, temos a citação canônica utilizada em contexto de avaliação da obra, ainda que de forma bem ampla, não obstante esse movimento retórico venha na parte inicial da resenha, contrariando propostas de Motta-Roth (1995) e Bezerra (2001). Trata-se de casos específicos, pois em casos padronizados pelos modelos dos referidos autores, não se costuma usar citação para demonstrar ou refletir posicionamentos de avaliação positiva ou negativa. Nesse caso específico de resenha, com movimentos retóricos não tradicionais, por assim dizer, é que percebemos a citação em favor de uma função avaliativa que desemboca numa estrutura diferente para o gênero em questão. Frisamos ainda que esse posicionamento avaliativo ocorreu solitário; não houve outras intercorrências nesse sentido nas páginas seguintes.

Podemos, portanto, inferir que certas escolhas de intertextos podem modificar estruturalmente o gênero em termos compostionais devido às necessidades discursivas, bem como às restrições editoriais que o gênero pode sofrer, como, por exemplo, a delimitação do número de páginas que é imposta para a resenha ser publicada, fazendo com que o(a) resenhista opte pela descrição da obra ou por sua posição argumentativo-avaliativa.

Trecho 14:

Em sua Gramatologia, o filósofo argelino Jacques Derrida (1973:17) afirmou: “sabemos que a temática do signo e, desde cerca de um século, o trabalho de agonia de uma tradição que pretendia subtrair o sentido, a verdade, a presença, o ser etc., ao movimento da significação.”

A escolha desse trecho, que contém uma citação prototípica, denuncia, para além do que dissertamos acerca do trecho anterior, um resenhista que usa de muitas citações longas

e de conceitos atrelados a áreas de saber, e que, apesar de amplo espaço de posicionamento, passa a se isentar desse passo argumentativo. Até mesmo os exemplos são como citações longas, inclusive marcadas grafolinguisticamente por aspas, travessões ou mesmo itálicos. Percebe-se que as funções que predominam nas teias de citações que o resenhista faz são a de *ilustração*, ainda que utilizando exclusivamente o exemplário do texto-fonte (trazendo paginação para referenciar, inclusive). Raramente traz *exemplificação* própria, como interpretação do texto-fonte. Ao argumentar, ainda permanece preso ao enunciar que vai fazê-lo e, novamente, apela para a citação ou referência a autores e obras. A leitura dessa resenha torna-se penosa, pela extensa cadeia de citações amarradas a exemplos do autor, ou seja, a extensão e o excesso de citações prejudicam o bom andamento da própria composição do gênero, bem como do fluxo de leitura por parte do interlocutor.

Trecho 15:

Como destaca o autor, a “relação entre os músicos populares e a nova tecnologia é condição *sine qua non* para o estabelecimento da canção popular no início do século” (p.43).

Trecho 16:

E por que mobilizar diferentes campos do conhecimento? O autor responde: “[esses campos do conhecimento] partem do mesmo objeto, o enunciado, particularmente o linguístico, seja ele o oral, o escrito ou aquele que é objeto de nosso estudo, o cantado” (p.15).

Não obstante pertençam à mesma resenha, os trechos 15 e 16 desenvolvem longas citações. Cabe, portanto, a consideração do tipo intertextual citação, tanto pela função discursiva desempenhada quanto pela constituição do gênero, utilizando-se de uma inter-relação entre intertextualidade (citação) e movimento retórico. Ora, no primeiro exemplo, verificamos a citação prototípica, com aspas e indicativo de página, inclusive. Do mesmo modo, o trecho 16 traz as mesmas características, então verificamos a escolha do resenhista por esta escrita, de se apossar de grandes trechos citados para construir o texto da resenha. Essa característica não é comum, mas se confirma em todo o corpo da resenha.

O que queremos apontar, para além das questões de formulação, é a posição da citação dos parágrafos, que pode auxiliar na função discursiva. No primeiro caso, temos a citação na conclusão de um parágrafo, ou seja, sumarizando (nos dizeres de Bezerra, 2001, principalmente) o conjunto de conceitos colocados quando da apresentação de um capítulo. Nesse ponto, temos como interpretação possível a perspectiva de função discursiva de *reforço*

argumentativo, pois, embora traga muitos elementos teóricos isolados, há uma interpretação proveitosa desses conceitos, que são reforçados pela citação literal do autor do texto-fonte.

Esse posicionamento não se reflete na segunda citação, que, no caso, é utilizada tão somente para interligar tópicos, os quais são reforçados por menções a correntes teóricas e autores que não poderiam estar situados numa mesma porção textual, sob o risco de gerar uma confusão terminológica.

Trecho 17:

Nessa perspectiva, defende-se que a “relação entre a palavra e o mundo é mediada pela cognição” (p. 14). Assim, os significados das palavras são orientados pela construção cognitiva aprendida e pelo compartilhamento de crenças socioculturais, o que sugere uma visão enciclopédica do significado linguístico, que não pode ser tratado independente do contexto.

Nesse trecho, apesar de a citação ser bastante curta, ao ponto de se confundir com o tipo intertextual por referência, o aspecto que mais chama a atenção para a demarcação da citação é a indicação de página do texto-fonte por parte da resenhista – “relação entre a palavra e o mundo é mediada pela cognição” (p. 14) –, o que demonstra que não é somente indicações por aspas ou itálico que pode indicar uma citação canônica, bem como podemos afirmar que há referências por marcação mais formal, embora mais raras, por serem contextuais, portanto demandando maior esforço por parte do coenunciador. Quanto ao aspecto discursivo da resenha em questão, repousa no sentido de uma função de articulador tópico (em sentido amplo), pois aponta para conceitos estabilizados que estão direcionados para um esclarecimento em contexto mais geral.

Trecho 18:

Para a autora, o termo frame pode ser definido como um “sistema estruturado de conhecimento, armazenado na memória de longo prazo e organizado a partir da esquematização da experiência” (p. 50).

A configuração desse trecho em que se apresenta uma citação canônica, com aspas e indicação de página, inicia-se pela expressão “para a autora”, logo em início de parágrafo. Não obstante seja esse uso bastante frequente quando da formulação de paráfrases, há a escolha da resenhista pela opção mais literal possível para expressar as palavras da autora acerca da definição do termo “frame”. Isso é bastante flagrante em situações em que há a necessidade de se esclarecer um termo ou mesmo explicar determinadas áreas a que o (a) autor (a) do texto-fonte se vincula. Percebe-se, portanto, nesse trecho, a *ilustração* (aqui em situação bem específica), como principal função discursiva, pois o locutor se utiliza da citação para reforço conceitual como argumento.

Trecho 19:

A perspectiva de gramática adotada no livro é considerá-la “instrumento para reflexão sobre os usos linguísticos, visando não só a ampliar o conhecimento teórico sobre a língua, mas também a ajudar na compreensão dos textos e na melhoria da qualidade das produções textuais dos alunos.” (p. 14)

No caso particular desse trecho, tratamos de uma resenha em que o resenhista se apoia quase que exclusivamente em longas citações para construir seu texto, adotando, assim, uma postura de *isenção de responsabilidade*, um “não se comprometer” em argumentar ou relacionar contextos teóricos levantados pela autora. Podemos ainda considerar que o resenhista abdica de seu papel de autor (da resenha) ao apelar para tantas e longas formulações citadas *ipsis litteris*, com as devidas marcações grafolinguísticas, como o uso das aspas, por exemplo. Entendemos também que esse fato de não posicionamento reflete na própria estrutura retórica da resenha, havendo determinados prejuízos no que diz respeito à feitura mais composicional.

Ao tratarmos de funções discursivas no escopo do tipo intertextual por citação, consideramos também uma inter-relação com os aspectos composticionais do gênero resenha acadêmico-crítica. Optamos ainda, de modo amplo, por associar o tipo intertextual em questão aos movimentos retóricos situados a partir dos trechos escolhidos para a análise. Vislumbramos essa perspectiva por entendermos que a análise transitaria não só na relação intertextual, mas seria direcionada também no entorno do gênero, em seus aspectos retóricos. Convém frisar que esse traçado só nos foi fornecido após avançarmos nas análises e que, apesar disso, não houve prejuízo da inter-relação entre tipo intertextual e funções discursivas.

5.2 A referência

Ao tratarmos a referência no gênero resenha acadêmico-crítica, trazemos as caracterizações elaboradas principalmente por Piégay-Gros (1996), sob influência de Genette (1982), que consideram o grau de explicitude, pois levam em consideração que aspectos marginais que podem ser extraídos do texto forneçam pistas de marcações intertextuais. Convém frisar que esse tipo intertextual exige mais do coenunciador, que passa a ser orientado pela capacidade de recuperar os indícios por meio de conhecimentos prévios evocados, no caso das resenhas acadêmico-críticas, por nomes de autores, por referências bibliográficas normatizadas em notas de rodapé, com indicação de paginação.

Advogamos também que algumas expressões podem ser interpretadas e retomadas por referenciação, revelando alguns tipos intertextuais por referência, como por exemplo: “*a autora retoma*” ou “*o teórico, ao afirmar*” (embora não exclusivos do tipo intertextual

referência), apontando para marcações à margem do texto, como apontando para notas explicativas, indicação de obras/autores, recuperação de conceitos de outras obras de mesmo autor de texto-fonte, entre outras possibilidades. Frisamos, nesse ponto, que os *processos de referenciamento* aqui mencionados não têm ligação imediata com o que tratamos teoricamente e analisamos no *corpus*: fazem, assim, parte de outro escopo de análise. Não obstante isso, cremos ser possível uma aproximação com o tipo intertextual referência, principalmente na esteira de Piégay-Gros (1996).

Passemos à análise dos textos.

Trecho 20:

[...] basta lembrar sua contribuição semanal à revista LÍNGUA Portuguesa desde 2006, na seção que logo passa a levar o nome da disciplina – Retórica. Mas penso que é justamente sua profunda formação de linguista – estudioso de Saussure, Benveniste, Hjelmslev..., ao lado de seu conhecimento da literatura, do grego, do latim, da própria língua portuguesa, que tornam singular sua última publicação: *Figuras de retórica*.

E mais a frente:

Trecho 21:

[...] (alguns afirmam que a “fúria taxionômica” dos antigos chegou a classificar centenas delas...). E, em sua definição e análise, por muitas vezes o autor recupera o debate que sobre ela travaram os antigos, os clássicos e os contemporâneos: Cícero, Quintiliano, a Retórica a Herônio, Pierre Fontanier, Jakobson, o Grupo μ...

Temos aqui nesses dois trechos o tipo intertextual de referência, que remete a outras obras (*Figuras de retórica*), outros autores (Cícero, Quintiliano, Jakobson etc.) que fundamentam a obra, realçando ainda o reconhecimento da resenhista sobre a temática por meio da expressão “penso que”, bem como sobre a filiação teórica do autor, promovendo, dessa forma, uma *função de ilustração*. Pode-se perceber, também, uma *função avaliativa* em sentido amplo, pois pretende justificar as escolhas teóricas recuperadas pelo autor como importantes para uma construção teórico-metodológica da obra Figuras de Retórica, já que recupera termos como “fúria taxionômica” para referir-se aos “clássicos e contemporâneos”. Podemos considerar também uma *função de inserção* no campo teórico específico da Retórica (ver. Trecho 21) pelo autor resenhado, corroborado pelo aparato teórico trazido em seu escopo de pesquisa, bem como outra obra do autor (*Figuras de retórica*).

Trecho 22:

[...] foi primeiramente obra de filósofos (ou jusfilósofos), preocupados com os raciocínios que envolviam a ética, a moral e o direito; o marco na área é o conhecido Tratado da argumentação. A nova retórica, de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, de 1958. Esse compêndio da argumentação não trata exatamente de processos

de linguagem, escapando assim ao escopo da Linguística, mas do que os autores denominaram “técnicas discursivas” de argumentação [...]

Partindo da referência aos subcampos da retórica, num aspecto histórico e de levantamento epistemológico, a resenhista lança mão de *inserção em áreas de saber*, por meio de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, referenciando campos de saber (a nova retórica). Nesse ponto subjaz à resenha a unidade retórica de situar a obra e mencionar material extratextual (Cf. BEZERRA, 2001), que tem como função discursiva predominante a *ilustração*, não somente ao nível do autor, numa menção a jusfilósofos; mas também ao nível da pesquisa, da ética; da moral; e do direito, que estão particularizadas com relação à retórica, de modo geral. Em termos compostionais, esse trecho já antecipa a subunidade retórica de avaliação da obra (MOTTA-ROTH, 1995; BEZERRA, 2001) na afirmativa: “Esse compêndio da argumentação não trata exatamente de processos de linguagem, escapando assim ao escopo da Linguística [...]”.

Ainda na mesma resenha, temos:

Trecho 23:

A autora resume que a polêmica desempenha funções sociais e discursivas relevantes exatamente por aquilo em que nela é reprovado: a gestão verbal do conflito operada através do desconsentimento. Apesar de esta afirmação parecer paradoxal, a analista reforça que fazer uma apologia da polêmica ou defender a coexistência no dissensus é permitir a preservação do pluralismo e da diversidade no espaço social, na medida em que a polêmica pública ou a coexistência entre posições e interesses divergentes procura um meio de lutar por uma causa e de protestar contra as intolerâncias, de efetuar reagrupamentos identitários que provoquem interações mais ou menos diretas com os adversários, de gerar os desacordos, mesmo os profundos.

As recuperações intertextuais observadas aqui são quase essencialmente voltadas para referências, por mais que haja citações expressas com focos somente nas categorias. As principais funções discursivas eleitas para essa manifestação estão no caráter predominantemente *avaliativo* e *interpretativo* das categorizações, principalmente ao levarmos em conta os aspectos compostionais envolvidos no gênero, em seu traçado retórico. As expressões: “a autora resume” e “apesar de esta afirmação ser paradoxal” reforçam a ideia de um investimento argumentativo na resenha, característica retórica de avaliação.

Defendemos aqui a possibilidade de referência como tipo intertextual mais saliente no trecho, pois há uma recuperação de conceitos-chave, como “desconsentimento”, “preservação do pluralismo”, “diversidade no espaço social”, “reagrupamentos identitários” e “desacordos”, fazendo remissão em menor ou maior grau de associação à proposta da autora. Nesse sentido, tem-se a expressão “a apologia da polêmica”, não apontando diretamente para a

obra (como forma citada), pois não há marcação indicativa, não obstante saibamos que todos os conceitos-chaves apontados apontam para essa expressão como forma de apontar um direcionamento em primeiro plano, sintetizando; noutro plano, especificando temática. Com isso, podemos inferir que há um propósito de provocar um efeito de ênfase e de correlações com itens teóricos aqui apontados como conceitos-chave, e mesmo os que a autora vai utilizar no decorrer da obra (de que também a resenhista se apropria).

Convém observar que as expressões: a “autora resume”, passando a “a analista reforça” direcionam mais para aspectos relativos à constituição do gênero, em suas constituições retóricas, do que para inferências intertextuais. Temos, portanto, nessas expressões, atos de *reforço argumentativo* como uma função discursiva mais ampla como para recuperar via referênciação certos conceitos para se atribuir ao que a autora resume, no caso: a polêmica.

Ainda em outro trecho na mesma resenha:

Trecho 24:

Se a obra de Amossy evoca uma apologia da polêmica, não posso deixar de ressaltar que a polêmica tratada pela pesquisadora se constitui em uma guerra de plumas, em uma guerra verbal, pois, quando a divergência de posições e a discussão verbal dão lugar à agressão física, podem ser comprovados aí os verdadeiros riscos da atividade polêmica, como chama a atenção Mesnard (apontando para uma nota de rodapé, a seguir)

Trecho 24.1

Nota de rodapé: Para o autor, “ofensiva ou defensiva, a polêmica implica riscos, quando a paixão aumenta, chegando ao confronto armado, ou até mesmo ao mínimo ataque físico”. In: COLLECTIF. *Cahiers V. L. Saulnier 2. Traditions polémiques*, nº 27, Université Paris-Sorbonne, 1985. p.127- 29. [Collection de L’Ecole Normale Supérieure de Jeunes Filles].

Mais uma vez, uma referência com uma nota de rodapé²⁶ (trecho 24.1), apontando a explicação sobre polêmica feita pelo autor citado. Essa referência aponta para outro autor (Mesnard), confirmando uma remissão indireta, porém explícita, para levantar uma crítica a posicionamentos teórico-metodológicos da obra resenhada, o que é reforçado pela expressão: “não posso deixar de ressaltar” e “como chama a atenção Mesnard”, essas expressões são indicadas conforme as referências formais de citação preconizadas pela ABNT.

Trecho 25:

[...] Martin expõe a proposta de eixo a partir dos conceitos teóricos de Saussure sobre signo, significante/significado e valor e, daí, para os desenvolvimentos propostos por

²⁶ Optamos por expor as notas de rodapé das resenhas no texto (em forma de citação recuada), pois entendemos que favorece melhor leitura e compreensão.

Hjelmslev a partir da teoria saussureana e a relação entre os planos conteúdo/expressão e forma/substância. De Hjelmslev, Martin nos guia para Firth e deste para Halliday, para chegarmos às relações sintagmáticas e paradigmáticas na LSF.

Na remissão a autores, há intertextualidade por referência, ainda que seja para reforçar termos teóricos que sofreram gradação no decorrer dos avanços das pesquisas linguísticas. O trecho em questão apresenta uma *progressão temática* (em sentido amplo) quando desenvolve correlações de um nível mais “básico” na linguística, a partir de Saussure até chegar a Halliday, para fundamentar e situar sua obra, no caso, a LSF. Especificamente, nesse caso, esse tipo de progressão é característico do gênero resenha, pois tem uma *função resumitiva*, depreendida da relação Saussure para Significante/Significado e Valor; Hjelmslev para conteúdo/expressão e forma/substância; LSF para relações sintagmáticas e paradigmáticas. Grosso modo, parece que a resenhista, nesse ponto, adota uma escrita relacional (entre autores e obras) quase ao nível da metonímia. Desse modo, tem-se, também, sob o aspecto organizacional da resenha, o movimento de situar a obra.

Trecho 26:

A relevância da obra na (e para a) LSF é apontada por Michael Halliday na Introdução ao trabalho de Martin. Halliday (p. vii) afirma que muito tem sido ensinado sobre os princípios e sobre a prática de usar os sistemas, mas ninguém havia produzido um manual para isso, isto é, uma introdução sistematizada e projetada exclusivamente para esse fim.

Tem-se nesse trecho uma *função avaliativa* que se ancora numa referência a Halliday, que traz uma *avaliação*: “A relevância da obra na (e para a) LSF”, do trabalho de Martin. Tal fato também demonstra o conhecimento no assunto, por parte do resenhista, pois essas remissões a Halliday são frequentes (inclusive retomamos trechos anteriores para perceber isso), ainda que não se expressem tanto no texto-fonte. O resenhista desempenha sua escrita de modo proveitoso, de modo a identificar pontos que são norteadores da obra, aprofundando funções valorativas e avaliativas, ao retomar, a partir da fala de Halliday que “mas ninguém havia produzido um manual para isso, isto é, uma introdução sistematizada[...]”. Considerando esses fatores, temos o resenhista trazendo uma função discursiva que defendemos aqui como *isenção de responsabilidade*, pois recorre a Halliday de maneira recorrente, inclusive.

Na resenha que trata do livro *Argumentação*, de José Luiz Fiorin, temos o trecho:

Trecho 27:

Como balanço final, impõe-se dizer que estamos perante um livro que, **não entrando no debate sobre os diversos pontos de vista teóricos sobre a argumentação e a**

retórica, proporciona ao leitor um valioso e exaustivo conjunto de conhecimentos sobre o discurso retórico-argumentativo, familiariza-o com a metalinguagem ou com a terminologia essencial deste campo de investigação — sempre recorrendo a esclarecedores exemplos que permitem perceber a atualidade da análise retórica-argumentativa — e, finalmente, proporciona-lhe uma visão simultaneamente clara [...]

Há, no trecho em negrito, uma referência, pois aponta para outras possibilidades de posicionamentos teóricos que não são escolhidos pelo autor, apesar de serem importantes para o norteamento ou para a ideia central da obra, bem como os vários conceitos trabalhados e discutidos na própria resenha e inter-relacionados no campo da argumentação e da retórica. Apesar disso, verificamos também que o resenhista não assume um posicionamento, não obstante reconheça que existe o “debate sobre diversos pontos de vista teóricos”. Podemos, dessa forma, depreender que a função discursiva, nesse caso, seria *isenção de responsabilidade*, pois o ato de se eximir de aprofundamentos teóricos que poderiam ser proveitosos no gênero, só aparece como para como *ilustração* e *função de avaliação*.

Tomamos agora uma resenha do livro Linguística Textual: trajetória e grandes temas, de Ingedore Koch, em trecho seguinte:

Trecho 28:

São referidos, a esse propósito, os contributos de Halliday & Hasan (*Cohesion in Spoken and Written English*. London: Longman, 1976), sobre os processos correferenciais anafóricos e catafóricos, e dos linguistas alemães Isenberg (*Der Begriff “Text”*. In: *der Sprachtheorie*. ASG- Berlitz, n. 8 Berlim, 1968) e Vater (*Determinantien*. Trier: Laut, 1979), sobre anáforas de tipo associativo, que se limitavam, porém, a porções textuais de maior ou menor dimensão, sem ousarem outros avanços.

Trata-se aqui do tipo intertextual de referência, pois aponta de forma quase imediata para obras (citadas segundo as normas da ABNT, inclusive). O fato de já antecipar bibliografia é uma alternativa encontrada para efetuar uma *ilustração*, embora mais focalizada com relação ao gênero do que propriamente com relação ao tipo intertextual. Essa ilustração por meio da normatização bibliográfica serve para alinhar conceitos (“processos correferenciais anafóricos e catafóricos” e “anáforas do tipo associativo”) aos seus respectivos teóricos (Halliday & Hasan; Isenberg) e suas perspectivas. Percebemos que essa ilustração tem uma função na resenha (o movimento de situar a obra), pois faz uso de descrições e cita outros materiais. Nesse caso, são citações de obras e autores em favor de referências.

Ainda sobre essa dimensão de referência, temos o trecho a seguir:

Trecho 29:

Na sequência dessa visão, surge a perspectiva sociocognitivo-interacionista, com base na interiorização de que os processos cognitivos não são exclusivamente individuais, mas concomitantemente sociais. Essa ideia foi, de resto, subscrita amplamente por Koch em trabalho conjunto anterior (Koch, I. e Lima, M. *Sociocognitivíssimo*. In:

MUSSALIN, F. & BENTES, A.C. Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos, filosóficos e modelos de análise.

Recupera-se aqui a referência a outra obra da autora para balizar a obra-alvo da resenha, cujo movimento intertextual demostra a capacidade da resenhista de dominar o assunto e fazer associações, apontando para uma *função de ilustração* na referência à obra (inclusive normatizada segundo a ABNT). Para isso, ancora-se no movimento retórico de sumariar a obra (MOTTA-ROTH, 1995; BEZERRA, 2001) e de associar às teorizações da autora por meio da menção à “perspectiva sociocognitivo-interacionista” e “processos cognitivos”.

Trecho 30:

Amossy aborda por um lado *a insistente busca pelo consenso e a obsessão pelo acordo*, que está na base mesma da Retórica e dos estudos de persuasão, da Retórica clássica de Aristóteles à Nova Retórica de Perelman e Tytca, ao mesmo tempo em que descreve *na sociedade contemporânea as condenações do dissensus e da polêmica*, desde o *Tratado da argumentação* de Perelman e Tytca, abrangendo as teorias da argumentação que o sucederam, como a *lógica informal* de Douglas Walton e a *pragmatologia* da Escola de Amsterdã e de Van Eemeren.

No trecho em itálico “insistente busca pelo consenso e a obsessão pelo acordo”, há uma citação que remete à subunidade retórica de informar a origem da obra e referir-se a outras publicações anteriores (BEZERRA, 2001). Ao recorrer à retórica clássica, à nova retórica, à lógica informal e à pragmatologia, percebe-se que há uma mescla de funções que remetem tanto ao *recurso à autoridade* (PERELMAN E TYTECA, 2005), ratificada pelos estudiosos das temáticas, como Perelman e Tytca, Douglas Walton e van Eemeren, quanto à *exemplificação* (PERELMAN E TYTECA, 2005) como função discursiva, pois, por meio de áreas particulares, enfatizam um domínio que fundamenta a teoria da autora Ruth Amossy. Sob o ponto de vista composicional, as convocações de áreas que se vinculam ao escopo teórico da autora visam a um efeito organizacional; a resenhista lança mão de recursos linguístico-argumentativos, ao traçar paralelos e aproximações temporais para construir um traçado teórico-metodológico, donde se pode presumir, inclusive, que isso se dá pelo conhecimento prévio por parte da resenhista das temáticas apresentadas, pois a relação entre elas é construída por uma proximidade terminológica favorecida por uma consistência sintático-linguística bastante adequada ao movimento retórico de apresentação da obra (MOTTA-ROTH, 1995; BEZERRA, 2001).

E na sequência:

Trecho 31:

[...] a autora evoca a obra de Habermas, na qual é construída a noção de um espaço público gerado pelo discurso argumentativo, ou seja, segundo

concebe esse autor, a esfera pública basear-se-ia em um modelo de discussão racional na qual os cidadãos alcançariam o acordo através da troca discursiva. (p. 254)

A referência se dá pela demarcação da expressão *a autora evoca* e remissão a Habermas; a resenhista conduz a uma *progressão temática* (JUBRAN, 2006; PINHEIRO, 2005), ainda que de maneira ampla, no sentido de orientar a escrita, oferecendo maior suporte discursivo, com a introdução de um *recurso à autoridade* (PERELMAN E TYTECA, 2005) como principal função discursiva, principalmente considerando a remissão ao autor que embasa (e enfatiza) um conceito importante. Também apela para remissão à noção de “espaço público”, elaborado por Habermas, que fundamenta e justifica escolhas teóricas anteriores da autora do livro, alvo da resenha em questão. No que diz respeito ao aspecto da constituição retórica da resenha, aos moldes de Bezerra (2001), esse trecho constituiria remissão a materiais extratextuais no intuito de sumariar a obra.

Trecho 32:

[...] particularmente no da Sociologia e da Ciência Política. Assim, a autora, partindo das reflexões advindas das ciências sociais, feitas por Lewis A. Coser, George Simmel, Chantal Mouffe e Pierre-André Taguieff, coloca a seguinte questão à página 37: “Estas perspectivas sociopolíticas podem ser traduzidas em termos de retórica para autorizar a consideração da polêmica e suas funções construtivas?” (p. 254)

Tem-se referência, pelas quais a resenhista introduz os campos de pesquisa, quando coloca “sociologia e da ciência política”, bem como as remissões aos autores que embasam a obra de modo mais geral, alvos do conhecimento da autora e da própria resenhista, que demonstra capacidade de sintetizar, em poucas linhas, suportes de área e de diversos autores. Ao mesmo tempo que trata de sumariar a obra (Cf. BEZERRA, 2001), recorrendo a recursos extratextuais, essa ação de direcionar certos campos de saber e autoridades desses campos resulta numa indagação retirada do texto-fonte e citada canonicamente na resenha. Podemos inferir nesse passo que há uma espécie de *intertextualidade por referenciação* ou até mesmo *retomada de informação* (CAVALCANTE; KOCH, 2011), no trecho: “Estas perspectivas sociopolíticas podem ser traduzidas [...], pois retoma não só o campo teórico antes referenciado por autores e área de conhecimento, endossando, dessa maneira, mas também um *recurso à autoridade* como função discursiva.

Todas essas referências reforçam uma citação, que se dá de forma canônica, com as marcações tipográficas (aspas e referência de página) e têm função discursiva de progressão do *tópico*, pois apontam para autores como indicadores de uma área de pesquisa: “ciências sociais”. Além disso, percebe-se o movimento retórico de descrição na sumarização da obra, na subunidade que descreve o ato de recorrer a outras obras (Cf. BEZERRA, 2001). Temos,

portanto, no caso específico desse trecho, uma coocorrência de tipos intertextuais no sentido de um auxiliar no surgimento do outro e, por consequência, gerar outras possibilidades discursivas.

Trecho 33:

Para ela, é no componente prático do curso de letras, ou seja, na experiência de estágios, por preparar professores capazes de exercer a profissão, que se pode observar a reconceituação do que se entende uma vez que é na experiência prática da docência que as diferenças entre os conceitos limítrofes *aprendizagem* e *conhecimento* se tornam aparentes.

Apontamos como referência “[...] as diferenças entre os conceitos limítrofes aprendizagem e conhecimento se tornam aparentes.” com *função resumitiva*, pois, não obstante traga os conceitos aprendizagem e conhecimento e mais adiante trace a relação entre eles, percebemos que esses conceitos aparecem como espécie de “satélites”. Ora, a partir dessas considerações, podemos até mesmo inferir a área de pesquisa em que se situa essa resenha, bem como suas possíveis inter-relações com outras vertentes teóricas. O fato é que toda a argumentação está centrada em pilares conceituais muitos claros, tornando a resenha, assim, mais concisa para o leitor.

Trecho 34:

Assim, Ellis (2008), Brown (2007), Littlewood (1998) e Larsen-Freeman e Long (1991), entre outros, têm sido os manuais para os estudos na área de ensino e aprendizagem de língua não materna.

Há na totalidade do trecho referências numa clara evidência ao contexto de *inserção* de autores e áreas de saber, demarcando o viés teórico da obra, bem como uma indicação para *recurso de autoridade* (aqui em sentido mais amplo) como um auxílio para traçar paralelos. Ao nível mais composicional, percebe-se que há um cumprimento de algumas subunidades retóricas, apesar da pequena extensão do trecho: generalização do tópico, referência a publicações anteriores, apontando para material extratextual e, de certa forma, apontando questões editoriais ao dizer: “têm sido os manuais para os estudos [...]”.

Trecho 35:

Em geral, os estudos sobre o Modelo do Monitor não abordam as críticas feitas à hipótese da aquisição/aprendizagem vindas de diferentes autores em diferentes momentos em razão da base dessa hipótese estar na consciência e na inconsciência (que não podem ser comprovadas empiricamente) e da separação e ausência de interface entre aquisição e aprendizagem (com apontamento para nota de rodapé a seguir).

E nota explicativa (trecho 36):

McLaughlin (1987), por exemplo, fez críticas em relação à importância dada por Krashen ao input, em especial no caso da história de Armando (emigrante mexicano nos Estados Unidos que aprendeu hebraico com fluência), devido à falta de definição

sobre o que seja um processo consciente e inconsciente, assim como devido à dificuldade de aceitar o pressuposto de Krashen de que a aprendizagem não possa se transformar em aquisição. Tais críticas se referem ao tratamento dado por Krashen ao DAL (dispositivo de aquisição da linguagem) proposto por Chomsky.

Os trechos em questão ressaltam uma porção textual que aponta para a necessidade de *explicação e reforço argumentativo* (como principais funções discursivas) de conceitos (aquisição e aprendizagem). O trecho que traz os conceito apresenta-se no tipo intertextual referência, pois aponta, além de conceitos abstraídos do texto-fonte, a partir da própria resenha traz elementos “marginais”, no caso, uma nota explicativa (trecho 36), que, por sua vez, também é carregada de referências, tanto a autores (referência a McLaughlin e Krashen) e correlação com as áreas de saber da autora quanto à relação entre teorias [...] ao DAL (dispositivo de aquisição da linguagem) proposto por Chomsky), que encontram traços comuns e diferenças para o que é trazido no texto-fonte em termos de abordagem teórica. No que diz respeito a questões organizacionais, a nota explicativa (segundo trecho) já antecipa certas subunidades retóricas, como a “citação de material extratextual” (BEZERRA, 2001), por exemplo.

Trecho 37:

Mas e se pensarmos aquilo que temos chamado de português, inglês, ou hindi não como fotografias estáticas e sim como filmes? Ou melhor ainda: como filmes exibidos em locais não-canônicos, como a projeção de Avatar a comunidade indígena ache, no Paraguai, que interpretava os na’vi, os nativos humanoides avistados pelos colonizadores humanos, não como índios, mas como macacos? (nota de rodapé) Ou como um Tropa de Elite, que “vazou” pela internet antes e além de sua distribuição oficial e assim se disseminou por um trajeto bem diferente do projetado?

O trecho em questão transita entre a referência e a alusão, principalmente ao mencionar títulos de filmes, associando-os a manifestações linguísticas. Esse posicionamento do resenhista requer do leitor um conhecimento de mundo para além do escopo da teoria linguística que fundamenta a obra. A associação dos títulos de filmes (Avatar e Tropa de Elite) pode não ser recuperada tão facilmente, principalmente quando se espera outras correlações teóricas ou mesmo outras dimensões explicativas e argumentativas. As funções discursivas depreendidas desses tipos intertextuais estão principalmente na função de *exemplificação*.

Trecho 38:

Neste sentido, a autora faz alusão a Fillmore (2009) ao abordar o exemplo clássico do frame evento comercial, o que é propício para que se possa perceber o funcionamento dos padrões sintáticos e dos papéis situacionais evocados pelo frame, trazendo implicações para o entendimento de noções problemáticas com *significado* e *conceito*.

Não obstante o resenhista mencione que a “autora faz alusão a Fillmore”, recupera-se aqui uma referência, pois se explicita como essa alusão é feita (“a autora faz alusão”) e há

todo um traçado que atende a conceitos e abordagens teóricas que fornecem entendimento de conceituações mais gerais. Sob o ponto de vista da função exercida pelo tipo intertextual, temos *recurso à autoridade* para reforçar teor argumentativo direcionado ao redor das noções apresentadas (“significado” e “conceito”).

Trecho 39:

Retomando a paráfrase da epígrafe, não custa lembrar que a sobrevivência das línguas está ligada à sobrevivência dos seus falantes, que precisam de identidades fortes e atitudes positivas em relação a si e à língua que falam, para que se interessem em transmiti-la às gerações seguintes, uma das condições para a vitalidade de uma língua.

A referência “Retomando a paráfrase da epígrafe” já indica o direcionamento intertextual (retoma epígrafe), que, por sua vez, reflete o tipo intertextual alusão²⁷. Sob o ponto de vista composicional, trata-se de uma correlação entre tipos intertextuais. As retomadas dessa epígrafe ainda possuem como característica o fato de se manifestar também como paráfrase. Com base nisso, temos uma inter-relação entre três possibilidades intertextuais. No aspecto da estrutura retórica da resenha, essas manifestações coocorrem mais frequentemente na parte de apresentação da obra e no fechamento, ou seja, na avaliação da obra. Essas manifestações das coocorrências incorrem numa espécie de *ornamentação* (PIÉGAY-GROS, 1996) para *retomar informação* (KOCH, 2004; 2009, BEAUGRANDE E DESSLER, 1983).

Trecho 40:

E é esta a relevância e “utilidade” da obra: mostrar como compreender a/as linguagem/linguagens que permeiam nossa atividade cotidiana numa sociedade democrática, com a possibilidade (idealista?) de, nas palavras do professor, “tornar os homens mais humanos”.

Pela circunstância de movimento retórico de conclusão da obra, demonstrado por: “E é esta a relevância e ‘utilidade’ da obra [...]”, o fato de se retomar por referência, ao mesmo tempo lança mão de uma *função avaliativa* própria do gênero para abrir a possibilidade de captar uma *interpretação* (na indagação: idealista?) para retomar uma citação do autor: “tornar os homens mais humanos”. De modo particular, nesse caso, as funções discursivas estão quase que exclusivamente apontando para o aspecto composicional da resenha, ainda que as categorias intertextuais implícitas e explícitas (Cf. KOCH, 2004; 2009), em nível de discurso, operem de modo a auxiliar a construção das unidades retóricas norteadoras do gênero em questão.

Em um apanhado geral acerca das funções discursivas do tipo intertextual referência e suas correlações com o gênero, convém frisar a gama de funções que podem ser

²⁷ A alusão em questão será analisada em tópico próprio, mais adiante.

extraídas quando do surgimento desse tipo na análise das resenhas acadêmico-críticas. Embora a circunscrição das funções discursivas fique mais restritas num primeiro momento, ela vai se ampliando na medida em que a relação entre os aspectos inerentes ao gênero surge, como por exemplo as notas explicativas e as remissões a páginas do texto-fonte.

Apesar de termos funções mais frequentes nesse estágio de análise, optamos por não direcionar um quadro de ocorrências padronizado, tanto pelo aspecto impreciso do termo função quanto pelo aspecto amplo que a intertextualidade pode operar no interior do gênero, quando articulada com as subunidades retóricas, como direcionamento composicional da resenha acadêmico-crítica.

5.3 A Alusão

Embora difícil de separar, optamos por deixar a seção relativa à alusão à parte para que, assim, a análise fique mais específica em termos de demonstração da ocorrência, bem como das funções depreendidas e de sua inter-relação com o escopo do gênero enquanto aspecto composicional.

Dito isso, convém frisar o aspecto fugidio da alusão, pois depende muito das perspectivas de leitura do coenunciador, fato esse que ajuda a promover um teor colaborativo entre esse tipo intertextual e a referência, sendo que há um movimento maior de a alusão servir a uma referência.

Vejamos os exemplos a seguir.

Trecho 41:

“Precisamos entender teoricamente as espadas, mas também precisamos delinear conceitos para lidar com os escudos.”

O trecho 41 trata de uma alusão de grande extensão, traz uma grande inferência que força o leitor a considerar uma metáfora (construída no momento) ou mesmo algum dito popular, trazendo a função discursiva de *ornamentação* (PIÉGAY-GROS, 1996), embora a obra resenhada verse sobre políticas linguísticas, colonialismo linguístico e sociolinguística num contexto mais geral (título da resenha: “O português no século XXI: Cenário geopolítico e sociolinguístico”). Tudo isso pode ter influenciado o dito alusivo. No tocante à estruturação retórica, essa manifestação de tipo intertextual se encontra na unidade retórica de conclusão da resenha (BEZERRA, 2001).

Trecho 42:

“Si no respiras,
no existe el aire.

Si no caminas,
no existe la tierra.
Si no hablas,
no existe el mundo”

Nota explicativa em rodapé (trecho 43):

Paráfrase, constante no documento da UNESCO (2013), das palavras de um idoso navajo, enunciada por Akira Yamamoto no programa veiculado em 24 de maio de 1992 na Millennium Series da PBS-TV Tribal Wisdom and the Modern World, apresentado por David Maybury-Lewis.

Mesmo que a epígrafe (trecho 42) seja tratada isoladamente como alusão com função de *ornamentar* o texto (ou até o gênero), temos um direcionamento para uma paráfrase, como indicado na própria explicação (trecho 43) em nota de rodapé. A nota visa inserir o leitor no assunto ou temática, e o fato de estar a epígrafe em língua espanhola talvez aumente a necessidade de explicar em nota, bem como antecipar a temática da obra. Temos, a partir daí, uma conjunção de funções discursivas girando em torno da *ornamentação* e da *ilustração*.

Trecho 44:

[...] Ela chama a atenção para o fato de que o analista jamais pode se tornar também um polemista, exigindo deste o exame das controvérsias (seu surgimento, sua regulação, seus papéis sociais), mas nunca a tomada de partido por *uma* ou *outra* causa.

Aqui temos o tipo alusão, considerando a parte grifada, a resenhista faz uma *gradação*, partindo do geral para o particular, para elaborar o sentido de reconhecimento, de função discursiva de *ilustração* para uma questão teórica (o exame das controvérsias), apelando para, como diz no texto: “surgimento, regulação e papéis sociais”. Há, nesse trecho, constatações acerca do viés teórico adotado pela autora da obra, que a resenhista retoma entre parênteses como forma de circundar uma *interpretação*, o que entendemos ser uma marca “marginal” de recuperação das referências (também) que a resenhista detém como conhecedora da temática, cuja recuperação se dá de maneira mais implícita. Vislumbramos aqui uma coocorrência de tipos intertextuais, como a alusão a serviço de referência.

Ao depreendemos as funções da alusão, as possibilidades de ocorrências são mais restritas que em outros tipos, pois ela não é tão usual nesse gênero. Dito isso, embora lancemos mão de funções mais intrínsecas ao escopo da intertextualidade (como a *ornamentação*) para o

tipo alusão, o aparecimento dela depende muito do domínio discursivo do gênero, no nosso caso, de um gênero de esfera profissional/acadêmica.

O que se pode depreender da parte de análise dessa dissertação são, em primeiro plano, as possibilidades das correlações que são estabelecidas entre os tipos intertextuais por copresença com o aspecto composicional do gênero, para então depreender as funções discursivas, algo que não foi vislumbrado anteriormente e que ganhou maior proporção a partir da análise.

As análises que foram realizadas trazem, portanto, em primeiro plano funções exclusivas do tipo intertextual enquanto ocorrência, inclusive descritas teórico-metodologicamente, bem como remetem para outras perspectivas em que se coadunam com os movimentos retóricos do gênero resenha acadêmico-crítica.

Ainda com relação ao traçado do termo função discursiva, muito foi depreendido, em sentido amplo e sentido estrito, sendo a primeira mais voltado para conceito já bastante reconhecidos e que já se relaciona a tipos intertextuais, como é o caso do *recurso à autoridade e da ilustração* (embora o aspecto teórico do entorno dele seja mais restrito nessa dissertação).

No segundo aspecto, temos a perspectiva de mais funções recriadas no escopo das teorias das Linguística Textual, com forte influência de características da Análise do Discurso de orientação francesa e análise de gêneros.

Com base nessas considerações, algumas funções discursivas necessitam de uma melhor profundidade teórico-metodológica enquanto função, como tópico, função explícita e implícita, função por referênciação e função de autoria. Algumas dessas funções surgiram no momento de análise do tipo intertextual de alusão, como a ornamentação e retomada de informação; outras ficaram em sentido restrito ou mesmo em correlação bem próxima com o arcabouço sociorretórico do gênero de análise, fato esse que nos levou, em muitos momentos, a recorrer às subunidades retóricas para explicitar certas funções, numa correlação que podemos encarar como proveitosa, sob o ponto de vista da análise como um todo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante a resenha acadêmico-crítica seja tratada mais em sua estrutura e em seus aspectos retóricos por uma teoria de gêneros, frisamos a importância de tratarmos categorias para além dos campos dos conceitos composicionais e/ou de organização retórica. Nesse sentido, considerando que o estudo da resenha no âmbito acadêmico é cada vez mais relevante, tanto numa perspectiva para critérios avaliativos em disciplinas de cursos de graduação e pós-graduação *lato* e *stricto sensu* e até mesmo no ensino básico, quanto nas possibilidades diversas de análise desse gênero.

Partindo dessa perspectiva, buscamos traçar um paralelo entre os tipos intertextuais de copresença, conforme Piégay-Gros (1996), e suas funções discursivas desempenhadas na resenha acadêmico-crítica. Consideramos a temática relevante porque salienta os fenômenos em um traçado de intertextualidade mais estrita, com o advento de uma caracterização de intertextualidade que abarque os tipos por citação, por referência e por alusão no gênero em questão, por não lidar meramente com um reconhecimento da ocorrência tipológica, mas com uma perspectiva interpretativa, que se coaduna também com a função discursiva e, muitas vezes, com o aspecto retórico, vieses tão importantes para o ambiente acadêmico, principalmente.

Ao considerarmos o aparato teórico envolvido, temos a consciência da noção discursiva, que se torna também um ponto de investigação que merece relevância, pois se aplica tanto às constituições formais/retóricas que compõem a organização do gênero analisado, quanto às ocorrências intertextuais, sejam amplas ou estritas.

Houve ainda, quando do tratamento das resenhas, o aparecimento de ocorrências frequentes de paráfrases, fazendo com que estabelecessemos aproximações com o tipo intertextual citação. Apesar disso, não houve aprofundamento teórico nesse sentido, mas correlações ao nível das ocorrências do *corpus*, no qual, muitas vezes, a paráfrase ocorreu a serviço de uma referência, ou teve uma marcação mais acentuada quanto às locuções que convocam a voz do autor do texto-fonte de forma mais indireta. Ainda por não discutir um estatuto da paráfrase como tipo intertextual, não tratamos como citação indireta por entendermos que essa discussão merece um enfoque à parte, em outros estudos.

Com base nas perspectivas inerentes à própria noção de intertextualidade, construímos os objetivos de pesquisa desta dissertação. A intertextualidade é muito importante no espectro da Linguística Textual, que interpreta aspectos de produção de sentidos. Principalmente a intertextualidade em sentido estrito abre possibilidades para caracterização

mais pormenorizada de contextos de produção na análise de gêneros em diversas semioses, no nosso caso em particular, nas resenhas acadêmico-críticas.

Quanto ao objetivo geral, podemos afirmar que foi plenamente cumprido: caracterizar as funções discursivas nas relações intertextuais por copresença operadas no gênero resenha acadêmico-crítica, publicadas em periódicos da área de linguística de Qualis A1 do quadriênio 2013 a 2016. Desse objetivo geral, derivaram-se os objetivos sobre os quais refletiremos a seguir.

No primeiro objetivo específico, tratamos de elencar os tipos intertextuais por copresença presentes no gênero resenha acadêmico-crítica analisados, levando em consideração as expressões linguísticas empregadas, bem como os aspectos compostionais do gênero resenha acadêmico-crítica. Consideramos este objetivo como plenamente cumprido, pois foram levantados todos os tipos intertextuais em excertos retirados das resenhas e analisados por meio de expressões e traços grafolinguísticos característicos dos tipos intertextuais.

O segundo objetivo específico, que trata da avaliação das funções discursivas, consideramos plenamente cumprido, pois, além de trazer as funções inerentes aos tipos intertextuais, ainda demonstra que há outras possibilidades para a constituição formal/discursiva da resenha no que diz respeito às funções discursivas e que essas funções não constituem um parâmetro fechado de caracterização. Entendemos que não houve necessidade de explicitar o que seja função discursiva, mas de trabalhar no sentido de que, para as possibilidades do texto e do gênero, sempre haverá “respostas discursivas” inerentes às constituições linguísticas, pois o amplo leque do discurso recobre as parcelas textuais, e do gênero, como uma espécie de norteador para a construção de sentidos.

No que diz respeito ao terceiro objetivo específico, julgamos como cumprido, pois vislumbramos analisar a inter-relação entre os tipos intertextuais por copresença e as funções discursivas por eles expressos, bem como suas recorrências, no gênero resenha acadêmico-crítica. Nesse sentido, ao encontrarmos na estrutura retórica da resenha acadêmico-crítica as marcas intertextuais que revelam aspectos discursivos diversos, passamos a tratá-las em conjunção com coocorrências e correlações tanto ao nível dos tipos intertextuais de copresença e da paráfrase quanto ao nível das variadas funções discursivas. Ainda com base nisso, foi percebido um acréscimo ao analisarmos o fato de o aspecto dos movimentos retóricos propostos por Motta-Roth (1995) e Bezerra (2001) serem bastante úteis no sentido de se comprovar essa inter-relação, ou seja, obedecendo também aos aspectos de constituição do gênero.

No que diz respeito ao quarto e último objetivo específico desta dissertação, consideramos parcialmente cumprido: mapear as ocorrências dos tipos intertextuais por

copresença no gênero analisado e suas respectivas funções discursivas expressas no gênero em questão, levando em consideração os movimentos retóricos. Acerca disso, constatamos que, apesar de o capítulo de metodologia indicar um quadro de possibilidades de funções discursivas mais recorrentes, não havia uma previsão inicial de que essas funções se diversificariam tanto, portanto, não foi possível estabelecer um mapeamento relacional que tivesse uma correspondência que fechasse um quadro de predominância, pois o gênero pode tornar tudo muito maleável. Assim, o *corpus* em análise nos ofereceu muitas possibilidades, mas não sem dificuldade, pois surgiram muitas funções, tanto no que tange à organização retórica do gênero quanto no que respeita aos tipos intertextuais em análise.

Na análise nos deparamos com a estrutura retórica da resenha acadêmico-crítica demarcando as marcas intertextuais e revelando aspectos discursivos diversos em sua organização sociorretórica. Diante disso, passamos a uma análise em que era possível observar coocorrências e correlações tanto nos tipos intertextuais de copresença e de paráfrase quanto nas variadas funções discursivas, cujos pontos oferecem perspectivas de trabalhos futuros, principalmente no âmbito acadêmico – esta é uma das contribuições relevantes desta pesquisa.

Com base nisso, podemos depreender que a importância dessa proposta é de promover para os gêneros, principalmente os de esfera acadêmica, a reflexão acerca do estatuto dos tipos intertextuais quando do seu alinhamento com estruturas discursivas e do aspecto composicional do gênero. Embora esta dissertação tenha versado sobre uma intertextualidade estrita e ainda metodologicamente recortada (no sentido de afunilar os tipos por copresença) e tratada em conjunção com funções discursivas, a grande contribuição para as pesquisas futuras é no sentido de fornecer subsídios para a compreensão do texto acadêmico, bem como sua produção, principalmente levando em consideração que o aspecto discursivo não se esgota e, portanto, as possibilidades de análise são amplas e exequíveis.

As conclusões desta pesquisa se dão pela ótica da Linguística Textual, auxiliada por elementos da Análise do Discurso e pela análise de gêneros. Dada a importância de afunilar as questões no entorno das funções discursivas, este trabalho tenta congregar vários fatores, tanto de ordem eminentemente linguística quanto de ordem discursiva, contribuindo para o (re)conhecimento das áreas do saber linguístico, bem como fornecendo subsídios para estudo textual-discursivo de gêneros acadêmico-científicos e também escolares de modo geral.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual:** introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. **DRLAV. Documentation et Recherche en Linguistique Allemande Vincennes**, Paris, v. 26, n. 1, p. 91-151, 1982.

BAKHTIN, Mikhail. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Lisboa: Edições 70, 1984.

BAZERMAN, Charles. **Escrita, gênero e interação social**. São Paulo: Pontes, 2007.

BAZERMAN, Charles. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2006.

BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang U. **Introduction to text linguistics**. New York: Longman, 1983.

BEZERRA, Benedito Gomes. **A distribuição das informações em resenhas acadêmicas**. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Referenciação:** sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: Editora UFC, 2011.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva. Intertextualidade e psicanálise. **Calídoscópio**, São Leopoldo, v. 10, n. 3, p. 310-320, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso:** modos de organização. São Paulo: Contexto, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHRISTOFE, Lílian. **Intertextualidade e plágio:** questões de linguagem e autoria. 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

DIEB. Messias Holanda. **Educação infantil e formação docente:** um estudo em representações sociais. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. Elementos para o estudo da paráfrase. **Revista Letras**, Curitiba, v. 59, p. 241-259, 2003. DOI: <https://doi.org/10.5380/rel.v59i0.2852>.

DUCROT, Oswald. **Le dire et le dit**. Paris: Minuit, 1984.

FARIA, Maria da Graça dos Santos. **Alusão e citação como estratégias na construção de paródias e paráfrases em textos verbo-visuais**. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2014.

FORTE, Jamile Saínne Malveira. **Funções textual-discursivas de processos intertextuais**. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Letras Vernáculas, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

GENETTE, Gérard. **Palimpsestes**: la littératur au second degree. Paris: Seuil, 1982.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRÉSILLON, Almuth; MAINGUENEAU, Dominique. Polyphonie, proverbe et détournement: ou un proverbe peut en cacher un autre. **Languages**, Paris, n. 73, p. 112-125, 1984.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi. Revisitando a noção de tópico discursivo. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 48, n. 1), p. 33-41, 2006.

KOCH, Ingredore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingredore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, Ingredore Grunfeld Villaça; BENTES, Anna Cristina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. São Paulo: Pontes, 2007.

KOCH, Ingredore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2008.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LIMA, Geralda de Oliveira Santos; GONÇALVES, Thiago Cardoso. Quadrinhos, intertextualidade e orientação argumentativa: discutindo o processo de recategorização em um gênero multimodal. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 9, no. 13, p. 91-106, 2015.

MACHADO, Anna. Raquel.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. **Resenha**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Genèses du discours**. Bruxelles: Editions Mardaga, 1984.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 2009.

MARCUSCHI, Luiz. Antônio. Gêneros textuais: reflexões e ensino. In: **Gêneros textuais reflexões e ensino.** Palmas e União da Vitória-PR: Kayangue, 2005. p. 17-33.

MATIAS, Avanúzia Ferreira. **Intertextualidade e ironia na interpretação de charges.** 2010. 131 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MEILI, Angela Maria. Os memes no YouTube: uma aplicação da intertextualidade como categoria analítica. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 35, n. 2, p. 353-381, 2014.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Fotografias da Linguística Aplicada no campo de línguas estrangeiras no Brasil. **Revista DELTA**, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 419-435, abr. 1999.

MOTTA-ROTH, DESIREÉ. **Rhetorical features and disciplinary cultures:** a genre-based study of academic book reviews in linguistics, chemistry and economics. 1995. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

MOZDZENSKI, Leonardo. Intertextualidade verbo-visual: como os textos multissemióticos dialogam? = Verbal-Visual Intertextuality: How do Multisemiotic Texts Dialogue? **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 177-201, Jul./Dez. 2013.

NOBRE, Kenedy Cabral. **Critérios classificatórios de processos intertextuais.** 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação:** a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIÉGAY-GROS, Nathalie. **Introduction à l'intertextualité.** Paris: Dunod, 1996.

PINHEIRO, Clemílton. Lopes. **Estratégias textuais-interativas:** a articulação tópica. UFAL, 2005.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística:** intertextualidade e polifonia – um estudo de charges da Folha de S. Paulo. Maringá: Eudem, 2000.

RUIZ, Eliana Maria Severino Donaio; FARIA, Melissa Bortoloto. A intertextualidade no gênero resenha. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC. v. 12, n. 1, p. 99-128, 2012.

SANT'ANNA, Afonso Romano de. **Paródia, paráfrase e CIA.** São Paulo: Ática, 1988.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** Cortez editora, 2017.

SILVA, Ana Virginia Lima da. **A intertextualidade na produção de resenhas no ensino superior.** 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Hermínia Maria Lima da. **As práticas intertextuais hiperestéticas em obras de conteúdo bíblico.** 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2016.

SOUZA SANTOS, José Elderson de. **Plágio, sanções sociais e marcas intertextuais.** 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

SWALES, John. **Genre analysis:** English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

VAN DIJK, Teun. A. **Texto y contexto:** semántica y pragmática del discurso. Londres: Cátedra, 1984.